

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E
FILOSOFIA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA E DIREITO**

CLÁUDIO RIBEIRO LOPES

**CATIVEIROS DE PAPEL: DESERTOS
VERDES, PAPELEIRAS E CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS NA REGIÃO DE
TRÊS LAGOAS/MS (2009 – 2015)**

**UNIVERSIDADE
FEDERAL
FLUMINENSE**

**NITERÓI
2016**

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E DIREITO

CLÁUDIO RIBEIRO LOPES

**CATIVEIROS DE PAPEL: DESERTOS VERDES,
PAPELEIRAS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA
REGIÃO DE TRÊS LAGOAS/MS (2009 – 2015)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Ciências Jurídicas e Sociais.

**Orientador: Professor Doutor
Napoleão Miranda**

Universidade Federal Fluminense
Superintendência de Documentação
Biblioteca da Faculdade de Direito

L864 Lopes, Cláudio Ribeiro.
Cativeiros de papel: desertos verdes, papeleiras e conflitos socioambientais na região de Três Lagoas/MS (2009 – 2015) / Cláudio Ribeiro Lopes. – Niterói, 2016.
181 f.

Doutorado (Doutorado em Sociologia e Direito) – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, 2016.

1. Conflito social. 2. Impacto ambiental. 3. Meio ambiente. 4. Política de desenvolvimento. 5. Sociologia jurídica. I. Universidade Federal Fluminense. Faculdade de Direito, Instituição responsável. II. Título.

CDD 340.2

CLÁUDIO RIBEIRO LOPES

**CATIVEIROS DE PAPEL: DESERTOS VERDES, PAPELEIRAS E
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA REGIÃO DE TRÊS LAGOAS/MS
(2009 – 2015)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociologia e Direito como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Ciências Jurídicas e Sociais.

Qualificação: aprovado em 03/março/2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Napoleão Miranda – Orientador
UFF

Profª Drª Alba Valéria Santos Simon
UFF

Prof. Dr. Wilson Madeira Filho
UFF

Profª Drª Rosemeire Aparecida de Almeida
UFMS

Profª Drª Norma Sueli Padilha
UNISANTOS

Dedico esta tese

À minha amada esposa, Angela e aos meus filhos Felipe, Érika, Rubens David e Júlia. Ao meu pai, “Seo” Rubinho (*in memoriam*), amigo e parceiro de pescarias que perdi, em setembro de 2011, e à minha mãe, Prof^a Azile (*in memoriam*), que perdi recentemente.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Napoleão Miranda, orientador desta tese, amigo, parceiro, que me fez perceber como se pode ser um cientista notável e manter a humildade acadêmica, sobretudo. Seu exemplo abnegatório em favor de seus orientandos é da mais absoluta evidência; seu compromisso com a honestidade científica só é superado por sua inigualável capacidade altruísta de “caminhar a segunda milha”, possibilitando a que cada um de seus alunos, orientandos e colegas convivam com o que há de melhor no ser humano.

Aos demais docentes do PPGSD-UFF, em especial, Marcelo Melo, Wilson Madeira, Luis Carlos Fridman, Alba Simon, Ronaldo Lobão, Kant de Lima, Selene Herculano e Ana Motta, os quais, juntamente com meu orientador, proporcionaram-me a mais rica experiência de toda a minha vida acadêmica, apresentando-me à interdisciplinaridade e ao universo empírico.

Aos técnicos-administrativos em educação da UFF, de todos os setores, principalmente, da Biblioteca, Secretarias etc., e, principalmente, à Catia Faria, do PPGSD-UFF, sem os quais esta tese jamais chegaria a contento.

Ao amigo, irmão, parceiro, Conti Marcelino, que me ensinou, muito, sobre o que, de fato, é ser um ser humano e um pesquisador e cujo apoio e ombro amigo jamais me faltaram.

Ao amigo e irmão, cujo afeto jamais será recompensado à altura de sua abnegação insondável, Professor Luiz Renato Telles Otaviano, o mais completo docente com quem pude trabalhar e com quem aprendi, aprendo e passarei o restante dessa existência aprendendo sobre bom caráter, saber, conhecer e ser e a como fazer diferença, positivamente, neste mundo.

Às Professoras Doutoradas Érika Mendes de Carvalho e Gisele Mendes de Carvalho, as quais, sempre foram um porto seguro para um jovem pesquisador como eu e que sempre estiveram dispostas a uma palavra amiga.

Ao amado amigo e irmão em Cristo, Professor Doutor Sérgio Tibiriçá do Amaral, exemplo de vida acadêmica, pessoal e profissional, grande incentivador

deste humilde professor que ousou pesquisar em caminhos alternativos ao positivismo jurídico e científico.

Ao amado e também amigo e irmão em Cristo, Professor Doutor José Artur Teixeira Gonçalves, Coordenador do NEPE do Centro Universitário Toledo Prudente, braço forte e ombro amigo em todas as horas, companhia imprescindível de qualquer debate acadêmico interessante e profícuo.

Ao atual Centro Universitário Toledo Prudente, pretérita Instituição Toledo de Ensino que, desde meu ingresso em sua graduação, a 1º de fevereiro de 1986, preparou-me para esse momento de doutoramento.

À Professora Doutora Tatiana Cotta Gonçalves Pereira, da UFRRJ, que gentilmente contribuiu, sobejamente, com esta tese ao arguir-me em banca de qualificação, no início de março do corrente ano.

Ao Professor Doutor Zulmar Fachin, cuja amizade é absolutamente inestimável.

Aos amigos do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, PPGSD-UFF, em especial, Alessandra Braga, Andrea Freire, Andréia de Almeida, Carolina Lins, Carolina Thibes, Callegari, Daniel, Emmanuel Oguri, Esther Benayon, Fabiana Alves, Fabiano Gosi, Flávio Buys, Igor Pinho, José Carlos (Puca), Lucio Picanço, Luiz Felipe Monsores, Maryanna, Natália (Terê), Nilton, Pietro Dellova, Raquel Nery, Rickson Rios, Roberta Lima, Rodolfo Lobato, Rogério Rocco, Tania Kale, Wagner Rodrigues e Wanise Rancone. Sem vocês, creiam-me, essa tarefa jamais teria sido concluída.

Aos demais queridos colegas de trabalho do Curso de Direito do Câmpus de Três Lagoas, Adaílson Moreira, Aldo Aranha, Alexsander Queiroz, Ana Cláudia Rocha, Ancilla Galera, Carlos Eduardo Furlani, Cleber Angelucci, Dóri Lopes, Evandro Garcia, Isabelle Dias, João Barretto, Josilene di Pietro, Larissa Mascaro, Marçal Rizzo, Marcelo Longo, Michel Flumian, Norma Padilha, Osvaldo Filho, Silvia Dettmer e Vanessa Casotti pessoas de ímpar abnegação, coragem e relevo, científico e jurídico, desbravadores acadêmicos do Bolsão Sul-Matogrossense.

À amabilíssima Professora Doutora Rosemeire Aparecida de Almeida, fundamental em minha caminhada alternativa e irreversível para um passo decisivo para além da dogmática jurídica

Ao amabilíssimo colega e Professor Mieceslau Kudlavicz, cujo apoio, auxílio, abnegação e intelectualidade foram de fundamental importância desde a pesquisa de campo, tendo me apresentado à liderança do Assentamento São Joaquim, até à construção de boa parte crítico-estrutural desta tese com base em suas pesquisas no PPGEIO da UFMS.

Aos caríssimos professores Douglas Borges de Vasconcelos, Alexis Andreus Gama, Jéssica Satél, Marcos Akamine, Gabriela Félix e Andressa Rodrigues, os quais, de forma absolutamente abnegada e voluntária supriram, muito mais do que satisfatoriamente, minha ausência durante o período de afastamento, possibilitando aos alunos do Curso de Direito da UFMS níveis de ensino elevadíssimos, superando à saciedade o “velho” mestre.

A todos os técnicos-administrativos em educação da UFMS, Câmpus de Três Lagoas, pessoas maravilhosas com as quais tenho aprendido, muito e sobejamente, a trabalhar na Universidade Pública, de qualidade, gratuita e socialmente referenciada.

A todos os alunos do atual 10º semestre diurno (2016/1), do Curso de Direito da UFMS, Câmpus de Três Lagoas, Ariane Toledo, Carla Sena, Caroline Viégas, Cíntia Ferreira, Daniela de Lyra, Douglas Leonardo, Fabíola Castro, Gabriela Corte, Gabriela Munhoz, Gabriela Rillo, Gabriela Curti, Gabriele Feroldi, Giovana de Oliveira, Ikaro Seolim, João Lucas Zanoni, Leonardo Régis, Luana Colognesi, Luana Nayara, Márcia Queiroz, Marcus Marchan, Mariana Marim, Mariane Braúna, Maurício Ferreira, Milena Gonzaga, Muriany Fialho, Naiara Trajano, Pablo Muriel, Renan Mitugi, Tamires Firigato, Thiago de Moura, Tiago Moraes, Ulysses Casquet e Yasmin Gasparini. Vocês tem sido fundamentais em todas as minhas alegrias durante a nossa trajetória acadêmica, pessoas especiais com quem mais aprendi do que fui capaz de ensinar.

Ao Professor Doutor Dercir Pedro de Oliveira (*in memoriam*), que muito incentivou-me a buscar e concluir esse doutoramento.

Ao ex-Diretor do Câmpus de Três Lagoas, da UFMS, Prof. Dr. José Antônio Menoni e ao atual Diretor, Prof. Dr. Osmar de Jesus Macedo, que sempre estiveram e estão dispostos a auxiliar todo e qualquer colega, docente ou técnico-administrativo em educação, a aprimorar-se, em todos os sentidos.

À Universidade Federal Fluminense, lugar de construção, desconstrução e reconstrução de saberes e conhecimentos.

À Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, por suas Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação e de Ensino de Graduação, por possibilitar meu afastamento remunerado durante todo o período de doutoramento.

EPÍGRAFE

*Ando pelo Bolsão, vejo um deserto verde
devastando a terra dos meus ancestrais
Cada um de nós é um pequeno hobbit
vagueando a sina dos seus heróis,
e heróis, também...*

LOPES, Cláudio. Paródia de trecho da música "Tocando em frente", Almir Sater; Renato Teixeira.

SUMÁRIO

	LISTA DE ANEXOS.....	XIII
	LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	XIV
	LISTA DE FIGURAS, FOTOS E TABELAS.....	XVII
	INTRODUÇÃO	20
1	A DIALÉTICA DA OCUPAÇÃO: desenvolvimento/progresso/sustentabilidade <i>versus</i> qualidade de vida, desconcentração fundiária e agricultura familiar.....	26
1.1	A primeira tentativa de entrada do complexo agroindustrial eucalipto-celulose-papel no Mato Grosso do Sul.....	31
1.2	Recorrência: a segunda – e bem sucedida – tentativa de entrada do complexo agroindustrial eucalipto-celulose-papel no Mato Grosso do Sul.....	46
2	MARCO TEÓRICO: DIÁLOGOS COM MAX WEBER, KARL MARX E OUTROS AUTORES: a racionalidade do capitalismo exposta desde a dialética marxista à interpretação weberiana dessa racionalidade.....	73
2.1	A interpretação da racionalidade capitalista segundo Max Weber.....	73
2.2	Marx e sua análise do capitalismo: a racionalidade da acumulação primitiva.....	80
2.3	Da natureza em Marx à proposta Ecosocialista, ou, o Ecologismo dos Pobres.....	86

3	CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DEFLAGRADOS NA REGIÃO DE TRÊS LAGOAS/MS COMO EFEITOS DA REENTRADA E EXPANSÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL TERRITORIAL EUCALIPTO-CELULOSE-PAPEL.....	93
3.1	Os estudos e relatórios de impactos ambientais pertinentes à entrada em operação e duplicação das papelarias na região.....	93
3.2	A minuta de resolução com novas normas sobre licenciamento ambiental do MMA.....	94
3.3	Memorial do trabalho de campo.....	96
3.4	A eloquência gritante do Campo: o campo fala e o faz de uma maneira muito intensa para a pesquisa.....	98
3.5	O silêncio dos não-inocentes: Fibria, IBAMA e INCRA e sua posição inicial em relação à pesquisa.....	111
3.6	Memória de investigação para escrever sobre um conflito socioambiental aguardado: o caso do Assentamento São Joaquim, em Selvíria/MS.....	114
3.7	O caso MPF <i>versus</i> IBAMA/IMASUL: um conflito institucional jurídico-burocrático inesperado com consequências socioambientais imprevisíveis.....	151
3.8	A questão do uso de glifosato, de outros herbicidas e pesticidas na parte agrícola da cadeia produtora de eucalipto-celulose-papel.....	156
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	166
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	171
	ANEXOS.....	182

RESUMO

A proposta investiga como a ressurgência da expansão da ocupação de extensas áreas de terra pelo complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel, por todo o Brasil, mas, fundamentalmente, por grande parte do Mato Grosso do Sul no início do atual século, com incremento da produção de pasta de celulose e papel em março de 2009, na cidade de Três Lagoas e mais do que duplicação dessa produção a partir de dezembro de 2012, na mesma cidade e região trouxe consigo conflitos socioambientais que se estabelecem no entorno e mesmo dentro do espectro de incidência do maciço “florestal” das empresas Fibria e Eldorado Brasil. Nessa perspectiva, os conflitos não se restringem, apenas, ao problema da possibilidade de escassez de água, ou, utilização maciça de glifosato, mas, suplantam essas consequências para atingir a agricultura familiar, a concentração fundiária, os serviços públicos de saúde pelo SUS, a carestia de vida na região, a violência e o atrelar da economia local quase que exclusivamente ao setor de celulose-papel.

Palavras-chave: Estado e capital. Políticas desenvolvimentistas. Terra, território e poder. Desertos verdes. Conflitos socioambientais.

ABSTRACT

This research looks to the resurgence of the expansion of the occupation of large areas of land for the complex agroindustrializante pulp-paper, throughout Brazil, but fundamentally for much of the Mato Grosso do Sul at the end of 1990, an increase of pulp production and paper in March 2009 in the city of Três Lagoas and more than doubling this production from December 2012 in the same city and region has brought socialenvironmental conflicts that are established in the vicinity and even within the incidence of forest mass spectrum FIBRIA and the ELDORADO BRAZIL companies. From this perspective, conflicts are not restricted only to the problem of the possibility of water shortages, or massive use of glyphosate, but surpass these consequences to achieve family farming, the provision of public health services by the NHS, the famine of life in the region, violence and the pegging of the local economy almost exclusively to the pulp industry. In this sense, comes to investigate the structures that give legitimacy and support to the sector in the region, as well as species generated conflicts, their social actors and dimensions and the proposals for regulation thereof.

Key-words: State and capital. Development policies. Land, territory and power. Green deserts. Socialenvironmental conflicts.

LISTA DE ANEXOS

- ANEXO 1: Modelo de ofício encaminhado pelo pesquisador aos atores sociais-sujeitos da pesquisa;
- ANEXO 2: Questionário aplicado;
- ANEXO 3: Parecer Técnico 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, MPF;
- ANEXO 4: Recomendação MPF, PRM de Três Lagoas à Presidência do IBAMA;
- ANEXO 5: Ação Civil Pública MPF versus IBAMA e outros;
- ANEXO 6: Minuta de resolução do MMA/CONAMA sobre novas normas de licenciamento ambiental.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACARMAT – Associação de Crédito e Assistência Rural de Mato Grosso
AGRAER – Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
ALL – America Latina Logística
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCR – Câmara de Coordenação e Revisão do MPF
CDIR – Congresso de Direito, Desenvolvimento e Responsabilidade Socioambiental, promovido pelo Centro Acadêmico Olintho Mancini, do Curso de Direito, da UFMS
CCU – Certificado de Cessão de Uso, fornecido pelo INCRA
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPA – Agência de Proteção Ambiental americana
EUA – Estado Unidos da América
FAMASUL – Federação da Agricultura e da Pecuária do Estado de Mato Grosso do Sul
FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste
FIEMS – Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul
ha – hectare. Medida que equivale a 10.000 metros quadrados
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICP – Inquérito Civil Público
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IFES – Instituição Federal de Ensino Superior
IMASUL – Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IP – International Paper do Brasil

ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
MG – Estado de Minas Gerais
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPF – Ministério Público Federal
MS – Estado de Mato Grosso do Sul
MT – Estado de Mato Grosso
NOB – Estrada de Ferro Noroeste Brasil
PAIS – Programa de Produção Agroecológica e Sustentável
PEF – MS – Plano Estadual de Florestas do Mato Grosso do Sul (inserido no Plano Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Florestas Plantadas)
PIB – Produto Interno Bruto
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNF – Programa Nacional de Florestas
POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PR – Estado do Paraná
PRM – Procuradoria da República no Município
PROSUL – Programa Especial de Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Parecer Técnico
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC – Pontifícia Universidade Católica
REFLORE – MS – Associação Sul-Mato-Grossense de Produtores e Consumidores de Florestas Plantadas
RFFSA – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
SEBRAE – MS – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do MS
SEMAC – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia, atual SEMADE
SITITREL – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel e Celulose
SP – Estado de São Paulo

STCP – Engenharia de Projetos Ltda. – Empresa contratada para elaborar o PEF –
MS

SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

SUS – Sistema Único de Saúde

TRF 3 – Tribunal Regional Federal da 3ª Região

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UFMS – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UHE – Usina Hidrelétrica

UNESP – Universidade Estadual Paulista

LISTA DE FIGURAS, FOTOS E TABELAS

Figura 1: Rede Ferroviária do Mato Grosso do Sul/SP	25
Figura 2: Mapas DNIT rodovias federais pavimentadas 1970 e 1980	26
Figura 3: Mapas DNIT rodovias federais pavimentadas 1990 e 2000	26
Figura 4: Mapa DNIT rodovias federais pavimentadas 2010	26
Figura 5: Mapa atualizado (2015) das rodovias federais no MS. Fonte: DNIT	27
Figura 6: Eclusa de Jupiá	??
Figura 7: Região do Bolsão sul-matogrossense	30
Figura 8: Mapa Hidrográfico da Bacia Tietê-Paraná	32
Figura 9: Área de produção florestal FIBRIA 2015	33
Figura 10: Planta industrial FIBRIA CELULOSE S/A. – UN. TRÊS LAGOAS/MS	34
Figura 11: Área de produção florestal ELDORADO BRASIL 2015	35
Figura 12: Planta industrial da ELDORADO BRASIL CELULOSE S/A.	35
Figura 13: International Paper do Brasil	36
Figura 14: Variabilidade anual das chuvas na região do Bolsão de MS 1972 a 2013	38
Figura 15: Os dez ingredientes ativos mais vendidos em 2013	42
Figura 16: Localização da Região para a Implantação do PEF/MS	47
Figura 17: Construção de poço e reservatório, pela FIBRIA, no Assentamento 20 de Março, em Três Lagoas/MS	77
Figura 18: Construção do Centro Comunitário do Assentamento São Joaquim, em Selvíria/MS	77
Figura 19: Localização da Região para a Implantação do PEF/MS	82
Figura 20: Mapa de terras devolutas no Mato Grosso do Sul, 2003	87
Figura 21: Mapa de Assentamentos Agrários 1988 – 2006	89
Figura 22: Mapa da Violência contra Camponeses e Trabalhadores Rurais –	93

1986 – 2006	
Figura 23: Mapa do Trabalho Escravo no Brasil, 1986 – 2006	94
Figura 24: Mapa de Biomas – MS e MT	97
Figura 25: Produção florestal, FIBRIA (em hectares), outubro/2015	102
Figura 26: Produção florestal, ELDORADO BRASIL (em hectares)	102
Foto 1: Sr ^a Coracy, seu esposo Agécio e Isabel, todos assentados do São Joaquim, com o pesquisador, ao encerrar a entrevista, 28/07/2015	70
Foto 2: Projeto de criação de galinhas de granja em cativeiro, financiado pela ELDORADO BRASIL: 28/07/2015	71
Foto 3: Continuação do projeto de criação de galinhas em cativeiro, financiado pela ELDORADO BRASIL, 28/07/2015	72
Foto 4: Projeto de horta agroecológica integrado à criação de galinhas em semi-cativeiro, financiado pela ELDORADO BRASIL, sob a denominação Programa de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS	73
Foto 5: Projeto de horta agroecológica integrado à criação de galinhas em semi-cativeiro, financiado pela ELDORADO BRASIL, sob a denominação Programa de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS	74
Quadro 1: Assentamentos e formas de aquisição de terras em MS (1984 a 2010)	91
Quadro 2: Assentamentos n- Último período Lula – MS	91
Quadro 3: Distribuição dos assentamentos no Brasil e quadro de servidores do INCRA (1985 a 2011)	92
Tabela 1: Estações Meteorológicas e seus respectivos municípios, coordenadas geográficas e precipitação média anual	37
Tabela 2: Linhas de crédito disponíveis para empreendimentos florestais e floresto-industriais em Mato Grosso do Sul, via Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO	44
Tabela 3: Linhas de crédito disponíveis para empreendimentos florestais e floresto-industriais em Mato Grosso do Sul, por meio do BNDES	45
Tabela 4: Terras Devolutas – Mato Grosso do Sul – Por municípios, 2003	84

Tabela 5: Terras devolutas decorrentes de divergências no cadastro do INCRA (áreas informadas maiores do que a totalidade dos municípios), 2003	86
Tabela 6: Dados da Estrutura Fundiária no Brasil – 1992, 1998 e 2003	89
Tabela 7: Número de Assentamentos Rurais – Centro-Oeste – 2011	91
Tabela 8: Ameaças de Morte no MS, 2014	??
Tabela 9: Tentativas de Assassinato no MS, 2014	??
Tabela 10: Assassinatos no MS, 2014	??
Tabela 11: Violência contra a pessoa no MS, 2014	??
Tabela 12: Conflitos por Terra, Brasil, região Centro-Oeste, 2014	??
Tabela 13: Conflitos por Terra Individualizados no MS, 2014	??
Tabela 14: Trabalho escravo no Mato Grosso do Sul, 2014	??
Tabela 15: Número de estabelecimentos agropecuários e respectivas áreas por grupos de área total – série histórica	95

INTRODUÇÃO

A apropriação, ocupação e o uso (ou, não-uso improdutivo para a especulação) da terra tem se revelado como um fator de acesso e manutenção do poder social, especialmente, embora não exclusivamente, no âmbito rural.

No universo capitalista terceiro-mundista, como o caso brasileiro, sabe-se que há determinadas especificidades que envolvem a seletividade no âmbito econômico, seletividade esta que tende a gerar níveis de tensão em decorrência da própria forma de administração de conflitos que suscita – violências, invisibilização, assistencialismo, ocultação com base em outras figuras, menos tensionantes, como a ideia de problema ao invés de conflito etc..

Nesse sentido, a apropriação do território enquanto arena de conquista e manutenção do poder, além dos meios e mecanismos de produção (incluindo-se o capital e o *know-how* tecnológico) representa o diferencial que tende a provocar, como consequência necessária, a cristalização de paradigmas reacionários na construção da sociedade contemporânea em detrimento da preservação da natureza, em seu sentido mais amplo.

Nessa linha, o processo desenvolvimentista-industrializante imposto ao Brasil nas últimas décadas e, em especial, ao Mato Grosso do Sul, é revelador de uma tomada de posição com relação à reprodução do espaço territorial e dos meios inerentes à produção, com graves consequências socioambientais, como um todo. Não por outro motivo é possível se estabelecer relações entre terra-território-poder. Desde muito se reconhece que a distribuição histórica das terras no Brasil se deu tendo por pano de fundo o capital mercantil e a exacerbada e constante concentração fundiária.

E mais: nesse processo de apropriação/expropriação da terra, os instrumentos jurídicos de controle social tendem a se tornar aliados dos detentores do poder, logo, dos mecanismos de produção e reprodução do direito, em essência burguês, criando como que uma zona de intocabilidade frente ao próprio direito, ampliando a segregação social, pois, os que se beneficiam desse desenvolvimento e lucram com as mazelas socioambientais como que se postam à margem do

sistema normativo, elevados a uma condição de imunidade, proporcionando que não respondam por suas ações e/ou omissões, ainda que forjadoras de gravíssimos problemas sociais e danos ambientais incalculáveis, mesmo em momentos de democracia.

É a lógica do ecologismo dos ricos, ou, da delinquência dos diversos colarinhos burgueses (branco, verde, dourado), que se furta, dentro do próprio direito e a partir dele, a responder pelas consequências diretas e indiretas de seu modo de apropriação, gestão e produção capitalista-expansionista.

Trata-se do modelo racional de expansão agroindustrial imposto ao país desde a época colonial, mas, que ganhou cores significativas durante o período de ditadura empresarial-militar e que carece de ajustar salvaguardas úteis e duradouras aos investidores, nacionais e internacionais, de modo a permitir como que uma zona-paraíso fiscal, social, ambiental e, até mesmo, criminal atrelada, indissociavelmente, à racionalidade do modelo capitalista.

Nesse sentido, a expressão desse modelo parece restar clara no que respeita ao complexo industrial de celulose-papel, que não somente exige vastas porções de território para a dispersão dos seus hortos de eucalipto, o que indica, ainda, a necessidade de grande concentração fundiária, como, também, toda uma cadeia de condições, que vão desde a logística de transporte, acesso a água potável abundante e sem limite, mão de obra barata e, fundamentalmente, compromissos públicos que viabilizem e permitam assegurar a manutenção duradoura desse modelo. Particularmente, o estado de Mato Grosso do Sul e a região do Bolsão ali encontrada (borda leste do estado) parecem denotar o local ideal para que esse modelo se instalasse e deitasse raízes profundamente, no momento do recorte da pesquisa, apresentando todas essas premissas acima apontadas e outras mais, permitindo ao capitalismo agroindustrial ali encontrar seu paraíso.

Torna-se relevante investigar as causas e os efeitos das instalações das duas maiores papeleiras de que se tem notícia no mundo ali, principalmente, pelo potencial gerador de conflitos socioambientais que suscitam as peculiaridades do modelo capitalista que envolve o surgimento, a manutenção e expansão desse complexo agroindustrial territorial de celulose-papel, tais como, os problemas

relacionados à concentração fundiária e inibição do acesso à terra enquanto fator de produção, poluição e degradação ambientais, diante das dimensões que ocupam os processos de produção da pasta de celulose e do papel, bem como, o consumo d'água pelos clones de eucalipto nos hortos plantados pelas papelarias, uso indiscriminado e não fiscalizado de agrotóxicos, formicidas e cupinídeos nesses locais, êxodo rural da mão de obra, elevação da carestia de vida nas cidades que sofrem os impactos da industrialização, serviços públicos, como o SUS, a segurança pública e a educação, que não conseguem acompanhar a vertiginosa escalada da migração populacional para a cidade de Três Lagoas e região, enfim, todo um pano de fundo que parece estar começando a aflorar no campo da pesquisa e que merece atenção para que se possa conhecê-lo e analisar seu impacto para a sociedade.

Notas Metodológicas: nessa perspectiva, para investigar o potencial de geração de conflitos socioambientais decorrentes da implantação desse modelo na região do Bolsão sul-matogrossense, durante 23 (vinte e três) dias do mês de julho de 2015 realizei entrevistas e apliquei questionários semiestruturados e estruturados em 10 (dez) atores sociais no campo da pesquisa, a saber, (1) Ministério Público Federal, Procuradoria da República do Município de Três Lagoas, (2) Ministério Público do Trabalho, (3) Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, 1º Promotoria de Justiça de Três Lagoas – Patrimônio Histórico Cultural, Urbanismo e Meio Ambiente, (4) Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agronegócio, Ciência e Tecnologia de Três Lagoas, (5) IMASUL – Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, (6) FIBRIA CELULOSE S/A. – Unidade de Três Lagoas¹, (7) ELDORADO BRASIL CELULOSE S/A., (8) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas, (9) Sindicato Rural de Três Lagoas e (10) Associação dos Produtores do Assentamento São Joaquim, localizado na zona rural do município de Selvíria, distante cerca de 70 km da área urbana de Três Lagoas.

¹No caso da indústria de celulose Fibria, esta, inicialmente, por sua Assessoria de Imprensa preferiu não responder ao questionário, afirmando que “todas” as respostas ao questionário que propus seriam encontradas no seu relatório 2014. Porém, após registro de uma reclamação no portal da indústria, meu pleito foi atendido, finalmente, ao final do mês de janeiro/2016, pelo gerente nacional

Dois outros atores sociais não responderam ao questionário: INCRA e IBAMA. Ainda assim, numa segunda ida ao campo, no início do mês de dezembro/2015 consegui obter duas entrevistas: a primeira, um retorno ao Ministério Público Federal local e a segunda, com o Escritório local do IBAMA (este último não havia respondido ao questionário por entendê-lo inaplicável à autarquia federal²).

Com este objetivo, optei por desenvolver uma pesquisa qualitativa, buscando, tanto quanto possível, mapear um número bastante heterogêneo de atores sociais com vistas a tentar identificar conflitos socioambientais na região do Bolsão³ sul-matogrossense.

Com efeito, os questionários aplicados foram direcionados, desde a sua concepção a servir como ferramenta/estratégia de aproximação do pesquisador junto aos atores sociais. A ideia foi oferecer um formato inicial que pudesse abrir determinadas portas, pois, o objetivo maior sempre foi o contato pessoal e a coleta de dados (indícios, percepções, sensações) durante as entrevistas, além, é claro, das possíveis respostas ao questionário, que não podem ser descartadas como fontes de dados. Isso assim foi feito tendo em vista o fato de o pesquisador ter residido na cidade de Três Lagoas/MS, entre 2009 e o início de 2014 e ter a percepção de que essa estratégia seria a mais adequada, o que, de fato, se concretizou.

A presente pesquisa apresentará sua redação escrita, sempre que possível e necessário, na primeira pessoa do singular, propositadamente, em todas as vezes em que descrever os momentos de campo. A ideia é tentar passar as percepções que alcancei ao longo da pesquisa, principalmente, aquelas que se originaram durante e a partir das entrevistas e vivências no campo.

de sustentabilidade, em resposta ao procedimento que deflagrei numa espécie de ombudsman da empresa, chamado *ethics-point*.

²O questionário semiestruturado e estruturado continuou não-respondido, pelas razões apontadas acima, havendo, apenas, a entrevista do órgão do IBAMA, desta feita, gravada e degravada.

³A história da expressão “bolsão” não é conhecida por grande parte da população da região, que a atrela a fatores positivos (bolsão de empregos, de desenvolvimento etc.). Na verdade, essa expressão é bastante remota e foi cunhada à época em que o Mato Grosso ainda não havia sido dividido em dois estados. A região do “Bolsão”, borda sudeste do então Estado de Mato Grosso quase não recebia recursos e investimentos públicos, pois, grande parte do “bolo” ficava em Cuiabá, capital do MT, Campo Grande (atual capital do MS) e a região de fronteira (Corumbá etc.). Logo, as pessoas diziam, então, que o dinheiro para a região ficava no fundo do bolso, no “bolsão” dos políticos, por isso, nunca chegava até ali.

Outro detalhe importante é que a presente pesquisa trabalha a noção de reentrada, ou, recorrência das papeleiras, porque, ali no Mato Grosso do Sul, já houve uma tentativa, sem êxito completo, de introdução do complexo territorial eucalipto-celulose-papel em meado da década de 1970. Aparentemente, por motivos que serão abordados durante o desenvolver do texto, isso somente se tornou possível após a última virada de século.

Nesse sentido, a pesquisa se divide em seu recorte nos seguintes capítulos:

Primeiro, em que se busca tecer um pano-de-fundo histórico sobre a dialética da ocupação territorial na região do Bolsão sul-matogrossense, com ênfase nas duas tentativas de introdução do complexo agroindustrial de eucalipto-celulose-papel, a primeira em meado da década de 1970 e a segunda, na última virada do século.

Segundo, onde se realiza uma interpretação da racionalidade do capital num marco teórico que principia por Weber, passa por Marx e chega até os autores mais contemporâneos, como, Leff, Foster, novamente Löwy e Martínez Alier, com incursões na área da Geografia Humana os quais são utilizados como aporte para compreender as questões agrárias e fundiárias conflitivas que compõem na pesquisa e lançam seus efeitos nos conflitos socioambientais identificados.

O terceiro e último capítulo, onde compõem os estudos e relatórios de impactos ambientais das papeleiras instaladas na região do Bolsão como pano de fundo dos conflitos socioambientais. Nesse capítulo se dará, também, ênfase à atual proposta do Ministério do Meio Ambiente de renovação das normas vigentes sobre licenciamento ambiental (consulta pública realizada em pleno período de carnaval 2016 e que versa sobre uma tentativa de superação das Resoluções CONAMA n. 1/1986 e 237/1997).

Nesse capítulo, a partir do pano de fundo narrado, serão tratados os conflitos socioambientais objeto da pesquisa, principiando pelo mais relevante e que retrata os problemas socioambientais vivenciados pelos agricultores familiares do Assentamento São Joaquim, passando pelo caso do MPF em face do IBAMA e do IMASUL, em que a Procuradoria da República localizada em Três Lagoas

ajuizou ação civil pública objetivando forçar o IBAMA a ingressar nos processos de licenciamentos ambientais de grandes empreendimentos, entre os quais se encontram as duas papelarias, Fibria e Eldorado Brasil, no estágio em que se encontram os procedimentos ambientais, bem como, objetivando rever as licenças concedidas pelo IMASUL, face à aparente precariedade com que foi conduzido o processo pelo órgão ambiental estadual, até à questão do uso indiscriminado de agrotóxicos (herbicidas, principalmente) e pesticidas nos hortos florestais das papelarias. Um último conflito, versando sobre os reflexos urbanos da reentrada do complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel, identificado, por exemplo, no abarrotamento do SUS na cidade de Três Lagoas, na explosão inflacionária dos preços de imóveis, seja para aluguel, seja para compra e venda, no crescimento dos índices de violência urbana etc., será apenas objeto de um comentário em nota, em virtude das opções de recorte que a tese apresenta (tanto o conflito institucional entre MPF e IBAMA/IMASUL, como, o difuso relacionado ao uso indiscriminado de agrotóxicos – pesticidas e herbicidas fazem parte do entorno do conflito maior representado pela situação dos assentados da reforma agrária do São Joaquim).

As indagações e problematização podem e devem surgir a partir de uma perspectiva assentada em outros valores que não os frios e formalmente racionais cálculos de PIB regional/nacional, número de postos de trabalho abertos, capital investido e respectivos lucros etc.. É nesta perspectiva que se busca, aqui, elaborar um texto que apresente uma análise do tema, bem assim, uma tentativa de se fazer uma crítica estrutural ao modelo capitalista que engendra a fixação e o êxito do complexo industrial da cadeia produtiva de eucalipto-celulose-papel na região de Três Lagoas/MS, contrapondo o êxito do modelo capitalista agroindustrial-latifundiário a noções como o ecossocialismo, uma visão do ecologismo dos menos favorecidos, à agricultura familiar, com o fim de se buscar analisar o objeto da pesquisa, tal seja, como surgem conflitos socioambientais em meio ao discurso do progresso sustentável, sob outro olhar que não o da sustentabilidade capitalista, mas, a partir da dimensão dos conflitos socioambientais que exsurtem quando se mira não a lógica do lucro, mas, o custo sócio ambiental que envolve o modelo capitalista estruturado naquela região.

Capítulo 1. A DIALÉTICA DA OCUPAÇÃO: desenvolvimento, progresso, sustentabilidade *versus* qualidade de vida, desconcentração fundiária e agricultura familiar

A ocupação, incorporação e apropriação do solo brasileiro tem obedecido a lógica expropriatória da privatização, que guarda relação direta com o fenômeno territorial-empresarial-financeiro-especulativo, isto é, ao modelo de apropriação mercantil-capitalista, ou, no sentir de Porto-Gonçalves e Cuin, um “bloco de poder tecnológico-financeiro-latifundiário-midiático” (2013, 18).

Terra é poder e quem a possui, só a possui porque precede em recursos, sejam eles econômicos, políticos, tecnológicos, enfim. Nesse sentido, pode-se afirmar que há espaços de comando e espaços de subserviência (SANTOS; SILVEIRA, 2002, 264-265) que entremeiam essas relações sociais e que prosperam dentro de um ou mais tipos ideais de dominação (WEBER, 2009, 188).

As intrincadas relações de poder que se estabelecem em decorrência do modelo de funcionamento socioeconômico, atrelado a interesses que ocorrem em escala mundial (SANTOS, 2008, 20), e que reverberam nos fenômenos da concentração fundiária e na detenção tecnológica dos meios de produção, aliadas à manipulação da representação política e midiática pelo mercantilismo capitalista, formam o caldo de cultura que estabelece o rito de passagem para a perspectiva de uma sociedade que pouco enxerga a dominação e, mesmo visualizando-a, tende a acatar o mecanismo como inerente à própria condição existencial, naturalizando-a a partir do senso comum, em detrimento de sua própria condição, qualidade de vida e, mesmo, reprodução bio-sócio-cultural. Nesse sentido, vários atores sociais desenvolvem a percepção de que não há conflitos na região; apenas, problemas ambientais, sociais, ou, socioambientais.

Diante da perspectiva posta é possível, inicialmente, inferir as relações dialéticas que suportam o objeto desta pesquisa, a saber, o problema espacial e os mecanismos de controle espaço/economia e as tensões que daí decorrem (isto é, a raiz do problema como sendo a concentração da ocupação e o uso do solo e as variadas formas de manifestação e controle social-normativo que podem servir

como fatores exponenciais de geração de conflitos socioambientais) na região do Bolsão sul-matogrossense.

Nesse sentido, surge a questão do campo dos conflitos socioambientais decorrentes “do uso e apropriação do território e dos elementos sociais, bióticos e abióticos do espaço” (COSTA; BRAGA, 2004, 195-196) como arena de situação da justiça ambiental como mais um elemento caracterizador das discussões em torno da legitimação ou não de determinadas práticas e modelos sociais.

Busca-se acolher aqui alguns conceitos elementares, como o utilizado por Acselrad, que identifica o campo dos conflitos socioambientais a partir da alusão a quatro dimensões em sua constituição: “apropriação simbólica e apropriação material, durabilidade e interatividade espacial das práticas sociais” (2004, 23-27).

É, justamente, a partir dessa perspectiva acolhida que se defende a ideia de que o campo desta pesquisa, muito embora enxergue apenas a vivência de problemas ambientais, os quais submetem a acordos simbióticos (ACSELRAD, 2004, 25), está inserido em condição de conflitos socioambientais, pois, evidencia-se a presença de atores e momentos de apropriação material da base de recursos (acesso a terras férteis, à água, à logística para escoamento da produção etc.) como um fator decisivo para a manutenção da agricultura familiar originária de projetos da reforma agrária na região de Três Lagoas, em posição conflitiva com o latifúndio agropecuário e a monocultura de eucalipto que ali se instalou.

Por outro lado, essa apropriação não se apresenta isolada, mas, concomitante, ou, precedentemente, há a apropriação simbólica, que se evidencia nos valores econômicos (renda da terra que deveria ser desconcentrada pela continuidade de projetos de reforma agrária naquele contexto e, para cujo implemento, o sucesso dos assentamentos funcionaria como a certificação de que os projetos dão certo, realizam-se e dão, concretamente, função social à terra), ambientais (a agricultura familiar sob modelo orgânico, com a reprodução de práticas sustentáveis no sentido de preservação da terra, das matas, da fauna, dos mananciais d'água etc.).

Nesse sentido, além dessas apropriações destacadas, as questões atinentes à durabilidade dos valores de uso por parte dos assentados em detrimento dos valores de troca das papelerias também se apresentam na relação,

assim como, a interatividade entre os atores sociais, muitas vezes realizada sob o formato de acordos simbióticos (entre os assentados e as papeleiras, por exemplo, para a produção de alimentos orgânicos), ou, mediante o confronto que se dá entre aqueles e o INCRA e a AGRAER, quanto a recusa ao atendimento às necessidades burocrático-fundiárias e de tecnologias de consultoria ambiental e de agricultura.

Por isso, defende-se, aqui, que se lida, na realidade, com conflitos socioambientais e não meramente com problemas, ainda que a visão de alguns atores sociais no campo não tenha atingido esse nível de especificação ou de ação.

Identifica-se nessas relações a dialética do conflito (OGBURN; NIMKOFF, 1984, 259). Em razão desse conflito, *lato sensu*, inerente à sociedade, emerge a busca fetichista por uma determinada harmonia social, isto é, a ideia de que toda sociedade, para lograr o bem comum, necessitaria de normatização/regramento e encontraria uma possibilidade relativa de sua realização na expressão do conceito de que o direito, uma das manifestações normativas mais graves, porque, imbuída da força e coerção estatais, garantiria uma ordem de paz.

Essa ótica positivista de harmonização social, ao mesmo tempo em que almeja a pacificação social, elide a ideia motriz de invisibilização das tensões e dos conflitos sob o manto da segurança jurídica, o qual tem se prestado a servir, muito mais, como caução aos investidores capitalistas, nacionais e internacionais, do que como primado da preservação das condições de vida e dignidade humana no país e onde quer que o atual modelo tenha se imposto ao longo dos últimos séculos. O sentido racional do modelo é apropriar para gerar ainda maior apropriação; invisibilizar para gerar ainda mais condições de invisibilidade dos conflitos, afinal, essa racionalidade necessita salvaguardar-se, sistemática e prolongadamente, como se nota ao longo do memorial do trabalho de campo.

Todavia, a perspectiva de que parte esta pesquisa é de que as relações sociais são conflitivas, em essência. Isso se exacerba num regime de produção capitalista, onde poucos efetivamente encontram acesso aos benefícios do sistema social, com ênfase à produção e distribuição de riqueza, à custa, inclusive de interferências nocivas à sociedade e, principalmente, ao ambiente, cujas consequências sempre são difusas, dificultando, inclusive, a apuração posterior das responsabilidades, ante os fatos de degradação socioambientais.

O processo capitalista de produção, ontologicamente, é acumulativo (MARX, 1987, 249); isso significa que em seu afã de apropriação da natureza, de riquezas, de concentração de renda, recursos e capital (principalmente a concentração fundiária sob o modelo monocultural) fundado, principalmente, na acumulação por despossessão (BRANDÃO, 2010, 41; HARVEY, 2014, 121 e ss.), historicamente, produz menoscabo significativo dos meios de vida, realização social, cultural, produtiva e convívio com o ambiente nas áreas em que se instala, sujeitando a população às mazelas ambientais e sociais do perverso lado da exploração mercantil.

Nesse sentido, no Século XXI, o modelo capitalista de produção ganha contornos mais vorazes em razão da globalização e dos compromissos, públicos e privados, com o mercado internacional de *commodities* que ela suscita, sujeitando os Estados nacionais ao direcionamento exigido para a manutenção do modelo pelos grandes agentes do sistema de produção – empresas multi e transnacionais, bancos, órgãos gestores etc. (FURTADO, 1974, 33).

Os conflitos socioambientais, portanto, surgem em meio a essa dinâmica da sociedade, que pode, até, apresentar mesmo uma pequena parcela de pessoas ciente dos processos e prejuízos com os quais se vê obrigada a conviver, como parece ser o caso da região de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, conhecida como Bolsão.

Nessa perspectiva a expressão “conflitos distributivos e dívida ecológica” (MARTÍNEZ ALIER, 2014, 78-79) pode ser apropriada pelo discurso de enfrentamento do modelo imposto para marcar e acentuar que determinados investimentos promovem prejuízos ao meio ambiente e são, sim, fatores inexoráveis de degradação das condições de vida e relacionamentos sociais e ambientais no planeta, ainda que isso tudo venha sendo feito tendo como pano-de-fundo a utilização de um complexo sistema de propaganda que apregoa o “progresso”, o “desenvolvimento” e uma determinada noção de “sustentabilidade”, com o apelo, principalmente, às mídias nacional e local (CIRILLO, 2015, capa; 30-37; MININI, 2015, 44-60) para invisibilizar conflitos.

Nesse sentido, o conceito de passivo ambiental se apresenta recolocado no cenário social como mais um elemento caracterizador da exposição de um

interesse que não se restringe, apenas, à questão do controle sobre a produção, mas, que perpassa essa ideia para abarcar as possibilidades de alusões às externalidades negativas como mensuráveis e dignas de reparação a partir da ambientalização de determinados conflitos sociais (LOPES, 2004, 216; 222).

Nessa linha de raciocínio, pode-se identificar um campo de disputas pela pregação da legitimidade da detenção, manipulação, exploração e manutenção do território e dos modos sociais de apropriação do mundo material com vistas a gerar acordos simbióticos que visem a naturalizar as externalidades negativas decorrentes da práxis dessa relação (ACSELRAD, 2004, 16-17).

A própria construção da noção de “sustentabilidade” engendra uma série de conflitos em seu processo edificante, que vão desde a lógica malthusiana de racionalização dos recursos, passando pela racionalidade da gestão burocrático-estatal do patrimônio natural, até aos modelos de inclusão das noções culturais e de justiça ambiental como fundamentadores/legitimadores dos discursos propostos.

Nessa perspectiva é relevante a necessidade de construção de uma outra racionalidade ambiental como um meio de resgate, reapropriação e retomada de uma forma de a sociedade se relacionar com o ambiente, isto é, de construir outra noção de sustentabilidade que vá além do economicismo, isto é, que seja capaz de superar a racionalidade do capital (LEFF, 2006, 248-249), que possa ser um contraponto à transformação do espaço e do território em “mera plataforma de valorização financeira internacional” (PAULANI, 2008, 41), principalmente, se se pretende fazer frente, com algum nível de tensão e visibilidade, ao modelo exploratório que foi imposto à cidade e região de Três Lagoas/MS e que obedece ao regime internacional de flutuação das *commodities* no segmento papel-celulose.

Este desafio, portanto, exige que se estabeleça uma crítica estrutural; que sejam postos às claras os fatores de degradação socioambientais ali, bem como, os discursos que engendram a cobertura e a legitimação do modelo imposto como único possível e viável, ou, como a panacéia econômico-trabalhista-social-ambiental do momento e para o futuro.

Exige que sejam visibilizados os conflitos socioambientais muitas vezes escamoteados, escondidos, jogados sob o tapete discursivo dominante que

midiatiza o progresso, o desenvolvimento, uma dada sustentabilidade e os discursos da burocracia estatal, de políticos, empresários e, até mesmo, do senso comum, disseminado – não sem coerência, nem, propósito – com o fito de se assegurar o mínimo de resistência possível contra o modelo, ou, até buscar demonstrar que essa resistência existe e apresenta modos próprios de sobrevivência e enfrentamento.

1.1. A primeira tentativa de entrada do complexo agroindustrial eucalipto-celulose-papel no Mato Grosso do Sul

Adota-se, aqui uma concepção talhada por Almeida, isto é, a utilização da expressão por ela cunhada e que tem uma habilidade adequada de situar a dimensão do problema como sendo um complexo territorial eucalipto-celulose-papel e sobre o que de fato acontece no Bolsão, no sentido de que:

A expressão “complexo eucalipto-celulose-papel” é pensada como indicador de uma situação de interface entre o local e o global, o nó onde se manifesta o encontro de lógicas e práticas distintas de uso do território. Neste caso, na microrregião de Três Lagoas, o complexo eucalipto-celulose-papel é a sobreposição de um uso da terra em relação a outros, não apenas da pecuária, mas, sobretudo, em relação ao uso camponês que é seu contraponto. Deste modo, a expressão não se assemelha com o uso disseminado na década de 1980 acerca dos complexos agroindustriais que, de forma geral, sugeriam o conjunto de elementos de uma cadeia produtiva como, por exemplo, o complexo soja/farelo/óleo. (ALMEIDA, 2012a, 4)

Data de meado da década de 1970 a primeira tentativa de se estabelecer o cultivo de eucalipto sob o modelo monocultural no então Estado de Mato Grosso, mais precisamente, na região sul dessa unidade da federação (ALMEIDA, 2012b, 19; REMADE, 2004). Àquela época, via-se a porção sul desse imenso Estado da Federação como um local ideal para a silvicultura por várias razões: abundância de água, vastas extensões territoriais dispostas nas mãos de poucos proprietários (concentração fundiária historicamente intensa, constante e uniforme), um número

ainda maior de terras devolutas, pluviosidade média anual, solos, clima, aeração e insolação favoráveis, políticas públicas voltadas à ocupação do oeste brasileiro, mediante isenções fiscais, concessão de vultuosos créditos etc..

Segundo Asevedo:

[...] no contexto dos governos militares, intensificou-se a ocupação e expansão da fronteira *pari passu* à integração regional-nacional. Foram criadas políticas de incentivo econômico e houve abertura e adesão do Brasil aos ditames de uma lógica internacional do capitalismo, que busca nos países dito *terceiro-mundistas* aumentar as taxas de acumulação. (2013, 40)

O processo de ocupação da região sul do então Estado de Mato Grosso deu-se tendo o modelo latifundiário como o principal instrumento (TRUBILIANO, 2014, 174). A ocupação da fronteira oeste do país que, no final do Século XVIII foi feita militarmente, com a construção dos fortes em Corumbá (Forte Coimbra), Miranda – Forte Miranda, na verdade, um presídio fortificado (GUIMARÃES, 1999, 82) e o povoamento de Albuquerque, passa, na primeira metade do Século XIX, a receber outros povos não-nativos (TRUBILIANO, 2014, 175), muitos deles migrantes que desciam sentido norte-sul, vindos da região de Poconé para instalar imensas fazendas de gado.

Na medida em que as boiadas se espriavam pelo sul do Mato Grosso, principalmente a região do Pantanal, buscando novas pastagens, “seus proprietários iam incorporando os novos terrenos ao patrimônio privado” (TRUBILIANO, 2014, 178). E isso se deve, fundamentalmente, ao fato de que, com a “proclamação da República, em que as terras devolutas passam a ser competência dos Estados, as oligarquias regionais se vêem ainda mais à vontade para estabelecer sua política fundiária: concentracionista e excludente” (ALMEIDA, 2006, 113).

Outros vieram em seu rastro, isto é, no “rastros da boiada”, oriundos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais. As cidades de Paranaíba e Três Lagoas, as duas maiores do Bolsão, foram fundadas por famílias mineiras que ali se instalaram entre meado do Século XIX e o alvorecer do Século XX, respectivamente, tendo o

gado como seu principal produto. A chamada “Civilização do Couro” (SODRÉ, 1990) gracejava em sua plenitude, com a consolidação da pecuária extensiva. Foi a era da posse dos cascos (e das armas), como ainda ocorre no país, em muitas regiões, principalmente, mas, não-só, na Amazônia (IANNI, 1979).

Com o passar dos anos, quer pela diminuição das necessidades da pecuária por extensíssimas faixas de terra para pastagem, fruto do desenvolvimento de novas variedades de pastagem (inovações tecnológicas) e sua disseminação pelo país – por exemplo, a braquiária, que ganhou os campos brasileiros (FARAH; FUJIWARA, 2003, 112) – aliada a mudanças nos modelos de gestão das fazendas – levou a um excedente significativo das áreas no Mato Grosso do Sul, cujo cerrado havia sido derrubado com incentivos ofertados pelo governo empresarial-militar (CARVALHO, 2013, 159) de então⁴, quer, mesmo, pela ociosidade das terras decorrente do modelo extensivo agropecuário, fez com que se apontasse para a silvicultura, mais precisamente, para a monocultura de eucalipto ou *pinus* como o negócio do momento e para o futuro.

Pensava-se na formação de um grande complexo agroindustrial territorial, principalmente, de eucalipto-celulose-papel no chamado “corredor”, que vai de Três Lagoas a Campo Grande (esta, transformada capital do novo Estado do Mato Grosso do Sul, a 1º de janeiro de 1979), passando por Água Clara e Ribas do Rio Pardo, perfazendo mais de trezentos quilômetros, praticamente, em linha reta.

Data dessa década, isto é, 1974, a força normativa motriz dessa expansão da ocupação do Centro-Oeste, como se depreende, também, do II PND⁵ “VIII — Concentração setorial de incentivos, para a formação de pólos florestais e de produção agrícola intensiva, pelo uso racional da terra e dos recursos hídricos” (BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1974, 45).

⁴Veja-se, a propósito, a estratégia explícita no II PND, visualizada na Lei n. 6.151/1974, em pleno auge da ditadura empresarial-militar, que determinava “O Brasil deverá ajustar a sua estrutura econômica à situação de escassez de petróleo, e ao novo estágio de sua evolução industrial. Tal mudança implica em grande ênfase nas Indústrias Básicas, notadamente o setor de Bens de Capital e o de Eletrônica Pesada, assim como o campo dos Insumos Básicos, a fim de substituir importações e, se possível, abrir novas frentes de exportação. A Agropecuária, que vem tendo, em geral, bom desempenho, é chamada a cumprir novo papel no desenvolvimento brasileiro, com contribuição muito mais significativa para o crescimento do PIB e mostrando ser o Brasil capaz de realizar a sua vocação de supridor mundial de alimentos e matérias primas agrícolas, com ou sem elaboração industrial” (BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1974, p. 16).

⁵BRASIL. Lei n. 6.151/1974: criou o II Plano de Desenvolvimento Nacional – PND.

Kudlavicz (2011, 46) destaca que o governo federal, esse mesmo que havia se aliado na década de 1960 a lideranças empresariais, como destaca Carvalho (2013, 159 e ss.), comandado pela ditadura empresarial-militar, ainda em 1975, por meio de decreto⁶, criou um programa com o fito de se tentar incluir 500.000 hectares do Centro-Oeste ao sistema produtivo nacional. Naquele período, criou-se, junto à SUDECO o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO, que selecionava áreas específicas para recebimento de investimentos públicos, com assistência técnica a cargo da EMBRATER e que seria executado pela ACARMAT, contemplando, pelas normas do referido programa, a criação de campos de demonstração para a agricultura temporária de arroz, feijão, soja e para a pecuária.

Nesse programa nada havia a indicar que os subsídios e benefícios fiscais e creditícios poderiam ser desviados para a silvicultura de eucalipto e *pinus*, mas, com parte de recursos do POLOCENTRO, 416.000 hectares em terras foram cobertos com plantio de eucalipto e *pinus*, apenas no corredor Ribas do Rio Pardo – Três Lagoas, antes mesmo da criação do novo Estado do Mato Grosso do Sul (KUDLAVICZ, 2011, 47).

Ao lado do POLOCENTRO, a ditadura criou o PROSUL – Programa Especial de Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, objetivando dar vida à burocracia estatal do novo Estado do MS, além de prover melhorias nos serviços de distribuição e fornecimento de energia elétrica, telecomunicações, malha viária etc. (ASEVEDO, 2013, 43).

Mesmo com o país a saudar, entusiasticamente, a política de desenvolvimento levada (imposta) ao Centro-Oeste à época, todavia, há uma crítica interessante a esse modelo, feita por Kudlavicz e que merece transcrição, pois explicita reflexos bastante específicos sobre como a estratégia de ocupação gestada e promovida pelo governo ditatorial empresarial-militar durante a década de 1970 engendrou e consolidou a concentração fundiária na região do Centro-Oeste e como o casamento capital-latifúndio-Estado se fez relevante e

⁶BRASIL. Decreto n. 75.320/1975, que criou o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO.

próspero para o fim de possibilitar o ressurgimento dos desertos verdes em pleno Século XXI, ali:

Portanto, é essa estratégia de assistência técnica adotada pelo governo militar - na verdade a imposição de um pacote tecnológico responsável pela implantação no Brasil da chamada Revolução Verde. Este modelo de agricultura acelerou a expulsão de milhares de famílias camponesas da terra, devido ao uso de tecnologias poupadoras de mão de obra guiadas pela lógica de produção para o mercado, aliado ao endividamento bancário dos camponeses. Este modelo privilegiou a monocultura e destruiu a base de sustentação dos camponeses que é a produção de autoconsumo, forçando-os ao abandono dos seus conhecimentos tradicionais de adubação, conservação do solo e, principalmente, da produção de sementes. (KUDLAVICZ, 2011, 58)

O modelo citado por Kudlavicz se encaixa no pensamento de Brandão, que explicita:

Os métodos utilizados são os mais diversos, não deixando nada a desejar em sua violência daqueles descritos por Marx durante o processo de acumulação primitiva originária. A expropriação e supressão de camponeses, de atividades domésticas e de produções e distribuições solidárias. A geração de uma massa redundante de proletários destituídos de propriedade. Os subterfúgios e mecanismos de exploração (territorial, de classe, de atributos naturais etc.). O uso do território e de seus recursos minerais, água, energia etc. até exauri-los. (BRANDÃO, 2010, 48)

Percebe-se que o atual modelo em nada difere do que se fez no passado: expropriar para concentrar; acumular para acumular ainda mais e gerar excedentes que possibilitem ainda maiores expropriações e a manutenção do modelo, que tem como efeito nefasto a concentração ainda maior da renda fundiária em detrimento de melhores condições de vida a uma parcela significativa do povo.

Muito provavelmente, se diferença há, esta reside não no fim, mas, em alguns dos meios utilizados pelo capital para levar a cabo sua racionalidade,

mediante a utilização e aprimoramento do “sistema de crédito e o capital financeiro” (HARVEY, 2014, 122).

Entretanto, apesar de todo esse investimento, principalmente com créditos públicos ofertados e isenções fiscais “a rodo”, não se deu a instalação do referido complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel (FARAH; FUJIWARA, 2003, 113) e pouco se consegue encontrar sobre as reais causas disso.

Não obstante as parcas informações publicizadas sobre esse fato, inicia-se a tentativa de explicar o porquê do complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel não se ter instalado àquela época no atual Estado de Mato Grosso do Sul por uma colocação plausível do ponto de vista da lógica do capital: os mercados financeiros globais somente foram unificados em 1986 (HARVEY, 2011, 38) e o mercado de créditos de carbono, criado em 1998, apenas começou a operar em fevereiro de 2005, conforme o Protocolo de Kyoto (HERCULANO, 2013, 87).

Nesse sentido, entende-se que essas conjunturas internacionais são cruciais para, ao menos, abrir o jogo das razões, ou, da racionalidade instrumental do capitalismo para se compreender o porquê da tentativa inicial mal-sucedida ali, em meado da década de 1970, época do denominado “milagre econômico” que, na visão de Carvalho, foi acompanhado de um dos piores momentos de práticas de violência pela repressão do aparato policial-militar da ditadura (2013, 168).

Sabe-se que o atual modelo obedece ao padrão internacional das *commodities*; de fato, com o olhar presente, isto é, um olhar privilegiado, porque, se vê agora, mas, voltando-se ao passado, não fazia muito sentido pensar-se nesse complexo agroindustrial, no tamanho, na dimensão, na velocidade de sua expansão e intensidade e nas cauções burocrático-econômico-sociais que ele e, principalmente, os mercados internacionais requerem, sem o aporte financista e sem as operações financeiras em bolsas e, particularmente, os chamados créditos de carbono (esses, em si, também transformados em *commodities* e classificados como um grande bônus para o setor de silvicultura no novo milênio) e sem um mercado financeiro globalizado e unificado que amparasse tanto a comercialização da pasta de celulose e do papel, quanto, dos créditos de carbono.

Nessa perspectiva, a década de 1970 não estava preparada, mesmo, para receber o complexo agroindustrial de celulose-papel nos moldes em que se exigiam os investidores externos no então sul de Mato Grosso – atual borda leste do Mato Grosso do Sul, também conhecida como Região do Bolsão (ainda que já houvesse esse tipo de indústrias operando nos Estados do Espírito Santo, Rio Grande do Sul e São Paulo, desde aquela época).

Aliás, essa região, atualmente alcunhada Bolsão, já foi denominada “Vácuo”, em tempos remotos, devido à baixa ocupação pelo homem branco ali (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 1991, 35); data de 1830 o início do povoamento do atual Estado de Mato Grosso do Sul (IDEM, 36).

Outro motivo que pode auxiliar a explicar essa inviabilidade é a logística da produção e a de seu escoamento.

O colapso da rede ferroviária à época se mostrou evidente, com o sucateamento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil – NOB; isso somente veio a ser parcialmente corrigido com a desestatização da RFFSA, que encampara a NOB, ficando, ao final, a cargo da América Latina Logística – ALL – a revitalização do transporte ferroviário entre Três Lagoas/MS e o Porto de Santos/SP (a privatização ocorrera em 1998, saindo vencedora a Ferrovia Novoeste S/A.; após, em 2002, foi incorporada à Brasil Ferrovias S/A. e adquirida, por fim, pela ALL em maio/2006).

Portanto, apenas e tão-só a partir da última virada de século é que a rede ferroviária foi reativada naquela região, possibilitando o escoamento da produção pelo porto de Santos/SP, via férrea.

A própria indústria Fibria informa haver firmado contrato com prazo de 20 (vinte) anos com a ALL, atual responsável pelos ramais da antiga NOB, com vistas a assegurar o transporte ferroviário desde Três Lagoas até o Porto de Santos/SP (PÖYRY/FIBRIA, 2011, 76). Fala-se em R\$250 milhões de investimento, em parceria, entre essas duas empresas, com a criação de um ramal ferroviário ligando a planta industrial, que está localizada a cerca de vinte quilômetros do perímetro urbano da cidade de Três Lagoas, ao ramal ferroviário da rede (IDEM), como se vê no mapa ferroviário atual, abaixo.

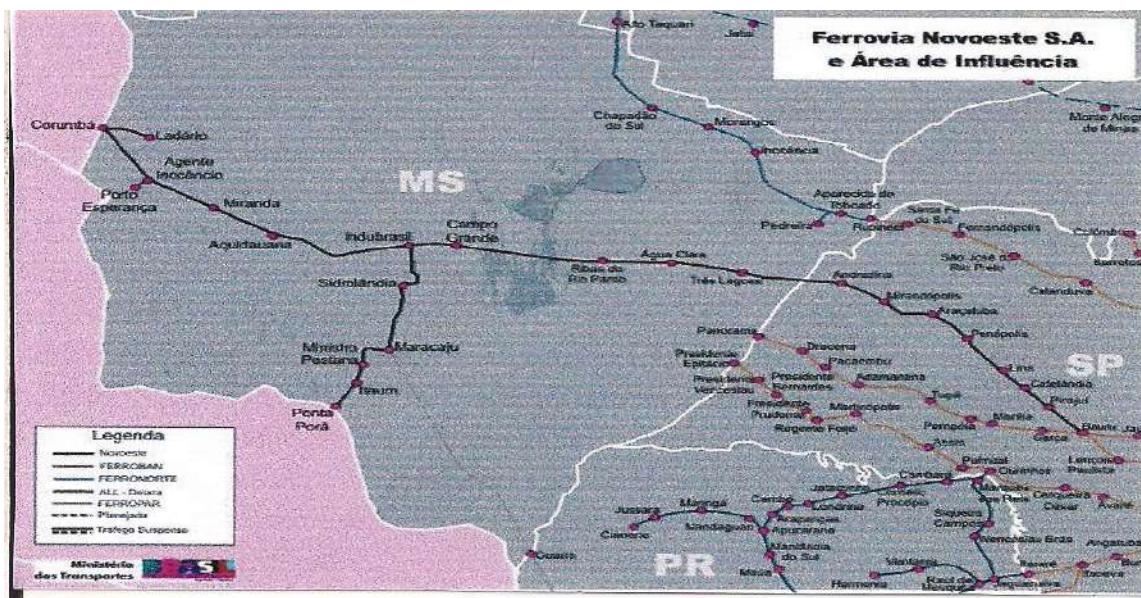


Figura 1: Malha ferroviária MS/SP⁷

Fonte: PÖYRY TECNOLOGIA LTDA./FIBRIA CELULOSE S/A., EIA/RIMA DE SUA EXPANSÃO, 29/04/2011.

Quanto à malha rodoviária na região, na década de 1970, era pífia em pavimentação asfáltica, com apenas dois parques trechos realizados (BR-267, trecho de Bataguassu a Campo Grande [ligação do Mato Grosso do Sul com o Estado de São Paulo] e BR-163, trecho de Dourados a Campo Grande)⁸.

A origem da BR-267, do trecho que liga Campo Grande a Bataguassu e à barranca do Rio Paraná, em sua margem direita é a chamada “estrada boiadeira”, construída em 1905, isto é, no início do Século XX por um fazendeiro de antonomásia “Manuel Cecílio”, cujo verdadeiro nome era Manuel da Costa Lima que, às suas expensas, literalmente, cortou a machado 325 km de cerrado nativo e entregou a estrada, em chão batido, ao governo do então Estado de Mato Grosso, a outubro de 1906⁹ (CAMPESTRINI. GUIMARÃES, 1991, 115).

⁷Destaque que a ponte ferroviária sobre o Rio Paraná, construída na cidade de Três Lagoas, com 1.024 metros de extensão, foi inaugurada em 1926 (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 1991, 111).

⁸Fonte: “As rodovias brasileiras e o salto necessário para o primeiro mundo”, Cartilha do Ministério dos Transportes, Forum de Infraestrutura e Logística, Belo Horizonte, 07/06/2013. Disponível em: http://www.transportes.gov.br/images/Materiais_Cursos_Palestras/PDF_docs/RodoviasBrasileiras_SaltoNovoMundo2013.pdf

⁹Note-se que há informações de que “o sul de Mato Grosso, no início do século 20, crescia pelo esforço e os recursos de seus habitantes, abandonado pelo poder estadual” (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 1991, 117). Isso, talvez, explique a iniciativa de Manuel Cecílio. Mas, prefere-se

Seu objetivo era, efetivamente, possibilitar a ligação dos criadores de gado com o mercado paulista por terra, até então, inexistente. Para transpor ao Rio Paraná, o autor da façanha dos machados realizou outra, também, hercúlea; comprou uma lancha a vapor¹⁰ e a trouxe navegando da cidade paraguaia de *Concepción*, pelos rios Paraguai, Miranda e Aquidauana, fundeando-a próximo ao Ribeirão Taquaruçu; ali desmontou-a, colocou suas partes sobre uma carreta imensa de quatro rodas, construída na Fazenda Santo Antônio e, com vinte homens mais duzentos bois carreiros tomou o rumo da ainda Vila de Campo Grande (atual capital do MS) e, de lá, pela estrada boiadeira por ele construída, chegou ao Ribeirão Lontra, em sua confluência com o Rio Anhanduizinho; ali, descarregou, remontou-a e navegou rumo ao Anhanduí, após, o Pardo e, enfim, o Rio Paraná, onde passou a rebocar uma balsa que realizava a travessia das boiadas do MS para SP (CAMPESTRINI. GUIMARÃES, 1991, 115-116). Isso revela que todo o trabalho de Hércules realizado por Manoel Cecílio e seus homens, na verdade, não passava de um grande investimento privado, vez que, ele se tornou o único explorador da balsa naqueles rincões, à época e durante muitos anos.

A condição precária das rodovias sul-matogrossenses, porém, persistiu, ainda, durante toda a década de 1980 (figura 2, mapas, abaixo). O tal “corredor” da celulose, que vai de Três Lagoas a Campo Grande, cortando o Estado de leste a oeste, num total de 339 km era uma estrada de terra batida que somente veio a ser pavimentada (BR-262) na década de 1990, como se pode observar pela evolução da malha viária que o DNIT apresenta em seus mapas decenais, abaixo:

pensar que tudo não passou de um grande investimento, pois, após a estrada construída, as boiadas que vinham do Pantanal, dos baixios e da região da Vacaria (Campo Grande) puderam utilizá-la e, obviamente, pagar pelos serviços de transporte da balsa puxada por Carmelita, de propriedade do próprio Manuel Cecílio.

¹⁰Consta que o nome da dita lancha a vapor era “Carmelita” (IDEM, 115).

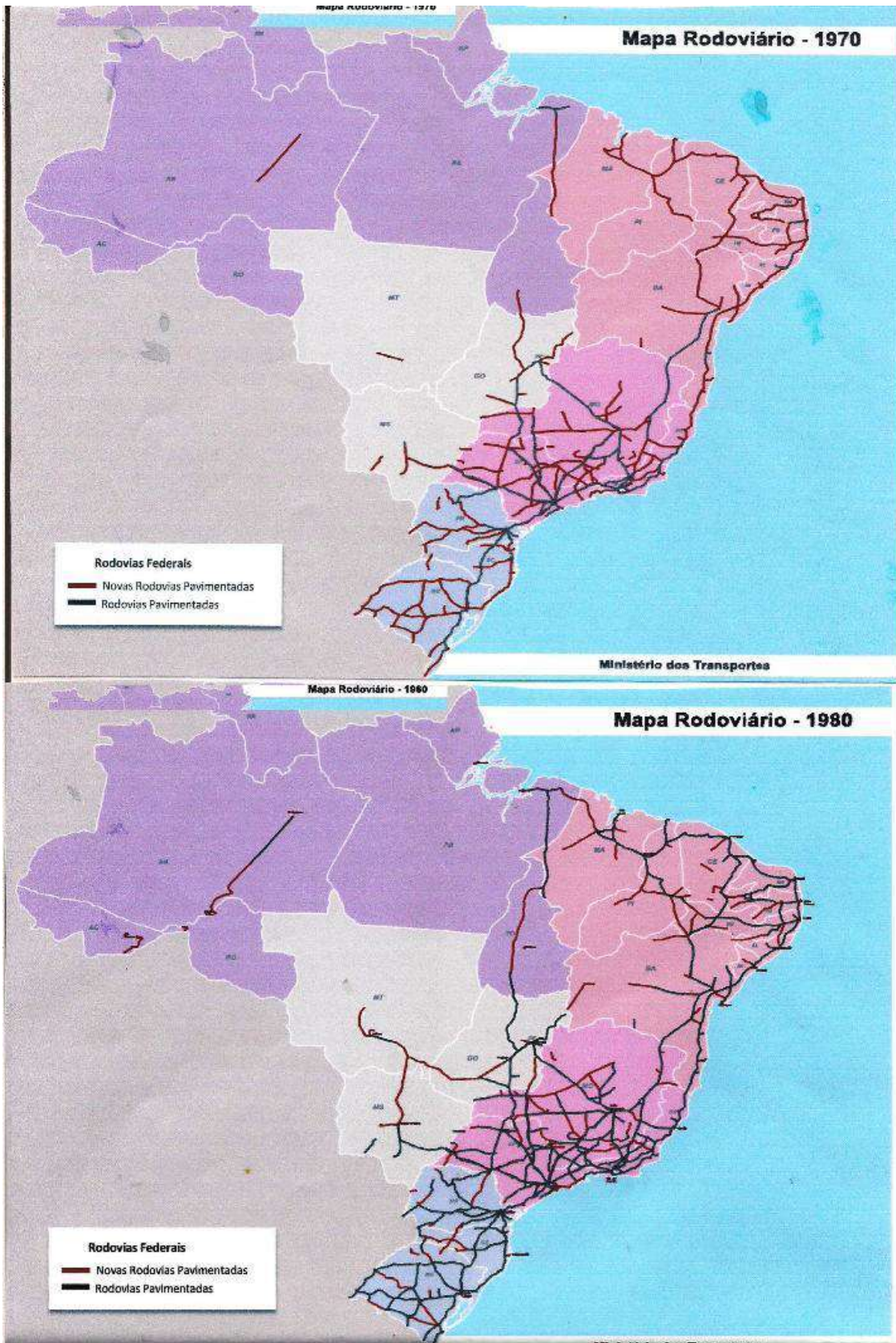


Figura 2: Mapas DNIT 1970 e 1980
Fonte: DNIT, acesso <http://servicos.dnit.gov.br/condicoes/ms.htm>

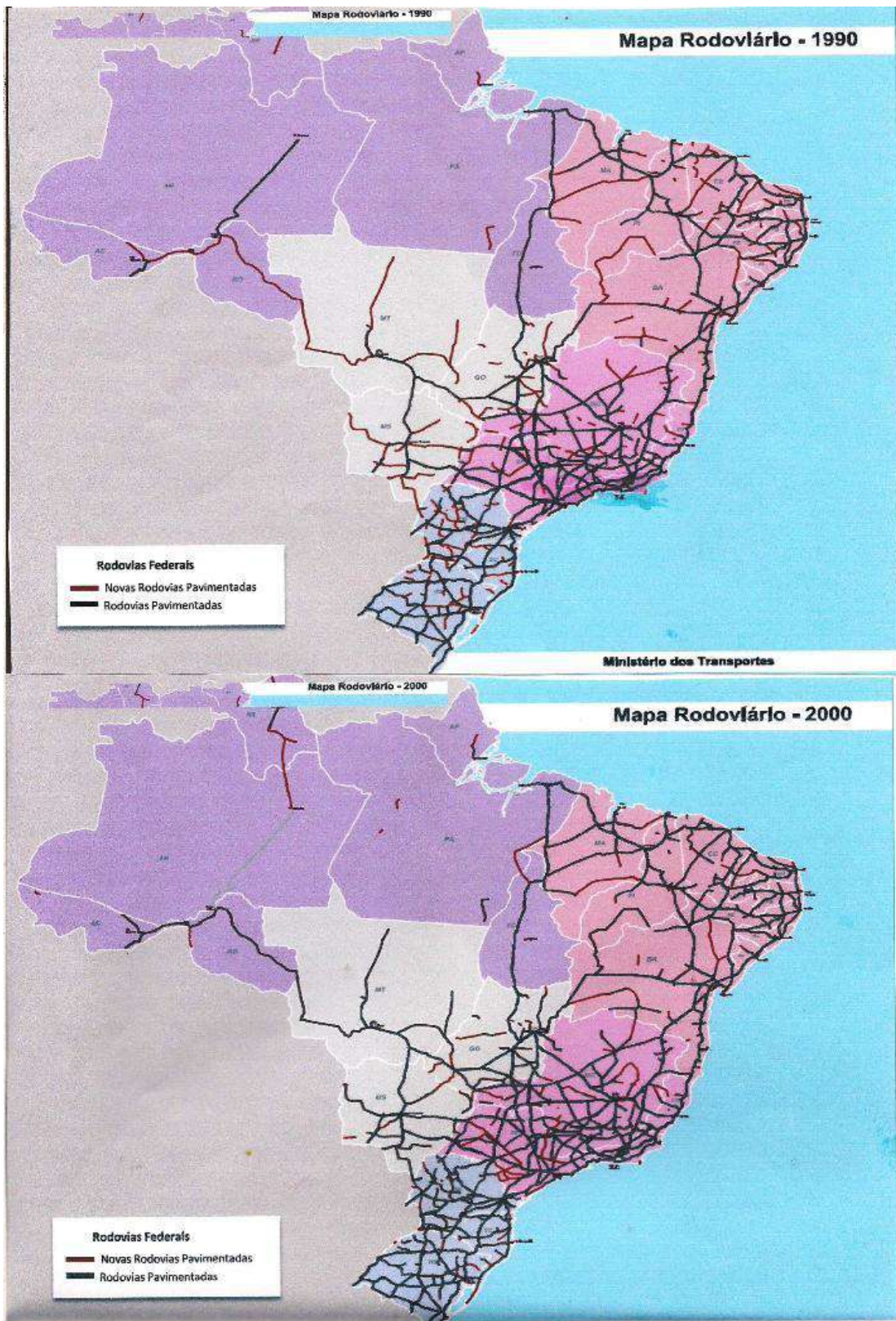


Figura 3: Mapas DNIT 1990 e 2000
Fonte: DNIT, acesso <http://servicos.dnit.gov.br/condicoes/ms.htm>

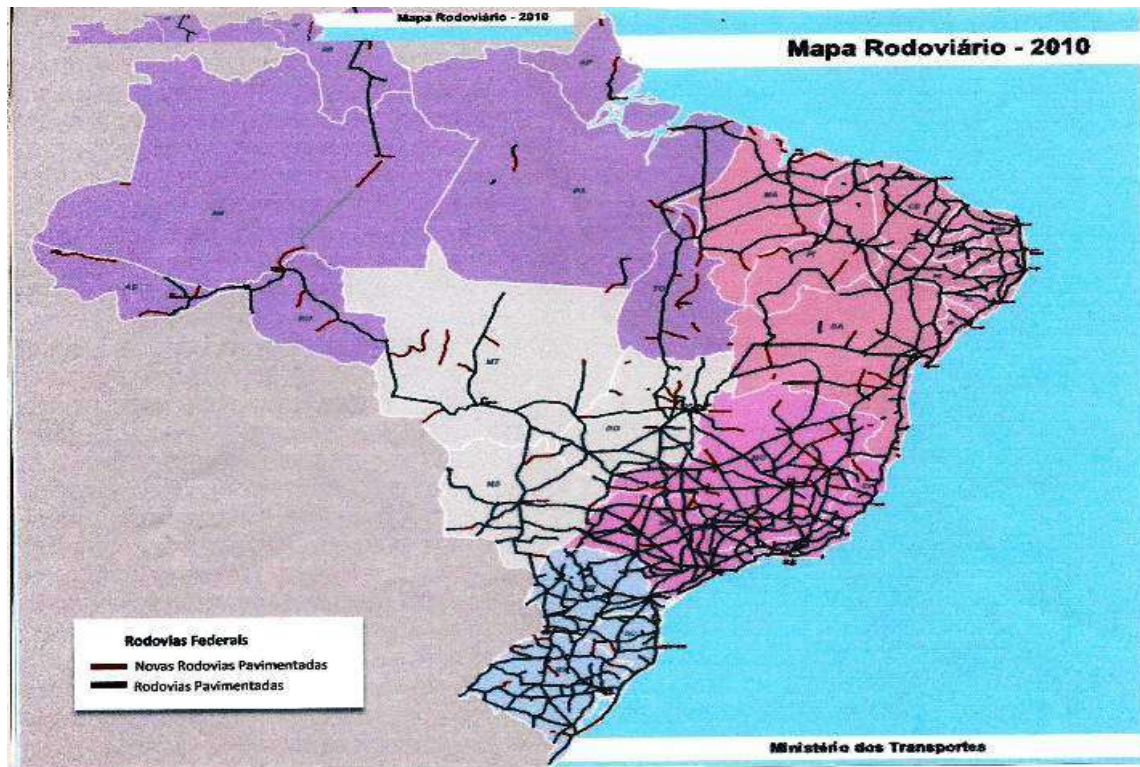


Figura 4: Mapa DNIT 2010

Fonte: DNIT, acesso <http://servicos.dnit.gov.br/condicoes/ms.htm>

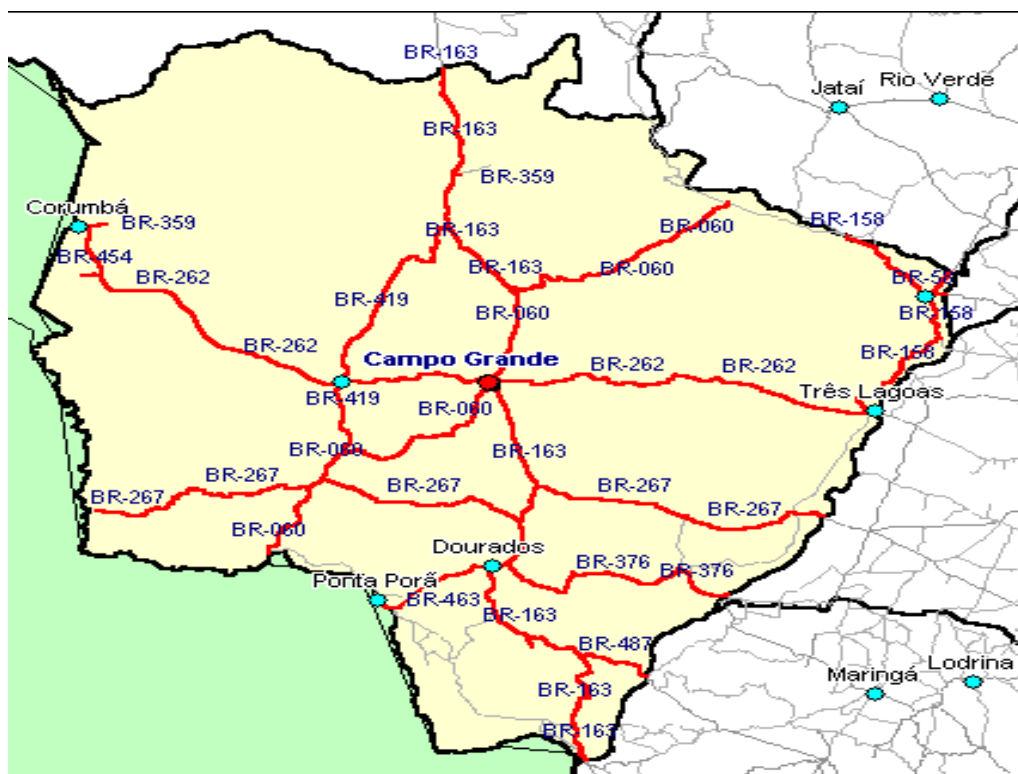


Figura 5: Mapa atualizado (2015) das rodovias federais no MS.

Fonte: DNIT, acesso <http://servicos.dnit.gov.br/condicoes/ms.htm>

Veja-se o destaque que se dá à BR-262, ligando o denominado “corredor” da celulose, sentido leste-oeste, a partir de Três Lagoas e que integra boa parte da região do Bolsão sul-matogrossense; a “teia” rodoviária federal, na região do Bolsão, é completada pelas BR’s 158 (Três Lagoas – Paranaíba, sentido sul-norte), 060 (Chapadão do Sul – Campo Grande, sentido norte-sul) e 267 (Bataguassu – Nova Alvorada do Sul, sentido leste-oeste).

A pavimentação asfáltica desse trecho só foi realizada durante a década de 1990, pouco antes da recorrência do complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel. O que se observa, dos mapas suprapostos, é que se criou e se implementou, apenas no que diz respeito ao governo federal, uma teia que envolve todo o Estado de Mato Grosso do Sul a possibilitar o trânsito viário e, fundamentalmente, deslocamentos de cargas. Mas, isso se deu de forma bastante lenta, gradativa e apenas atingiu esse estágio na proximidade da mais recente virada de século.

Ora, fica evidente que nas décadas de 70 e 80 seria inviável o trânsito dos treminhões carregados de toras de eucalipto pelo Mato Grosso do Sul, nas condições citadas, principalmente, na região do Bolsão. Logo, o fator logística da produção e seu escoamento restara totalmente comprometido na década do “milagre econômico”.

Por outro lado, a hidrovia Tietê-Paraná, que possibilitaria, em tese, o escoamento da produção, tão-só teve a eclusa de Jupia, localizada na UHE Engenheiro Souza Dias, em Três Lagoas/MS, inaugurada em 15/01/1998, vinte e quatro anos após a inauguração da hidrelétrica, possibilitando, somente a partir dessa data, a transposição do desnível de 23 (vinte e três) metros entre montante e jusante do reservatório e, assim, a navegação entre ambos os trechos pelo Rio Paraná.

Porém, ainda assim, sem eclusa na UHE Itaipu, a hidrovia, embora com quase 2.400 km, termina em Foz do Iguaçu/PR, impedindo o acesso ao mar pelo Sul. A alternativa atual seria subir o Rio Paraná, adentrar ao Rio Tietê, pela hidrovia e ir até Conchas/SP, de onde se poderia seguir até o Porto de Santos, via rodoviária, o que acabou por comprometer a logística hidroviária, que poderia, em tese, se tornar um importante e menos custoso fator de escoamento da produção.

Nesse sentido, a falta de planejamento, ou melhor, o planejamento conscientemente orientado a preservar o máximo de transporte de cargas por estradas de rodagem, opção clara feita pelo governo ditatorial-empresarial-militar e seguida pelos que o sucederam, tem tornado a hidrovía, senão um conto mal-acabado, ao menos um fator bem abaixo de suas condições de transporte e capacidade de carga.



Figura 6: Eclusa de Jupiá
Fonte: CESP Companhia Energética de São Paulo

Se levar-se em conta o fato de que toda a matéria-prima para a industrialização da pasta de celulose e até das 234 mil toneladas de papel também ali fabricadas por ano é transportada em treminhões, isto é, as toras de eucalipto, cortadas em segmentos, viajam dentro do MS e de oeste paulista para o entorno de Três Lagoas, onde se localizam as duas plantas industriais, por rodovias, todo o

acima exposto, desde as questões pertinentes ao mercado financeiro global unificado, o novo mercado de créditos de carbono e as dificuldades graves do ponto de vista logístico, servem para certificar, senão, como única explicação plausível, ao menos, o porquê do ressurgimento do complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel no Mato Grosso do Sul, principalmente, na região do Bolsão – borda leste do Estado, somente a partir da virada dos séculos XX - XXI, com os primeiros plantios dos clones de eucalipto, tendo as plantas industriais sido inauguradas em 30/03/2009 (FIBRIA e INTERNATIONAL PAPER) e 12/12/2012 (ELDORADO BRASIL), respectivamente.

Mas, e aquele eucalipto todo, plantado em meado de 1970 (recorde-se que há registro público de 416.000 hectares de plantio entre Três Lagoas e Ribas do Rio Pardo, aqui denominado, “corredor do deserto verde¹¹”)?

Virou carvão, utilizado, principalmente, para abastecer a indústria siderúrgica dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, fomentando o incremento das carvoarias no Mato Grosso do Sul, fonte inesgotável de trabalho escravo, principalmente, o trabalho escravo infantil e de danos ambientais (FARAH; FUJIWARA, 2003, 113).

Assim sendo, diante dessa perspectiva, a ideia de que aqueles que aderiram ao planejamento e plantaram eucalipto em suas terras naquele momento sofreram prejuízos trata-se de uma falácia, absolutamente, indefensável.

Abastecem as indústrias de celulose-papel outras espécies de eucalipto, introduzidas na última virada de século, de fibra-curta, de teor mais macio, com elevado índice de alvura, clonados, geneticamente modificados para resistir ao glifosato e possibilitar o crescimento em prazos mais curtos e um branqueamento mais célere da pasta que é direcionada ao mercado internacional (CIRILLO, 2015, 32-34).

Assim, muito embora as condições materiais e de logística, bem como, aquelas relacionadas à comercialização internacional em mercados financeiros de *commodities* não se fizessem prontas, o *know how*, a expertise da propaganda, já

¹¹ A expressão “deserto verde”, geralmente, é uma forma pejorativa que alguns ambientalistas usam para designar as plantações de eucaliptos destinadas à produção de pasta de celulose e papel. Isso se coaduna com a ideia de que para muitos ambientalistas, plantações como essas não são florestas, devido a ostentarem exclusivamente a monocultura, o que impede a biodiversidade.

elaborava os fatores embrionários que viriam a propiciar pouca ou nenhuma resistência por parte da população, urbana e rural, nas cidades que vieram a ser atingidas pelos empreendimentos, trinta anos mais tarde, como mais uma manifestação da racionalidade formal do sistema (WEBER, 2012, 52).

Esses fatores, gestados durante longo tempo, tratam do cultivo de uma ideologia do pleno-emprego, realizado ao longo de mais de três décadas na região, atrelando isso às noções de progresso, desenvolvimento e sustentabilidade do capital.

Num universo em que os procedimentos de licenciamento ambientais exigem a participação pública, esse senso comum (im)plantado, muito bem propagandeado, direcionado, se revela como um relevante fator para a aceitabilidade das condições, alterações e externalidades que o complexo celulose-papel viria a impor à região e reforçar a ideia de invisibilização de eventuais conflitos.

1.2. Recorrência: a segunda – e bem sucedida – tentativa de entrada do complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel no Mato Grosso do Sul

Se, num primeiro momento, o sonho papeleiro no Mato Grosso do Sul se tornou uma espécie de “pesadelo”, ou, um fator de “crise” para investidores e interessados, principalmente, aqueles produtores rurais que compraram a ideia, em meado de 1970, e substituíram o cerrado ou até boa parte da pastagem por eucalipto¹², três décadas após viu-se surgir no horizonte o complexo agroindustrial com força renovada, investimentos da ordem de bilhões de reais, opinião popular bem trabalhada pelo marketing, políticos e empresários encabeçando o mote de progresso, desenvolvimento e sustentabilidade, enfim, o cenário em meado de 2000 era, definitivamente, outro.

¹²Ainda que isso seja extremamente discutível, pois, houve redirecionamento do eucalipto plantado para servir como carvão nas siderúrgicas de MG e SP, o que, efetivamente, minimizou ou impediu eventuais perdas financeiras dos investimentos e, além disso, recorde-se que boa parte foi feita com crédito e financiamento públicos, pelo FCO ou pelo BNDES.

Mas, por que Três Lagoas? Por que, exatamente a região do Bolsão Sul-Matogrossense foi escolhida para receber, em menos de meia década, as duas maiores plantas industriais para produção de pasta de celulose do mundo, com a possibilidade de uma terceira indústria, do grupo CRPE HOLDING S/A. vir a ser instalada na cidade de Ribas do Rio Pardo dentro em breve¹³?

O que justifica que a parte considerada mais pobre, carente, abandonada do Estado – aquela que sempre restava alheia aos investimentos, porque os recursos ficavam no fundo do bolso, no bolsão dos políticos e empresários – viesse a ser, precisamente, a eleita para receber investimentos, públicos e privados, de tamanha dimensão? Porventura, o capitalismo, finalmente, teria, ali, buscado cumprir um papel-social?! Penso que não.

Sem pretender ter a única palavra, ou, a palavra-final, ou, uma explicação absolutizante disso, propõe-se, também, alguns fatores que podem estar na ordem-do-dia para essa “eleição” da chamada Cidade das Águas como capital mundial da celulose e da região do Bolsão sul-matogrossense pelo complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel. E, por falar em Bolsão, denominado “Vácuo” em meado do Século XIX¹⁴, ei-lo:

¹³Fonte: Jornal Correio do Estado, matéria titulada “Fim do mistério”, por Rosana Siqueira, publicada na edição de 13/12/2013.

¹⁴Até o início do Século XX, a única cidade existente em todo o Bolsão era Santana do Paranaíba, localizada no nordeste do atual Mato Grosso do Sul, bem próxima às divisas com SP, MG e GO, na região conhecida por “Sertão dos Garcias”, que foram os primeiros brancos a ali chegar e fixar pouso. Atualmente denominada Paranaíba, uma das cidades mais antigas de todo o Mato Grosso do Sul, ao lado de Corumbá e Miranda (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 1991, 89).



Figura 7: Região do Bolsão sul-matogrossense

Fonte: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul: Regiões de Planejamento, janeiro de 2015.

O primeiro fator é, justamente, a água, como já, anteriormente, trabalhado por Almeida (2012b, 24). Melhor dizendo, a pluviosidade média anual em precipitação de chuvas na região do Bolsão sul-matogrossense e, ao lado disso, o fato de estar o complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel encravado numa região que dispõe de ao menos cinco grandes rios, o Paraná, o Sucuriú, o Verde, o Pardo e o Ivinhema, tal seja, parte considerável da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Paraná (figura 8, mapa abaixo).

Este fator, ao lado das condições edafoclimáticas¹⁵ do Brasil e, principalmente (mas, não só), as encontradas na borda leste do Mato Grosso do Sul – região do Bolsão, possibilitam que o eucalipto, originário da Austrália,

¹⁵ Referem-se às condições de clima, umidade, temperatura, aeração, insolação, posição de ventos, pluviosidade média de um determinado local ou região.

requeira no máximo 7 (sete) anos para seu crescimento e estar em condições de produzir a contento a pasta de celulose¹⁶. Segundo Schlesinger:

[...] a velocidade de crescimento do eucalipto no Brasil, em função do clima, é a maior razão para sua expansão acelerada no País. Enquanto nos EUA e no Canadá este crescimento consome 70 anos e na Austrália, de onde o eucalipto é originário, demanda 30 anos, no Brasil, requer apenas sete anos. (2008, 63)

Parece caber bem, aqui a advertência no sentido de que

A substituição de ciclos e regimes de tempo-espaço naturais por ciclos e regimes de tempo-espaço industriais na agricultura, tem um impacto prejudicial sobre o meio-ambiente, o natural bem como o construído, e sobre o sistema social. (ALVATER, 2007, 369)

Veja-se, no mapa abaixo, que a hidrologia e o clima se imbricam num metabolismo raro e muito relevante para favorecer o complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel na região, de forma a estabelecer pontos estratégicos iniciais que suportarão e legitimarão a racionalidade do capital para realizar ali os investimentos necessários para a criação dos chamados desertos verdes.

¹⁶Há notícia de que o ciclo de corte do eucalipto poderá ser menor, variando entre 5 e 6 anos, a depender da região, clima, tipo de solo, insolação e abastecimento d'água/pluviosidade. Fonte:[http://ambientes.ambientebrasil.com.br/florestal/silvicultura/silvicultura_do_eucalipto_\(eucalyptus_spp.\).html](http://ambientes.ambientebrasil.com.br/florestal/silvicultura/silvicultura_do_eucalipto_(eucalyptus_spp.).html)



Figura 8: Mapa Hidrográfico da Bacia Tietê-Paraná.
Fonte: http://www.riosvivos.org.br/arquivos/site_imagens_1594753892.png

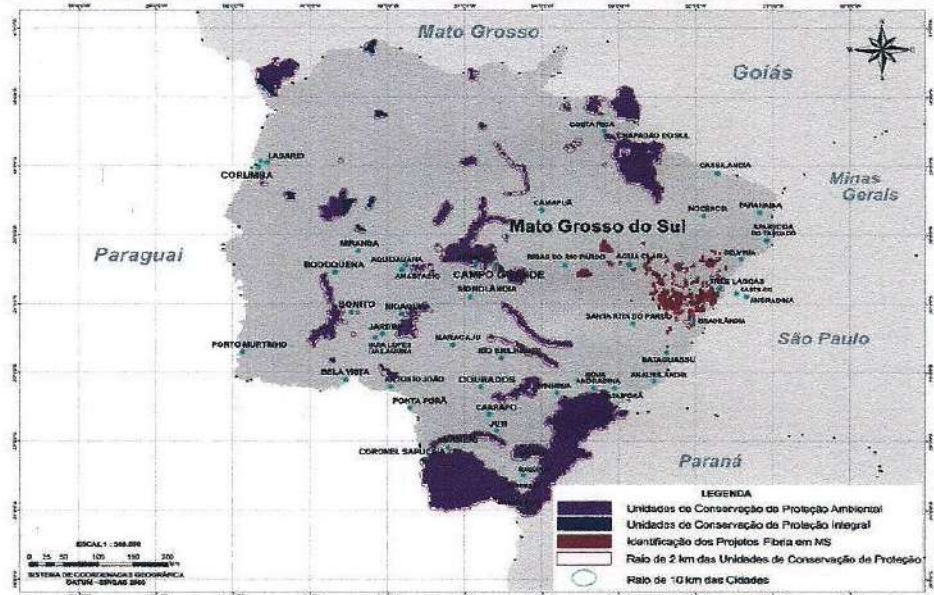
Além disso, é possível traçar um paralelo entre a questão hidrográfica e o mapa de operações florestais das indústrias que integram o complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel. Veja-se que, não por mera coincidência, a Fibria mantém a quase totalidade de seu maciço florestal no entorno de quatro dos rios citados acima. Os 224.790,12 hectares ocupados com “floresta” de eucaliptos plantados, apenas por essa empresa, em outubro de 2015 (OLIVEIRA et alii; FIBRIA, 2015, 5) se encontram, justamente, alocados – não sem propósito – no quadrante em que se situam os rios citados, ou, no atual Território Rural do Bolsão Sul-Matogrossense (NARDOQUE; ALMEIDA, 2015, 5).

Todavia, a mesma indústria, em outro relatório, que versa sobre sustentabilidade, aponta para a ocupação, no mesmo período, de um total de 277.546 hectares plantados certificados (FIBRIA, 2014, 107), apresentando uma distorção de 52.756 hectares se comparada à informação constante do Resumo do Plano de Manejo. Aparentemente, deve haver um sentido implícito nessas distorções numéricas, pois, tendem a escamotear o universo de pesquisa, ora levando o público a um sentido de “grandeza”, de “desenvolvimento”, ora, traduzindo uma mensagem de “cautela”, de economia “verde”, “sustentável”, enfim.

Tudo depende de qual relatório, boletim ou nota a indústria reconhece como interessante e oferece à publicidade, isto é, se para investidores, empregados e colaboradores terceirizados, público governamental, população que padece os efeitos de suas operações etc..

ÁREA DE ATUAÇÃO

Unidade de conservação e Unidade Florestal



Unidade de Gestão de Recursos Hídricos abrangidas pela Unidade Florestal

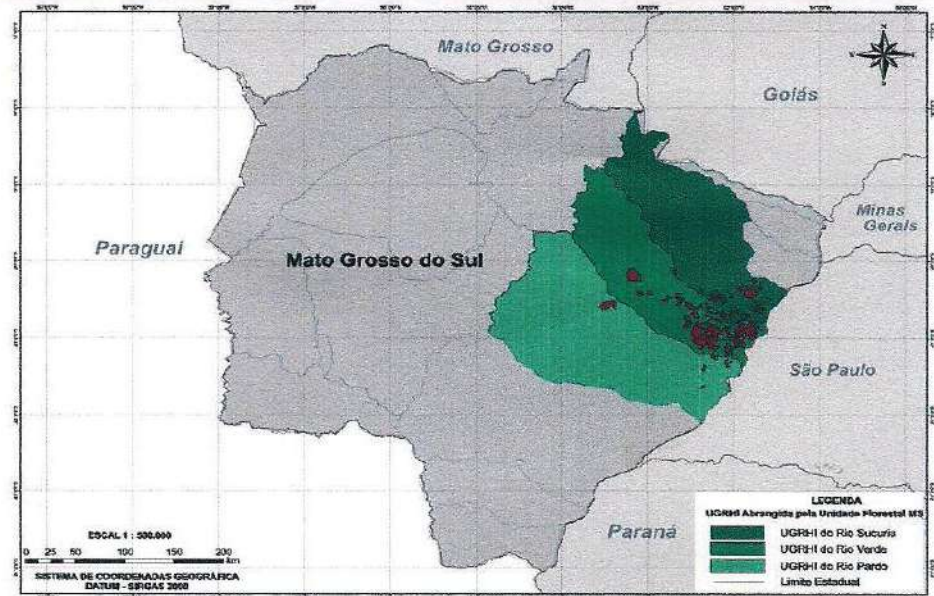


Figura 9: Área de produção florestal FIBRIA 2015.
Fonte: ROCHA et alii; FIBRIA. Resumo do Plano de Manejo – Unidade Florestal MS – Três Lagoas, 9ª edição, 2015.



Figura 10: Planta industrial da FIBRIA CELULOSE S/A. – UNIDADE TRÊS LAGOAS/MS¹⁷
Fonte: Perfil News.

A par disso, a outra grande indústria papelreira, Eldorado Brasil, também apresenta seu Plano de Manejo Florestal – agosto/2015, onde se pode observar que segue a mesma lógica com os plantios dos eucaliptos muito próximos à abundância de águas representadas pelos rios citados e outros, pois, a base florestal dessa indústria se estende até próximo à entrada do Pantanal sul-matogrossense, nas áreas rurais das cidades de Anastácio e Dois Irmãos do Buriti:

¹⁷Veja-se, ao fundo, o Rio Paraná. A fábrica se localiza à sua margem direita, em território sul-matogrossense, à jusante da UHE de Jupia..

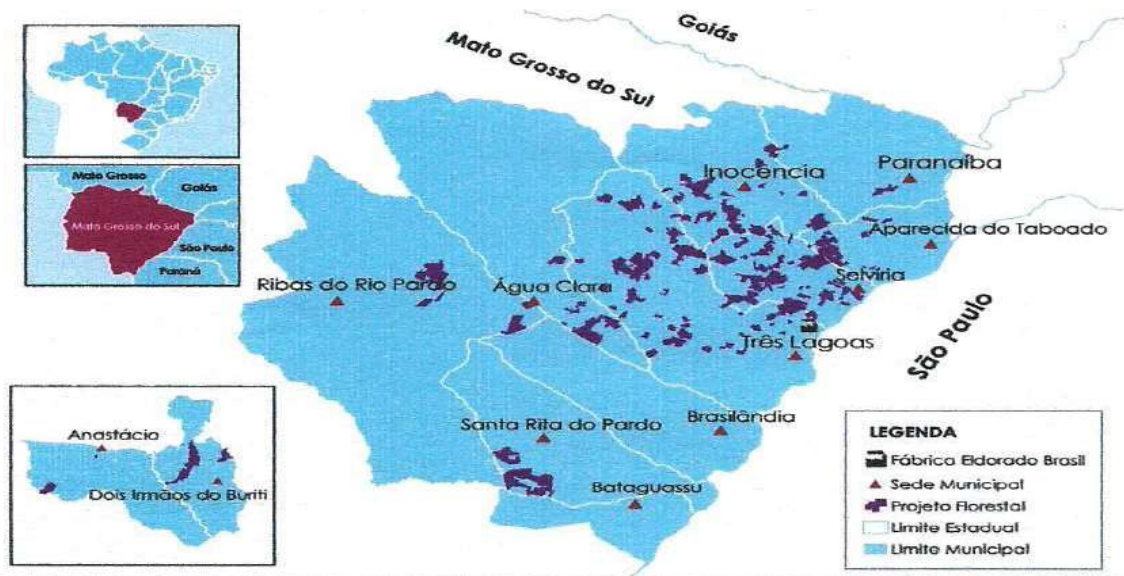


Figura 11: Área de produção florestal ELDORADO BRASIL 2015.
Fonte: ELDORADO BRASIL. Resumo do Plano de Manejo Florestal, 4ª edição, 2015.



Figura 12: Planta industrial da ELDORADO BRASIL CELULOSE S/A.¹⁸
Fonte: Perfil News

¹⁸Note-se, ao fundo, o Rio Paraná. Assim como a outra papelreira, a fábrica se localiza em sua margem direita, no Estado do MS, mas, esta, a montante da UHE de Jupuí.

A Eldorado Brasil, cujo início de operação industrial se deu ao final de 2012, apresenta mais de 200 mil hectares em área plantada com eucalipto (ELDORADO, 2014, 8), dos quais, cerca de 188 mil hectares estariam certificados em agosto de 2015 (ELDORADO, 2015, 9).

Não se deve esquecer, ao lado das duas gigantes de celulose instaladas em Três Lagoas, a presença marcante da americana International Paper do Brasil, cuja unidade em Três Lagoas é integrada à planta industrial da Fibria e entrou em operação no mesmo período, ou seja, em 30/03/2009.

A International Paper, ou, simplesmente, IP, desde sua entrada em operação, produz o montante de mais de 230 mil toneladas/ano de papel não revestido (SITITREL, julho/2015; IP, Relatório de Sustentabilidade 2012, 16), diferentemente, das outras, cujo produto final é a pasta de celulose em placas. Já há planos concretos, ao lado das ampliações das plantas industriais de Fibria e Eldorado Brasil, do investimento da ordem de R\$900 milhões na ampliação da IP (CELULOSE ONLINE, agosto/2015)¹⁹.

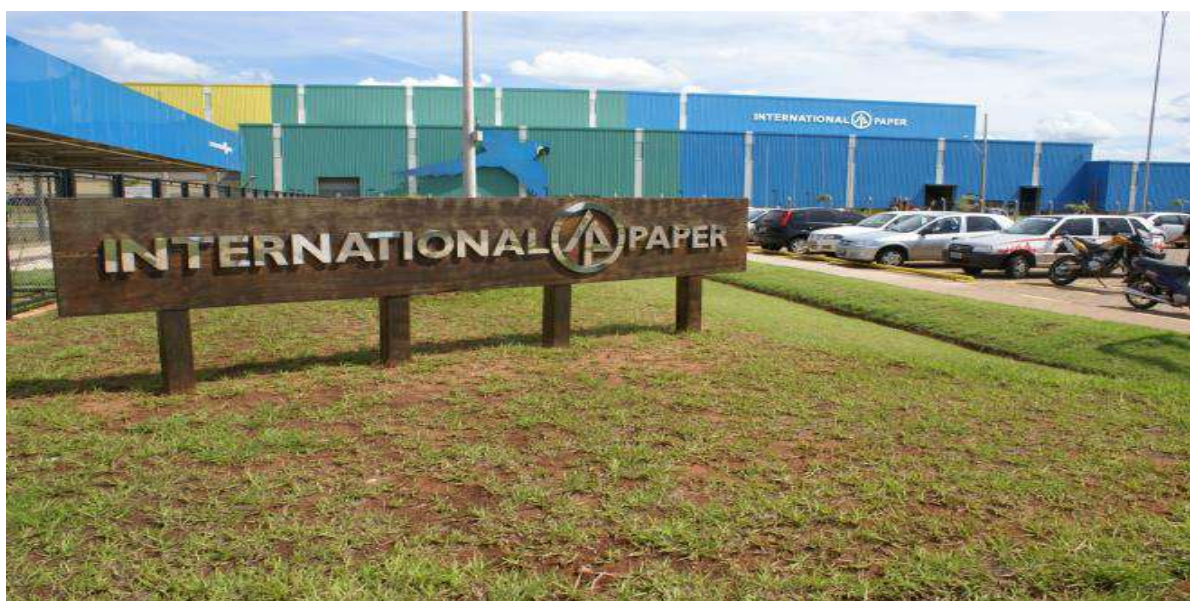


Figura 13: International Paper do Brasil²⁰
Fonte: SITITREL/IP

¹⁹Em 2012 a IP protocolou requerimento de licença ambiental de instalação com vistas à instalação da segunda máquina para fabricação de papel na unidade em Três Lagoas, conforme declarado pelo presidente da FIEMS. Fontes: Jornal do Povo News, adaptado por Celulose Online; SITITREL.

Todavia, a própria International Paper informa que sua base florestal se encontra localizada nos Estados de SP e sul de MG (IP, Relatório de Sustentabilidade, 2014, 12). Assim, a fábrica da IP, unidade localizada em Três Lagoas dispõe, para a sua produção de papel, de celulose oriunda da Fibria, isto é, do maciço florestal localizado na região do Bolsão sul-matogrossense.

Todo empreendimento que envolva agricultura exige disponibilidade de água, e, no caso, a silvicultura sob o formato de monocultura de eucalipto, ocupando vastíssimas extensões de território, bem como, o processamento da pasta de celulose e do papel exige, ainda, muito mais.

No caso da região de Três Lagoas, borda leste do Estado de Mato Grosso do Sul, 3 (três) Estações Meteorológicas da EMBRAPA e da UNESP – Campus Ilha Solteira coletam dados diariamente, desde 1972, conforme descrito por Medeiros et alii (2014):

Estação	Município	Coordenadas Geográficas	Média Anual Precipitação (mm)
Estação Três Lagoas (EFNOB)	Três Lagoas	s 20°48'00" w 51°43'00"	831,5
Estação Garcias	Três Lagoas	s 20°35'54" w 52°13'10"	1203,6
Estação Porto Galeano	Três Lagoas	s 20°05'37" w 52°09'35"	1317,1

Tabela 1. Estações Meteorológicas e seus respectivos municípios, coordenadas geográficas e precipitação anual.

Fonte: EMBRAPA CLIMA.

Org: MEDEIROS, 2013.

Justifica-se a presença da tabela acima tendo em vista que o município de Três Lagoas apresenta três estações meteorológicas, que distam entre si pouco

²⁰A fábrica da IP está localizada dentro do complexo industrial da FIBRIA e também se situa á margem direita do Rio Paraná, à jusante da UHE de Jupia.

mais de 30 (trinta) km, fato pouco comum, estando a primeira localizada no perímetro urbano e as demais na área rural.

Ao falar-se sobre uma cultura perene que exige grande volume de água para a sua evolução e, diante do adensamento do modelo (em torno de 1.667 a 2020 mudas por hectare, para a produção de pasta de celulose²¹), essas médias se revelam bastante promissoras. Em entrevista concedida ao pesquisador pelo atual presidente do Sindicato Rural de Três Lagoas, por ocasião da aplicação dos questionários em campo, obteve-se a informação de que a presença das indústrias de celulose – e do plantio que as cercava a perder-se de vista – tinha exatamente este fator – pluviosidade em precipitação de chuvas com média histórica acima de 1.400 mm. como determinante.

Essa informação foi confirmada pelo pesquisador junto à EMBRAPA Agropecuária Oeste, localizada em Dourados/MS. Segundo a pesquisa lá conduzida, cujo gráfico ilustra abaixo:

[...] anualmente chove, em média, 1.435 mm na região do Bolsão de Mato Grosso do Sul [...] Nota-se que existe variabilidade no tempo, que fez com que no ano mais chuvoso (1989) fossem registrados 1.775 mm (24% a mais que a média). Já em 1985, ano mais seco, foram registrados somente 1.107 mm (23% abaixo da média). Por fim, nota-se que em 75% dos anos a chuva registrada foi acima de 1.288 mm. (FLUMIGNAN; FIETZ; COMUNELLO, 2015, 24)

²¹Fonte: AVAMFLORA, <http://www.avamflora.com.br/comoplantar.php>.

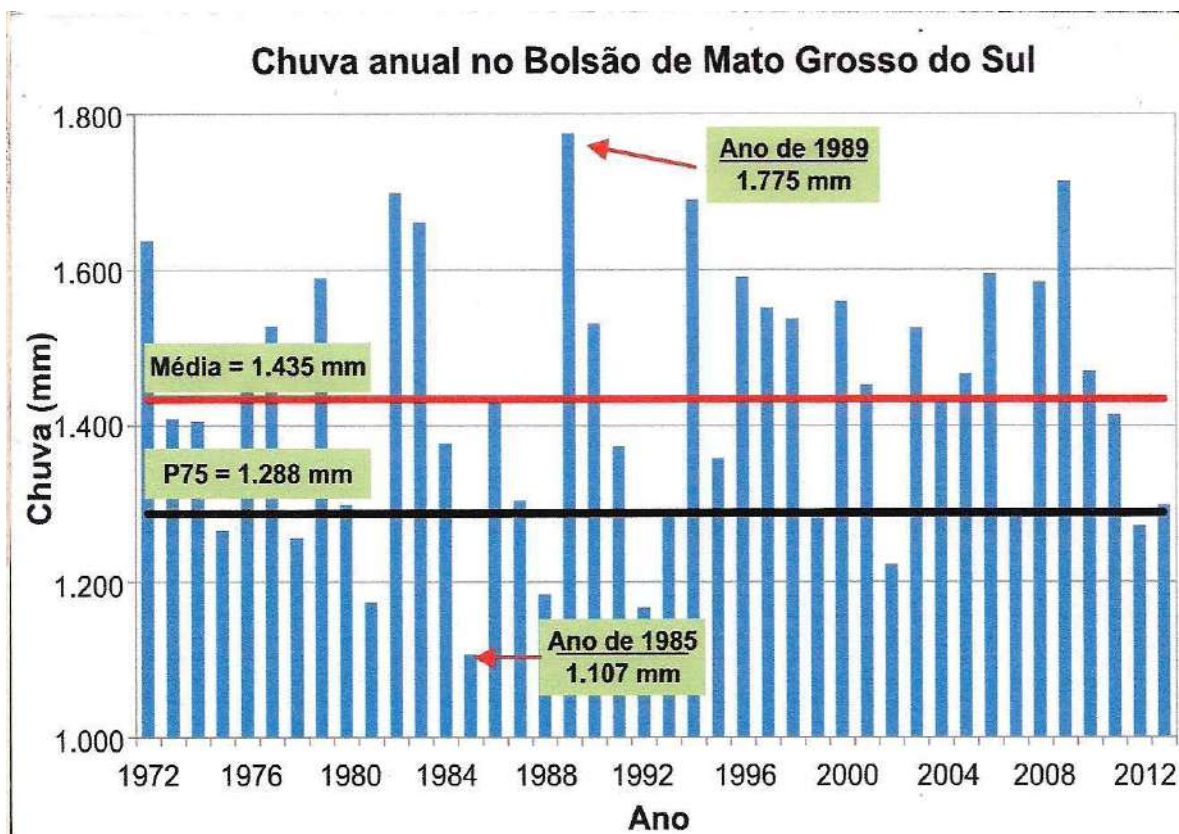


Figura 14: Variabilidade anual das chuvas na região do Bolsão de Mato Grosso do Sul, entre 1972 e 2013.

Fonte: EMBRAPA Agropecuária Oeste, Dourados/MS, 2015.

Além disso, há o fator relevo. Não se deve esquecer que boa parte do Mato Grosso do Sul possui relevo não-acidentado, quase um “tabuleiro”, passando do Planalto ao Pantanal (ROSS, 1985, 28). Cerca de 73% do relevo do território do Mato Grosso do Sul se apresenta em condições favoráveis à silvicultura, sendo classificado como “plano” e “semiondulado”²².

Assim é a cidade e região de Três Lagoas, que se situa na chamada porção centro-oeste do Planalto brasileiro (PONSO et alii, 2012, 771), o que se repete no chamado “corredor” Três Lagoas – Campo Grande. Um relevo pouco ou nada acidentado é extremamente promissor para a logística e custos de plantio, trato, colheita e, principalmente, envio às plantas industriais da matéria-prima da pasta de celulose-papel, principalmente, pela necessidade de se construir estradas de

²²Fonte: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Plano Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Florestas Plantadas, março/2009.

chão-batido que façam a ligação entre os “hortos” de eucalipto e as vias pavimentadas, estaduais e/ou federais, que levam a produção às plantas industriais.

O já citado impedimento ao deslocamento racional da matéria-prima e da produção, representado pela ausência de estradas de rodagem pavimentadas foi superado, gradativamente, tendo atingido seu ápice ao final da década de 1990 e início de 2000 (Cartilha do DNIT apresentada no Fórum de Infraestrutura e Logística de 2013, em Belo Horizonte).

Já em 2010, a malha rodoviária federal pavimentada no MS estava otimizada, bem distribuída e atendia, muito bem, às necessidades de acesso, locomoção e remoção das toras de eucalipto.

Com a desestatização das estradas de ferro, a America Latina Logística – ALL não somente encampou a ideia, como, fê-la operar, ao menos no que pertine ao transporte de cargas, a partir de 2009, especialmente, de pasta de celulose para o Porto de Santos e, dali, para os mercados internacionais.

O transporte hidroviário, ao que consta, nunca foi uma opção para o segmento celulose-papel, mesmo tendo a Hidrovia Tietê-Paraná à mão, bem ali, o que não significa, absolutamente, que seja uma opção completamente descartável e descartada para o futuro.

Mas, ao lado disso tudo e das transformações internacionais nos mercados, como, a unificação dos mesmos, em 1986 e a criação do mercado de créditos de carbono, em 2005, há outros fatores, políticos, ambientais, fiscais e creditícios.

O governo do Estado de Mato Grosso do Sul, por sua SEMAC²³, atual SEMADE, editou norma que isenta todo o setor de celulose-papel da obrigação de realizar estudos de impacto ambiental nas áreas de plantio.

Assim sendo, da análise que se pode fazer sobre os estudos e relatórios de impactos ambientais de ambas as indústrias papelarias, Fibria Celulose e Eldorado

²³Resolução SEMAC n. 17, de 20 de setembro de 2007. “O plantio e a condução de espécies florestais nativas ou exóticas, com finalidade de produção e corte ou extração de produtos florestais diversos, em áreas de uso alternativo do solo com atividade agropecuária, ou em áreas que se encontrem subutilizadas ou degradadas, desde que localizadas fora do Pantanal, das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal, fica dispensado de licenciamento ambiental nos termos desta Resolução”

Brasil²⁴, identifica-se que contemplaram tão-só as plantas industriais das papeleiras e, ainda assim, não levando em conta, absolutamente, seus efeitos cumulativos e sinérgicos, utilizando, ainda, de uma metodologia de se parcelar os estudos de impactos ambientais para minimizá-los, como se verá mais adiante, no capítulo terceiro, que trata do conflito socioambiental suscitado pelo MPF junto ao IBAMA/IMASUL.

Todo aquele universo de área plantada com clones de eucalipto geneticamente modificados não constou de nenhum estudo, por mera permissão e decisão político-administrativa estadual. É o “trem-da-alegria” empresarial-ambiental pantaneiro.

No mesmo sentido, mas, sob outra forma de concessão, quanto à municipalidade de Três Lagoas, o que se viu foi uma campanha maciça tendo por mote o progresso, o desenvolvimento e o pleno emprego. Vereadores, ex-Prefeita, Prefeita atual, Deputados Estaduais, Federais, todos, a um só coro, pregaram sobre os benefícios de se ver transformada a Cidade das Águas na Capital Mundial da Celulose.

As isenções fiscais não estavam apenas na esfera estadual; em termos municipais, essa política, que antecede, mesmo, a chegada das indústrias papeleiras em Três Lagoas, se mostrou como o carro-chefe dos atrativos, com isenções fiscais que variam da fase de execução de projetos, como, construção e ampliação de plantas fabris²⁵ a dezenas de anos (FARAH; FUJIWARA, 2003, 117). Incentivos creditícios de longo prazo e isenções fiscais também dão o tom do modelo de implantação e manutenção/ampliação do complexo territorial eucalipto-celulose-papel ali (NARDOQUE; ALMEIDA, 2015, 3).

²⁴ Acesso público diretamente nos sítios eletrônicos de ambas as papeleiras: www.fibria.com.br; www.eldoradorasil.com.br

²⁵ Recente decisão favorável à isenção fiscal de ISSQN por parte da Junta de Recursos Fiscais da Prefeitura Municipal de Três Lagoas para o projeto de ampliação do parque industrial da FIBRIA PAPEL E CELULOSE S/A. – Complexo Industrial Projeto Horizonte II foi publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, órgão responsável por dar publicidade a esses e outros atos. Decisões semelhantes ocorreram – e continuam a ocorrer – em vários outros processos, na referida junta, todos relacionados a serviços prestados por terceiros nessas e em outras ampliações fabris. Fontes: <http://www.diariomunicipal.com.br/assomasul/>, 24/12/2015, Ano VII, n. 1500, pp. 55-60; 05/01/2016, Ano VII, n. 1506, p. 30; 11/01/2016, Ano VII, n. 1510, p. 24.

Aliás, ao que parece, esse tipo de política fiscal de novo nada tem; já era praticado pelo Império no Brasil, pois, este, na ânsia de reconstruir as vilas destruídas pela chamada Guerra do Paraguai (dezembro/1864-fevereiro/1870), principiando pela fronteira oeste, que urgia ser “reguarnecida e reocupada”, isentou de tributos, por dois anos, tudo o que viesse a ser exportado ou importado por Corumbá (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 1991, 90-91), o que causou o reavivamento do Porto de Corumbá.

Deve-se recordar que, com as invasões paraguaias, Corumbá, fundada em 1778²⁶, tendo sido elevada a condição de freguesia (1835) e vila (1850), com seu núcleo urbano transferido para onde atualmente se localiza em 1858 foi totalmente destruída durante a guerra citada, e sua pequena população fugira, uns escondendo-se nos morros, alguns rumando o pantanal, buscando tentar chegar à capital da província, Cuiabá e muitos foram capturados e destinados ao território inimigo.

Porém, com as ações imperiais, sem esquecer da cupidez de muita gente, já em 1878, menos de oito anos após o término da maior guerra nas Américas, foi elevada a condição de município (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 1991, 89). Nesse diapasão, há como que um precedente histórico e político, pré-republicano, a justificar as isenções fiscais que se tornaram, talvez, a principal alavanca do desenvolvimento econômico do Mato Grosso do Sul nas últimas décadas.

Apenas a título de exemplo, recentemente, periódico da cidade de Três Lagoas divulgou matéria em que noticia que a Prefeitura de Três Lagoas deixará de arrecadar cerca de 180 milhões de reais em 2016, apenas com as isenções fiscais relacionadas a um único empreendimento, o término da construção da UFN3, da Petrobrás²⁷.

Isso é relevante, se levar-se em conta que o orçamento total para 2016 da municipalidade de Três Lagoas é da ordem de pouco mais de R\$470 milhões²⁸²⁹.

²⁶ Quando de sua fundação, recebera o nome de Arraial Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque.

²⁷ Fonte: Jornal Hoje Mais, 5ª feira, 03/12/2015, matéria assinada por José Maria Vicente, p. 03.

²⁸ Fonte: Jornal Hoje Mais, 5ª feira, 03/12/2015, p. 03.

²⁹ Não há, ainda, levantamento feito para apurar o total que deixará de ser arrecadado em ISSQN pela Prefeitura Municipal de Três Lagoas diante de todas as isenções fiscais, concedidas e em fase de concessão, para os empreendimentos, quer sejam de instalação, como a UFN3, quer sejam de

Além das razões acima apontadas, há um detalhe, específico do Mato Grosso do Sul, que também necessita ser exposto e aclarado aqui. Tendo em vista que muitos produtores rurais, principalmente, em regime de latifúndio, se encontravam em clara situação de ilegalidade, do ponto de vista do pretérito Código Florestal, até pela forma e modelo com que se deu a ocupação do território, o governo do Estado de MS, em 2008, editou um decreto³⁰, pelo qual as áreas que não apresentassem reserva legal, ou, com medida inferior àquela estabelecida em lei, pudessem recompô-las com espécies exóticas, intercalando, ou, consorciando com mudas de espécies nativas da região, de tal sorte que, ao final de vinte e três anos, deveria restar recomposta a vegetação nativa.

Ora, isso foi u'a mão-na-roda para os produtores rurais aderirem ao plantio de eucalipto e *pinus* e livrarem-se, não só das multas administrativas, como, também, de eventuais processos criminais por ofensas ao meio ambiente. Como destaca Kudlvcz, “[...] essa mudança vem como prêmio a quem cometeu crime ambiental” (2011, 72), pois, aqueles que violaram a legislação de então, poderiam desenvolver a silvicultura, com espécies comerciais exóticas - leia-se, principalmente, eucalipto – durante mais de duas décadas, impunemente e mais, colocando alguns “trocados” no bolso³¹.

Um fator também importante para esse “sucesso” e que não se descarta, absolutamente, está na cadeia produtiva; um item do processo de produção e crescimento dos clones de eucalipto: o uso de glifosato, consorciado à manipulação genética dos clones de eucalipto.

Não somente para a cultura de eucalipto, é bom que se frise, mas, o Brasil está entre os países que não proscreeveram a utilização do glifosato, seja para a produção de pasta de celulose-papel, madeira, biomassa, seja para a de grãos destinados à alimentação; pelo contrário, o consumo de agrotóxicos e, especificamente, daqueles que contém glifosato em sua composição só faz crescer a olhos vistos no país, com grande ênfase a partir de 2000.

expansão, como os casos da Fibria Celulose S/A., Eldorado Brasil Celulose S/A., International Paper, Cargill, Metalfrio e muitas outras.

³⁰BRASIL. MATO GROSSO DO SUL. Decreto n. 12.528, de 27 de março de 2008.

³¹21 (vinte e um) anos explorando as “florestas” plantadas de eucalipto possibilitam 03 (três) cortes de matéria-prima.

Todavia, o glifosato tem sido banido, nas últimas décadas, da parte norte do Globo Terrestre e listado pela Organização Mundial de Saúde – OMS como potencialmente cancerígeno e, em fase de revisão pelas principais agências reguladoras em países centrais (EPA, no caso dos EUA).

No Brasil, já há algumas manifestações contrárias à sua utilização, porém, governo e empresas ainda se mantêm resistentes a isso, tanto que entre 2002 e 2011, o consumo de glifosato aumentou cerca de 200% no país, chegando a mais de 130.000 toneladas/ano (BENTO FILHO, 2015).

Com efeito, dos poucos dados a que se tem acesso sobre agrotóxicos empregados no país, o IBAMA catalogou uma listagem com os dez mais vendidos:

OS 10 ingredientes ativos mais vendidos - 2013		
<i>Unidade de medida: toneladas de IA</i>		
Ingrediente Ativo	Vendas (ton. IA)	Ranking
Glifosato e seus sais	185.956,13	1º
2,4-D	37.131,43	2º
Atrazina	28.394,91	3º
Óleo mineral	28.347,06	4º
Acefato	22.355,41	5º
Óleo vegetal	14.318,35	6º
Clorpirifós	13.084,62	7º
Metomil	8.533,26	8º
Mancozebe	8.419,01	9º
Imidacloprido	7.940,82	10º

Figura 15: Os dez ingredientes ativos mais vendidos em 2013

Fonte: IBAMA / Consolidação de dados fornecidos pelas empresas registrantes de produtos técnicos, agrotóxicos e afins.

Dados atualizados: 15/09/2014

Acesso:

www.ibama.gov.br/areas-tematicas-ga/relatorios-de-comercializacao-de-agrotoxicos/tudo

Parece haver uma simbiose entre as práticas de manejo das tais “florestas” plantadas³², ou, desertos verdes, como se tem denominado e o emprego do glifosato. O consórcio entre os clones de eucalipto geneticamente modificados e o glifosato favorece unicamente aos clones, já que, as demais plantas e ervas não desejadas ficam inibidas por todo o território por onde age o glifosato. Isso implica, inclusive, economia em investimentos com a (des)necessidade ou minimização de mão-de-obra para realizar as capinas mecânicas nos arruamentos da monocultura (fato que, por razões de interesse, é encoberto pelas papeleiras, políticos e empresários). Para Schlesinger, “as plantações de eucalipto e *pinus*, desenvolvidas em grandes áreas de monocultivo, são altamente dependentes de agroquímicos” (2008, 71).

Interessante a se notar é que não há um único dado, seja nos portais, seja nos relatórios das empresas que compõem o complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel no Mato Grosso do Sul que aponte quanto se usa em agrotóxicos, ou, que espécies de ingredientes ativos são utilizados para o combate a outras plantas/ervas-daninhas e, mesmo, compostos formicidas e cupinicidas para controle de “pragas”, os denominados pesticidas.

Nenhum dado sobre as quantidades efetivamente empregadas de glifosato, 2.4-D, sulfluramida, fipronil, imidacloprid ou qualquer outro produto químico está disponível para o acesso ao conhecimento público por parte das chamadas papeleiras, seja em seus sítios eletrônicos, seja nos relatórios de sustentabilidade publicizados.

Entretanto, por fim, aparentemente, o complexo aprendeu a lição da tentativa fracassada anterior, na década de 1970. O governo do MS, em março de 2009, editou um Plano Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Florestas Plantadas, onde se insere o Plano Estadual de Florestas – PEF/MS, plano este feito na esteira do Programa Nacional de Florestas – PNF, do governo federal³³.

³²O discurso hegemônico burocrático-estatal e empresarial chama à monocultura de eucalipto (ou de *pinus*) como “florestas” plantadas. Na verdade, opõe-se a esse discurso inúmeros posicionamentos, não somente da parte da Academia, mas, sobretudo, da CPT no sentido de que os desertos verdes não são floresta por não apresentarem biodiversidade.

³³O PNF, criado pelo Decreto n. 3.420, de 20/04/2000, estabeleceu como meta para o período 2004-2007 plantar 500 mil hectares de florestas por ano (MENDES, 2005).

O objetivo desse plano, ousado, cujas ações se prolongam até 2030, inicialmente, é a partir do diagnóstico atualizado das potencialidades do Estado “adotar o planejamento estratégico como ferramenta para o desenvolvimento sustentável do Setor Florestal de Mato Grosso do Sul” (PEF – MS, 2009, 1) e foi feito em parceria com o SEBRAE/MS, REFLORE/MS, FAMASUL, FIEMS e Banco do Brasil.

Esse plano está elaborado em 5 (cinco) fases, com duração imediata até 12 (doze) anos entre a primeira e a última fase, com a previsão de chegada em 2030 com nada menos do que 1 milhão e 120 mil hectares em “florestas” plantadas no MS, em sua maior parte clones geneticamente modificados de eucalipto e investimentos da ordem de mais de 20 bilhões de reais, o que apresenta uma previsão de elevar o PIB do MS em 83% até 2030 (PEF – MS, 2009, 29).

Dentro do quadro das ações estratégicas com o fito de manter e ampliar a presença do setor florestal no MS destaca-se o financiamento pelo FCO, conforme se vê no Plano:

ITEM	INDÚSTRIA		FLORESTA
	Micro e Pequenas	Médias e Grandes	M&P M&G
Linhas	Desenvolvimento Industrial para MPE	Infra-Estrutura Econômica para MGE	Conservação da Natureza
Áreas de atuação	Implantação/ampliação/recuperação/modernização de indústrias	Implantação, ampliação, recuperação/modernização de indústrias	Implantação de florestas nativas e exóticas
Valor	De R\$ 90 a R\$ 270 mil	Até R\$ 100 milhões	Até R\$ 100 milhões
Juros a.a.	De 6,75 a 8,25%	Até 10%	Até 10%
Part.	Até 100%	Até 100%	Até 100%
Carência	De 6 meses a 3 anos	De 1 a 5 anos	De 3 a 10 anos
Prazo Total	De 1 a 12 anos	De 3 a 15 anos	De 12 a 20 anos

Tabela 2: Linhas de crédito disponíveis para empreendimentos florestais e floresto-industriais em Mato Grosso do Sul, por meio do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO

Fonte: PEF – MS, março/2009

Org.: STCP Engenharia de Projetos

Acesso: www.pantanelecoturismo.tur.br/fotos/arquivos/916.pdf

Por outro lado e no mesmo sentido, o PEF – MS também destaca as linhas de crédito mantidas pelo BNDES, a saber:

ITEM	INDÚSTRIA		FLORESTA		
	Micro e Pequenas	Médias e Grandes	Micro e Pequenas	Médias	Grandes
Linhas	PRODECOOP, FINAMEMODERNIZA BK	BNDES Automático, FINEM, FINAME Máquinas e Equipamentos, REVITALIZA	PRODUSA, PRONAF	PROFFLORA	FINAME Agrícola
Áreas de atuação	Implantar, ampliar, recuperar, modernizar indústrias	Formação de APLs, Importação de Maquinário, Eficiência Energética, Infra-Estrutura	Implantação de sistemas Agri-silvipastoris, adequação ambiental, máquinas e equipamentos	Implantação de florestas com espécies nativas e exóticas	Aquisição de máquinas e equipamentos novos
Valor	Até R\$ 35 milhões	Qualquer Valor	Até R\$ 400 mil	Até R\$ 200 mil	Qualquer Valor
Juros a.a.	De 6,75 a 11,05%	De 8,55 a 10,55%	De 1,00 a 6,75%	6,75%	10,55%
Part.	Até 100%	De 60 a 100%	Até 100%	Até 100%	De 80 a 100%
Carência	Até 3 anos	Até 3 anos	Até 8 anos	Até 6 anos	Nd
Prazo Total	Até 12 anos	Até 20 anos	Até 12 anos	Até 12 anos	90 meses

Tabela 3: Linhas de crédito disponíveis para empreendimentos florestais e floresto-industriais em Mato Grosso do Sul, por meio do BNDES

Fonte: PEF – MS, março/2009

Org.: STCP

Acesso: www.pantanalecoturismo.tur.br/fotos/arquivos/916.pdf

Essa estratégia não é nova e reflete um posicionamento em continuidade do que foi realizado à larga pelo governo ditatorial-empresarial-militar pós-1964, que “começou a transferir os fundos do tesouro público, que advém dos impostos, e a geri-los de forma empresarial” (PORTO GONÇALVES, 1984, 57).

Nesse sentido, o que se viu foi o erário público sendo utilizado como mola propulsora, “banca” da concentração fundiária e manutenção do capital da oligarquia burguesa agrária, pelos latifúndios, como destaca Ianni:

[...] o Governo colocou à disposição de latifundiários e fazendeiros (através da SUDAM, BASA e SUDECO) estímulos e favores fiscais e creditícios, políticos e econômicos, para a formação e o crescimento de latifúndios, fazendas e empresas agropecuárias, de extrativismo e mineração. Deste modo, desde 1966, intensifica-se a colonização espontânea na região. (1979, 12)

Por todas essas razões e fatores é que se tornam bastante compreensíveis os motivos do “sucesso” da reentrada, ou, recorrência do complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel na região de Três Lagoas ter-se dado apenas no início do Século XXI.

Esses fatores, acima mencionados, muito embora não exclusiva, nem isoladamente, mas, sobretudo, de forma conjugada, coordenada e concatenada do ponto de vista da racionalidade do capital e suas estreitíssimas relações com o Estado são decisivos para que o complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel tenha obtido (e continue a sustentar) seu êxito no Mato Grosso do Sul, em específico, na região do Bolsão.

Nesse sentido, destaca Abreu:

O conjunto de programas implementados no Oeste brasileiro evidenciou uma forma de atuação governamental, que beneficiou a acumulação e a valorização do capital, baseada na promoção da agroindustrialização, na concentração fundiária e na consolidação do crescimento populacional urbano superior ao rural. (2001, 265)

Apenas para melhor ilustrar que se trata de um direcionamento político imposto pelo Estado em parceria com o capital, e vice-versa, uma política pública gestada na relação de completa simbiose público-privado, o PEF – MS estabeleceu as áreas onde deverá ser implantado – e, na verdade, sem qualquer equívoco, já vinha sendo amplamente desenvolvido.

Com evidente propósito concentrador, a região do Bolsão é a preferida, avançando para ocupar, praticamente, metade de todo o Estado de Mato Grosso do Sul até 2030. Nesse diapasão, evidencia-se que não é intenção do governo estadual preocupar-se com a democratização do acesso a terra e com a agricultura

familiar ali, pois, estes demandam parcelamento do solo e, obviamente, contrariam a concentração fundiária, bem como, o regime monocultural exigido pelo complexo de papelarias e seus investidores, nacionais e internacionais e seus políticos, também beneficiários de investimentos privados que se apresentam como doações privadas a campanhas eleitorais.

Capital, latifúndio e Estado se complementam, também e principalmente, no Mato Grosso do Sul, de sorte que a concepção gravita em torno do desenvolvimento desigual e combinado (PORTO-GONÇALVES, 1984, 114 e ss.).

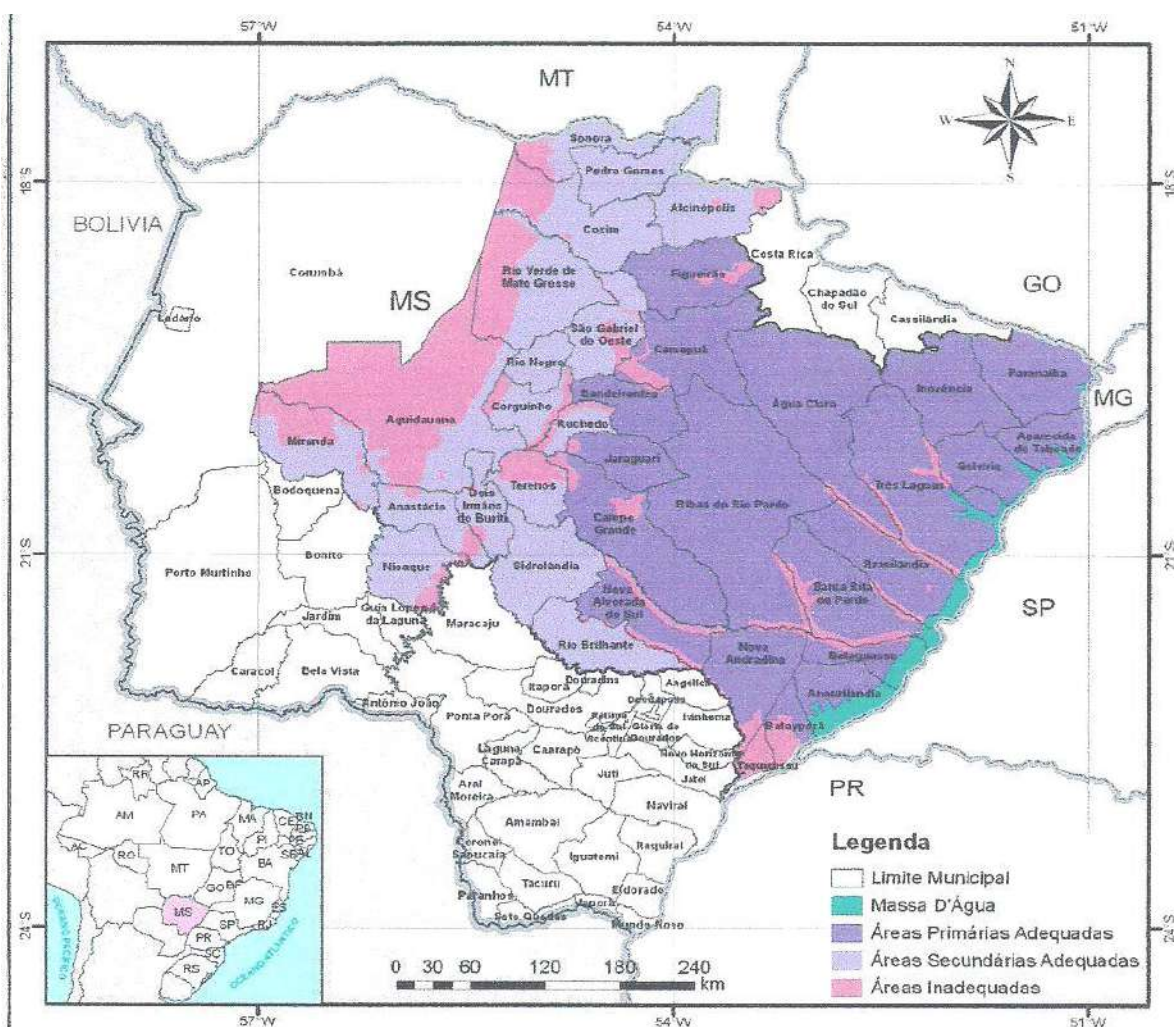


Figura 16: Localização da Região para a Implantação do PEF/MS

Fonte: PEF – MS, março/2009.

Autora: STCP Engenharia de Projetos

Acesso: www.pantanealocoturismo.tur.br/fotos/arquivos/916.pdf

Nessa perspectiva, a análise feita por Alcantara Filho e Fontes quanto à conjuntura nacional pode muito bem servir à nossa análise regional:

[...] no campo econômico, a expansão do agronegócio, fruto da globalização e reabertura econômica, muito contribuiu para a intensificação da concentração de terras e diminuição do número de estabelecimentos rurais. (ALCANTARA FILHO; FONTES, 2009, 68)

Nesse mesmo sentido, em entrevista ao início deste ano, a então Ministra da Agricultura, senadora da República e latifundiária, Katia Abreu, declarou da necessidade de o país persistir na sua condição de plataforma exportadora, chegando a afirmar que a saída para a atual crise econômica do Brasil é abrir-se, ainda mais, aos mercados internacionais³⁴.

Não se deve, entretanto, esquecer que ao lado dos fatores globalização e reabertura econômico-financeira do Brasil, há todo um papel central planejado e executado pelo Estado, que deita raízes desde a ditadura militar-empresarial e que perfaz a estrutura elementar para a configuração da apropriação capitalista no país, no sentido de que:

Dentro deste plano maior, fundamentado na centralização do poder político, o governo orientou a forma de ocupação da terra, privilegiando e estimulando o 'desenvolvimento' e consolidação do capitalismo no campo [...] (FERREIRA, 1986, 54)

Diante do que se tem exposto até agora, o que tem sido afirmado e se busca problematizar nesta pesquisa, até o momento, sobre as causas e motivos do “sucesso” da segunda empreitada do capital agroindustrial, nacional e transnacional, do setor de celulose-papel, se mostra muito válido, tanto que, em 2011, convidada a palestrar, por sua condição acadêmica, durante o I CDIR – Congresso de Direito, Desenvolvimento e Responsabilidade Socioambiental,

promovido pelo Centro Acadêmico Olintho Mancini, do Curso de Direito, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, a então vice-governadora do Estado de MS, Simone Tebet³⁵, ex-prefeita de Três Lagoas e, atualmente, senadora da República por esse Estado da Federação, foi enfática ao discorrer sobre o “progresso” e afirmar em sua fala que “antes, conhecido como produtor de carne, o Mato Grosso do Sul deixaria essa condição e passaria a ser reconhecido, nacional e internacionalmente, como produtor de eucalipto” (TEBET, 2011).

Por sua vez, no mesmo diapasão, a atual prefeita de Três Lagoas, Márcia Moura, assim se pronunciou, recentemente:

Três Lagoas irá se tornar a capital de celulose do mundo. Esse é um grande empreendimento que eleva o município no cenário nacional e mundial. É um projeto arrojado e um grande desafio para os empreendedores e para o município. (ELDORADO BRASIL, 2014, 9)

O tom, portanto, dessa sinfonia macabra é avassalador, do ponto de vista da simbiose Capital-Estado/privado-público/assistencialismo-autonomia e de como se criam, sustentam, legitimam e oferecem condições para a ampliação desmedida da ideia de que terra é poder e, território, *locus* de conquista, tudo feito em nome do “progresso”, do “desenvolvimento” e da “sustentabilidade” em detrimento de uma maior participação democrática da sociedade, como um todo, no bolo de renda, urbana e principalmente, fundiária. Já há notícia concreta sobre a futura instalação de uma terceira indústria papelreira na região do Bolsão, à margem do Rio Pardo, na cidade de Ribas do Rio Pardo, uma vez que a SUDECO aprovou consulta prévia para que a empresa CRPE HOLDING S/A. possa buscar se beneficiar de um

³⁴Jornal Folha de São Paulo, 25/01/2016.

³⁵A referida é graduada em Direito pela UFRJ e Mestre em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP. Fonte: http://www.senado.leg.br/senadores/senador/simonetebet/detalha_noticias.asp?codigo=120527

empréstimo no valor de até R\$731 milhões pelo FCO – Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste³⁶.

A concentração de terras, isto é, a manutenção dos latifúndios pré-existentes e a criação de novos com a compra e/ou o arrendamento de porções significativas de áreas rurais pelas indústrias papeleiras, bem como, o número reduzido de atores atuantes no mercado nacional de celulose-papel é da essência do modelo e da forma como ele se introduziu no Brasil.

Sabe-se que “desde a sua concepção, o número de empresas participantes do mercado fica sujeito à política de escala mínima do BNDES. Assim, a indústria de celulose já nasceu oligopolizada” (MONTEBELLO; BACHA, apud SCHLESINGER, 2008, 68) e financiada pelo próprio Estado, o que revela um contra-senso a tudo o que vem sendo propagado – e propagandeado – pelos agentes do complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel no que respeita à suas reais capacidades de geração de renda e empregabilidade.

Todavia, a propaganda parece se mostrar mais fantástica do que real, já que

as mudanças ocorridas nos últimos anos, principalmente pela territorialização do capital ligado ao agronegócio do eucalipto-celulose-papel, propiciou forte redução da população do campo, principalmente em Três Lagoas que passou de 15,8%, em 1980, para 5%, em 2010 (ALMEIDA; NARDOQUE, 2015, 4)

Dentro dessa perspectiva que denuncia a falácia da propaganda papeleira, fato relevante a se destacar e explicitado por Kudlavicz é que foi justamente por meio desse “progresso” alardeado, das concessões de créditos e benefícios fiscais por parte do Estado e dos programas criados para ocupação incontestada do Centro-Oeste pela agroindústria que se acabou por cunhar a expressão e o sentimento de que a microrregião de Três Lagoas tinha uma “vocaçã florestal” (KUDLAVICZ, 2011, 48), que restou incorporada pelo senso comum.

³⁶Fonte: Jornal Correio do Estado, matéria assinada por Rosana Siqueira, edição de 13/12/2013.

Nesse sentido, o mito do progresso se apresenta como o grande motor da civilização e as suas vinculações ao poder são inegáveis, bem como, a ideia de que o progresso não é neutro, mas, “a quem predominantemente [...] serve e quais os riscos e custos de natureza social, ambiental e de sobrevivência da espécie que ele está provocando; e que catástrofes futuras ele pode ocasionar” (DUPAS, 2012, 27).

Trata-se, portanto, da necessidade de se problematizar o que é “progresso”, a “quem” ele beneficia, em que condições ele é visualizado e quais os “motivos” para a sua aceitabilidade/virusalização?

Uma das perspectivas possíveis é ancorar essa análise numa abordagem sócioeconômica tradicional. Por ela, o que se vê ocorrer na região do Bolsão nada mais é do que fruto da evolução humana, isto é, do desencadear de processos inexoráveis que tendem a buscar condições materiais que possam oferecer melhores situações de vida ao maior número possível de pessoas envolvidas.

Mas, sob outro aspecto, que busca retratar a história não ortodoxa, isto é, as vivências dos vencidos (LÖWY, 2005, 10-11), é possível realizar um resgate e, ao mesmo tempo, declinar fatores e situações concretas de vida que contraponham o discurso da racionalidade hegemônica do capitalismo, de forma a buscar dar visibilidade a uma parcela consideravelmente mais ampla de pessoas que nada obtém de benefícios ante a presença do modelo e, pior, são expropriadas, sistematicamente, tendo por matriz a ideia de que essa expropriação custosa, dolorosa, degradante e desumana está na ordem do dia de uma conduta de vida que visa ao sucesso (MARTINS, 1981, 147-148).

Todavia, é preciso tentar compreender essa racionalidade, isto é, como, quando e por que o capitalismo e sua racionalidade de acumulação expropriatória operam para situar em boa medida os conflitos socioambientais de que se ocupará o terceiro capítulo. Para tanto, dialogar com Weber, com Marx e com outros autores a partir deles é inevitável, uma vez que, podem oferecer boas balizas para tentar situar as origens dos conflitos e seus desdobramentos.

Capítulo 2. MARCO TEÓRICO: DIÁLOGOS COM MAX WEBER, KARL MARX E OUTROS AUTORES: a racionalidade do capitalismo exposta desde a interpretação weberiana à dialética marxista dessa racionalidade.

É fundamental compreender como opera a racionalidade do modelo em questão. Dois autores, inicialmente, interessam para a interpretação e construção das críticas estruturais que se pretende realizar nesta pesquisa, ainda que não esteja atrelado exclusivamente a eles para as pretensões. Mesmo que se objete que não são autores da mesma corrente sociológica, entende-se que há muito do pensamento de Weber que pode ser levado à dialética de Marx, e vice-versa, mesmo não havendo similitude plena entre ambos.

2.1. A interpretação da racionalidade capitalista segundo Max Weber

Max Weber apresenta uma análise sólida sobre a racionalidade do capital. Desde os estudos sobre a ética protestante e como aquela ascese evoluiu para se transformar num dos principais movimentos que deram suporte à acumulação primitiva (ou, originária) de capital, bem como, aquilo que ele próprio produziu sobre a ética da dominação para a ação social, sabe-se que não se pode descartar esse autor numa investigação que relacione a estrutura de funcionamento do capitalismo e seus efeitos.

O chamado “espírito do capitalismo” deriva não só do pensamento em voga à época, mas, sobretudo, de uma ética, de uma práxis eticizada que envolvia um modo de ser, ter, agir e reagir, portanto, um *ethos* (WEBER, 2010, 27). Trata-se, na visão do autor, de “um caráter de máxima ética orientadora da vida” e do “rígido evitar de todo gozo espontâneo da vida” (WEBER, 2010, 27-28).

É justamente esse *ethos*, essa práxis, essa vocação que, praticada em larga escala por grande parte de uma sociedade, vai possibilitar o acúmulo de capital necessário a operar o *big-bang* do capitalismo, como hoje o conhecemos. Nesse sentido:

[...] a notória hipótese weberiana é que o florescimento do capitalismo no século XVII é resultado da ética do trabalho, do esforço e da poupança ascética de certos capitalistas, que se relaciona ao puritanismo calvinista. (LÖWY, 2014, 20).

Ao refletir-se um pouco mais sobre como o protestantismo assentou as suas bases pós-Reforma, tendo a Bíblia como sua única regra de fé e prática, principalmente na Inglaterra e em sua então colônia na América, como destacado num dos principais documentos oficiais do protestantismo, a Confissão de Fé de Westminster (1987), será possível concordar com Weber quando ele apreende e informa sobre como a ascese religiosa se tornou um forte *leitmotive* para aquelas comunidades, extrapolando-as a tal ponto de gerar uma ascese laica, despida da religiosidade primeira, mas, herdeira de sua principal característica, a capacidade de agregar em torno de si milhões de pessoas, reprodutoras de uma conduta de vida única, hábil a gerar o acúmulo de capital necessário para fundar o moderno capitalismo.

Para Weber, essa ética que orienta e conduz toda uma conduta de vida coletiva, pregando o afastamento do mundo e o procrastinar do gozo da vida com vistas a produzir algo muito mais relevante e útil, em sua concepção religiosa, para a glória de Deus e, em sua acepção laica, para a criação e manutenção da poupança que geraria a episteme do capitalismo ocidental somente fora possível porque, definitivamente, em suas origens remotas,

[...] em vez de humildes pecadores, a quem Lutero prometia a graça se a Deus se confiassem em fé penitente, foram produzidos estes santos autoconfiantes, que podemos redescobrir nos rijos mercados puritanos da era heróica do capitalismo (WEBER, 2010, 61).

É exatamente essa autoconfiança derivada da ascese que possibilitará o surgimento da ideia de *self-made-man*, do empreendedor, de quem enxerga os obstáculos, mas, a eles jamais se curva; que vê a árdua tarefa de conquista da

natureza como um dever humano e, ao mesmo tempo, como uma manifestação concreta da eleição salvífica calvinista; de um capitalismo cujo mote é a expansão, do que se poderia denominar acumulação primitiva, sob um outro olhar (marxista).

Mas, é o próprio Weber, muita vez tido por ambíguo em sua relação acadêmica com o capitalismo, quem vai tecer críticas bastante contundentes e substanciais à essência do modelo capitalista.

De início, sua crítica se dirige ao utilitarismo com o qual a burguesia legitimava a desigualdade das riquezas, aplacando sua consciência sob base teológica (WEBER, 2010, 96-97; LÖWY, 2014, 35-36). Esse tipo de utilitarismo religioso visa produzir calma nas massas, vez que, se bem empregado, tende a gerar na ação social um sentimento de conforto diante da miséria e conformismo diante das desigualdades de providência; aquela ideia do “rico que arde no fogo dos infernos, enquanto o pobre se delicia nos braços celestiais”, aliada à defesa da riqueza e da pobreza enquanto providências divinas cai como u’á luva para se assegurar um número significativo de trabalhadores bem dispostos, disciplinados e, principalmente, disponíveis e conformados com sua condição perante Deus e perante os homens.

Um segundo ponto da crítica weberiana se dirige à exploração dos trabalhadores pelos capitalistas. Weber chega a criticar, explicitamente, ao teólogo calvinista Baxter, que pregava a imprescindibilidade de se contratar, apenas, trabalhadores “tementes a Deus”, pois, esses trabalhariam “como se para Deus fosse”, culminando num misto de ironia e sarcasmo por parte de Weber, no sentido de que os interesses mundanos seriam os mesmos interesses divinos e, coincidentemente, andariam sempre ao lado do empreendedor (WEBER, 2010, 88-89; LÖWY, 2014, 36). Seria, para muitos, a antítise do pensamento de Cristo, ou, noutras palavras, uma forma bastante sutil de torcer as escrituras com o fito de se adequá-las aos interesses do capital, algo visível nas principais seitas neopentecostais da virada do atual século.

A terceira crítica estabelece Weber em que o capitalismo produzia uma inversão entre meios e fins. A acumulação pela acumulação; a produção pela produção (ou, em palavras marxistas, a geração de mais-valor por mais-valor) encontram em Weber uma ácida crítica, ao questionar que o homem passa, então,

a ser escravo, aprisionado, do modelo, como se ele existisse para os seus negócios e não o inverso, “que os negócios com seu trabalho contínuo tornaram-se uma parte necessária de suas vidas” (WEBER, 2010, 37; LÖWY, 2014, 37-38). Na esteira do que ele via, o capitalismo estaria transformando em coisa ao ser humano, desde a massa trabalhadora, até os próprios capitalistas, pois, todos viveriam para dar vida aos negócios e não o inverso, numa ação social moldada para uma jaula.

Por fim, a quarta e última objeção de Weber reside, justamente, na jaula de aço, isto é, num mecanismo criado pelo homem para aprisionar a si próprio: a busca incessante por acumulação, por produzir riqueza, pelos bens chamados materiais. Fala o autor da força que os bens materiais passaram a exercer sobre a humanidade, em especial, a mundanização da compulsão econômica de que fala Weber estaria destruindo a essência humana (WEBER, 2010, 99; LÖWY, 2014, 38-39). A esse respeito, o novo ser humano, criador e criatura do capitalismo, teria deixado para trás uma essência espiritualizada para tornar-se, apenas, escravo cativo do sistema.

Transladar as análises e objeções de Weber para o campo da pesquisa exige detida análise do fenômeno e do contexto em que se o identifica. O que se pode perceber é que há, sim, um nexos bastante plausível no que respeita à herança da ascensão em relação aos modelos capitalistas contemporâneos, bem assim, no que se refere à análise das estruturas de dominação racional para o surgimento, manutenção e expansão desses modelos.

Porém, muito mais do que a ideia de vocação weberiana, em específico, no que interessa ao objeto da pesquisa, essa herança da ação social, entende-se que seja encontrada nos tipos ideais de dominação, a qual, atualmente, poderia ser atualizada para tentar compreender como e por que a região do Bolsão sul-matogrossense aceitou, quase sem nenhum questionamento, a invasão do complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel, que alterou, significativamente, toda a vida social, cultural e o meio ambiente ali.

Pouco se conseguiria explicar como o senso comum ganhou a dimensão e notoriedade que existe em Três Lagoas e em toda a região do Bolsão, sem que se percebesse que era necessário algo mais do que o mero interesse econômico e

uma boa propaganda que levassem à criação de uma vocação e à moldagem da ação social nesse sentido.

O nível de convencimento alcançado pelo setor de eucalipto-celulose-papel ali é de uma profundidade e extensão inimagináveis. Não se trata, apenas, de acenar com o incremento de empregos, mas, substancialmente, alterar o modo de vida de boa parte da população da região, antes, situada no campo, trabalhadores das fazendas de pecuária de corte e leite e que, como relataram ao menos dois entrevistados³⁷, tem abandonado esse tipo de trabalho para se situar na área urbana e dedicar-se a outras funções e tarefas, inclusive, sendo absorvidos pelas indústrias papeleiras ou por seus fornecedores, terceirizados e outros segmentos atraídos pelo *boom* industrializante.

É preciso mais que uma confissão de fé que possa oferecer à ação social esse travestir-se da vocação da celulose, e/ou, assegurar as garantias exigidas pelo capital para sua imersão espaço-sócio-econômica. E isso não diz respeito, apenas, à massa de trabalhadores, mas, fundamentalmente, a todos os que irão se vincular a isso, quer comerciantes, financistas, proprietários fundiários do campo e urbanos, prestadores de serviços, enfim, uma gama imensa e intensa de pessoas que passa a atuar para o incremento e o sucesso do complexo eucalipto-celulose-papel. Isso, Weber, explica bem com o conceito de dominação, a saber, “dominação, como logo veremos, é um caso especial do poder” (2009, 187).

Como uma possibilidade de se impor a outrem seus interesses, vontades, desígnios, a dominação, em Weber, pode se apresentar sob três tipos ideais gerais, os quais admitem transições entre ambos e situações de interpenetração.

Assim, a dominação derivada de uma constelação de interesses pode conviver com aquela originária de relações de autoridade, podendo chegar até a que a primeira venha, paulatinamente, a transformar-se nessa última (WEBER, 2009, 189).

E, nessa perspectiva weberiana, o poder pode estar atrelado aos interesses econômicos e, frise-se, com o advento do capitalismo, isso se mostrou

³⁷ Curiosamente, o mesmo fenômeno foi descrito por duas pessoas que ocupam posições antagônicas no sistema de classes ali: o presidente do Sindicato Rural de Três Lagoas e a presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas.

cada vez mais evidente e aferível, generalizadamente, em escala mundial. E, no que pertence à pesquisa, com o atrelamento das papeleiras e do Estado ao mercado internacional de *commodities*, tem-se isso de forma nítida, evidente.

[...] na grande maioria das formas de dominação, e precisamente nas mais importantes, este é, de alguma maneira, o caso, e muitas vezes numa proporção tão grande que, por sua vez, o modo como os meios econômicos são empregados para conservar a dominação influencia, decisivamente, o caráter da estrutura de dominação (WEBER, 2009, 188).

No caso do campo estabelecido pelo objeto desta tese, essas relações da ação social entre poder-domação e estrutura-interesses econômicos parecem estar bastante nítidas. A pesquisa aponta como o movimento ditatorial-empresarial-militar levou a expansão econômico-empresarial-industrial ao Centro-Oeste brasileiro, notadamente, ao atual Mato Grosso do Sul.

Seja por meio de incentivos fiscais e creditícios que operam desde a década de 1970, fomentados via BNDES e FCO, por uma classe política comprometida com a manutenção dessa estrutura, que era imposta ditatorialmente, em princípio e, após a abertura democrática de meados da década de 1980, via sistema eleitoral em que se observa, claramente, o nível de investimento feito pelo setor de celulose-papel por meio de doações a campanhas eleitorais de vários políticos, por um modelo fundiário concentrador e expropriatório que dizimou a então grande comunidade indígena nos Estados do Centro-Oeste, em especial no Mato Grosso do Sul e pela oferta de mão-de-obra pouco ou nada valorizada, fato é que o ressurgimento do complexo territorial agroindustrial eucalipto-celulose-papel se fez e faz presente na região do Bolsão diante das garantias estatais e privatísticas, sociais, econômicas, ambientais e naturais permanentes ali.

Sob essa perspectiva, isto é, partindo-se da análise da dominação imposta por meio dos instrumentos de que se ocupa o capital, evidencia-se mais uma similitude entre Weber e Marx, quando este último observa que “[...] a coerção

muda exercida pelas relações econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador” (MARX, 2013, 808).

Essa perspectiva marxista, aliada ao tipo ideal de dominação, de Weber, pode explicar como e por que o capital, sob o formato do complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel, alcançou o estágio atual de supremacia de investimentos, públicos e privados, e de domínio socioeconômico na região do Bolsão, principalmente.

Por outro lado, Weber trata a racionalidade do modo de apropriação capitalista com rigor cirúrgico. Para o autor, a racionalidade formal (WEBER, 2012, 52) é vinculada ao nível de calculabilidade de uma gestão econômica determinada. Assim:

Uma gestão econômica é formalmente ‘racional’ na medida em que a ‘previdência’, essencial em toda economia racional, pode exprimir-se e de fato se exprime em considerações de caráter numérico e calculável [...] (WEBER, 2012, 52)

Isso implica afirmar que a metricidade, a previsibilidade, o cálculo que uma gestão econômica faz estão na base do modo capitalista de apropriação/expropriação. Nessa perspectiva, faz sentido que o complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel tenha se instalado no Bolsão sul-matogrossense, com previsão de sua extensão para aproximadamente metade do território do Estado até 2030, com base em todos os dados analisados sobre a recorrência da cadeia produtiva celulose-papel ali (solos, chuvas, condições edafoclimáticas, isenções fiscais, legislação ambiental tênue, créditos e financiamentos públicos muito interessantes etc.). É a racionalidade formal do capitalismo que o precede em seu processo de acumulação infinito, ilimitado e desenfreado. Nesse sentido, “[...] o processo de acumulação capitalista tende a transgredir o limite das condições naturais de reprodução [...]” (ALVATER, 2007, 372).

2.2. Marx e sua análise do capitalismo: a racionalidade da acumulação primitiva

Partindo de outra perspectiva teórica e histórica, Marx estabelece suas premissas sobre o capitalismo enquanto processo e a economia burguesa fundadas na acumulação primitiva do capital, denominada originária, tempos depois, por outros autores. Para o autor, a passagem do regime feudal de produção para o capitalista se dá, justamente, pela expropriação da terra ao homem, de uma forma avassaladora e coletiva, dividindo as classes entre os poucos que detêm terra, meios de produção – capital – e poder e outros, infinitamente mais numerosos, os quais foram tornados, exclusivamente, proprietários de sua força de trabalho, (MARX, 2013, 796 e ss.), forçados a vender, como mercadoria, sua capacidade de trabalho (MARX, 2010, 50).

Marx descreve o processo de acumulação primitiva do capital de uma forma muito detalhada e específica em razão dos seus estudos acerca da realidade sobre a qual se debruçara ao longo de sua vida. Para o autor, o ponto de partida desse processo não é, absolutamente, derivado do seu modo peculiar de produção, isto é, a ideia de que “o dinheiro é transformado em capital, como por meio do capital é produzido mais-valor e do mais-valor se obtém mais capital” (MARX, 2013, 785; MARX, 1974, 957).

Para o autor, a acumulação primitiva, que cria as condições de existência e manutenção do processo de produção capitalista, com efeito, deriva, na verdade, da polarização do mercado, isto é, do processo que separa o trabalhador da propriedade, tal seja, o acesso e a posse da terra e sua renda, tornando-o tão-só proprietário de sua força de trabalho e impondo-lhe o jugo de se ver forçado a vender a única coisa que possui: seu tempo útil de vida laboriosa (MARX, 2013, 786).

Logo, na perspectiva que aqui se acolhe, a acumulação primitiva é o resultado da expropriação do trabalhador dos seus meios de produção:

[...] acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios

de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres (MARX, 2013, 787).

As explicações contidas no desenvolvimento do materialismo dialético de Marx se encaixam bastante bem na análise proposta nesta pesquisa sobre o incremento da recorrência do complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel na região do Bolsão sul-matogrossense e como ele conformou e continua a conformar a ação social ali.

Com efeito, a expropriação das terras já havia ocorrido no Brasil, principalmente, no campo deste texto, não tanto da exata forma como se viu na Inglaterra, França e Alemanha dos séculos XIV a XVIII, com a privatização das chamadas terras comunais, expropriação e alienação singular (ou, doação, mesmo) das terras da Igreja Católica Apostólica Romana e consequente expulsão de uma massa considerável de trabalhadores do campo, camponeses, os quais, de servos vinculados ao senhor da terra, foram trasladados à condição de proletários absolutamente livres; livres para vender a única coisa que tinham a oferecer, sem nenhum vínculo, mais, com a sua terra, suas posses e seu lar: sua mão-de-obra (MARX, 2013, 796).

Em verdade, para melhor contextualizar, o Brasil, desde o período colonial, teve seus próprios e peculiares modelos de expropriação e concentração fundiária, a começar pelo regime de sesmarias³⁸ (VICENTINO; DORIGO, 1997, 70) inserido no modelo administrativo de capitânias hereditárias³⁹, iniciado em 1504 e extinto em 1759 (KOSHIBA; PEREIRA, 1996, 23). Não se deve esquecer, ainda, que durante a administração do Marquês de Pombal, os jesuítas foram expulsos, tanto de Portugal, quanto do Brasil tendo seus bens sido confiscados pelo reino (FIGUEIRA, 2002, 192), que os redistribuiu a alguns fidalgos no formato acima (sesmarias).

³⁸Essa prática, bastante comum em Portugal tinha como consequência gerar minifúndios, o que leva determinados autores a afirmar que a forma de colonização do Brasil o levou ao modelo latifundiário, tendo partido da doação de grandes extensões territoriais no regime de sesmarias, o que contrastava com a própria Lei das Sesmarias portuguesa, de 1375, que visava a uma espécie de reforma agrária e desconcentração fundiária.

³⁹Por esse regime o Brasil-colônia foi dividido em 14 capitânias hereditárias, 15 lotes e 12 donatários. Logo, vê-se que as terras, vastas extensões, foram doadas pelo reino aos nobres privilegiados com o ato real.

No Brasil, as sesmarias tiveram uma aplicação muito distinta daquela de sua concepção original na metrópole portuguesa. Enquanto lá se tratava de um expediente mais próximo de uma moderna noção de reforma agrária, destinado a compelir proprietários de terras a produzirem e, geralmente, pela dimensão do território de Portugal, relacionava-se a pequenas propriedades, na colônia portuguesa localizada na América, grandes extensões territoriais foram, singelamente, dadas em sesmaria (MOTTA, 2012, 88; 96; 122; 129).

Por outro lado, a lógica do modelo imposto ao Brasil-colônia era a mesma ínsita à racionalidade capitalista: sua existência se justificava para acumular capital para a metrópole, no caso, o reino de Portugal, fornecendo matéria-prima, absorvendo, tanto quanto possível, os produtos manufaturados produzidos pela metrópole por meio do consumo e ocupação da mão-de-obra ociosa europeia (KOSHIBA; PEREIRA, 1996, 23).

Visto por esse ângulo, ainda que as origens apresentem algumas diferenças, a essência da lógica sistêmica do modelo de acumulação primitiva do capital se revelou claramente no Brasil.

O modelo latifundiário como fonte de concentração das terras pelo regime de sesmarias (LAGO, 2014, 47) e dos meios de produção nas mãos de nobres, fidalgos, apaniguados da Coroa Portuguesa e de seus donatários, amigos de armas e cristãos (ANDRADE, 1980, 17); a colonização do país feita, basicamente, pela subjugação dos nativos indígenas, posteriormente, pelo tráfico de escravos e, no ocaso do Século XIX e alvorecer do Século XX, pelos proletários livres europeus (portugueses não-fidalgos, espanhóis, italianos, pequena porção de alemães e outros povos do leste europeu, além dos japoneses etc.), gente desprovida de recursos financeiros/econômicos e que trazia em u'a mão a mala, ou, a trouxa de roupas e à outra, a família, quando muito, e que acabou substituindo os escravos nos engenhos de cana-de-açúcar e nas grandes plantações de algodão, café e fumo, principalmente, sob a promessa de que, com muito trabalho e uma vida absolutamente módica, frugal, de muito trabalho e poupança, tornar-se-iam, também, proprietários de terra (MARTINS, 1981, 146-147).

A conquista do interior do país foi feita à custa de violências praticadas contra indígenas e, fundamentalmente, tendo o gado como fator de ocupação. A

marcha da boiada ditou a conquista do interior brasileiro; era a “civilização do couro”⁴⁰ se expandindo, à custa dos cascos das reses e cavalos e das violências perpetradas contra os nativos. Se, no litoral, vingaram os engenhos de cana-de-açúcar e a presença do gado ali representava um desperdício de terras agricultáveis para o açúcar, providenciou a metrópole que se desbravasse o interior do país, numa marcha que ia de leste a oeste e de nordeste a sul, mas, sempre destinada a interiorizar a dominação colonial portuguesa.

As sesmarias concedidas pela Coroa Portuguesa a “certos homens poderosos” deram o tom da conquista, bem como, tempos depois, as chamadas “Bandeiras”. Assim, ao lado da busca por minas de metais preciosos, principalmente, o ouro, a pecuária tomou o Brasil, gerando latifúndios a perder-se de vista (ALENCAR; RAMALHO; RIBEIRO, 1981, 44 e ss.).

Ao lado dessa marcha dos cascos do gado, um fator não pode ser descartado: a origem da valorização fundiária. Segundo Martins, desde o Brasil-colônia e, mesmo no período do Império, atravessando parte da primeira República, as terras no país não apresentavam um valor que se revelasse significativo.

Basicamente, a quantidade de escravos era tida como o paradigma de valorização das propriedades, tanto que, eram os escravos de uma dada propriedade quem garantiam os empréstimos (MARTINS, 1981, 27), pois, “no regime escravista os recursos investidos na compra de escravos representavam a parcela principal do capital da fazenda” (IDEM, 74).

Com o fim da escravatura, obviamente, outras formas deveriam suceder na constituição das garantias aos credores. Nesse sentido, a chamada Lei de Terras, de 1850, instituiu a compra de terras públicas como a grande forma de aquisição fundiária e, diante disso, terra passou a ter um valor diferenciado, significativo, ao lado dos maquinários e construções que guarneciam os solos dos latifúndios. Com isso, além de se criar um novo instrumento de garantias creditícias, mantinha-se um universo significativo de trabalhadores, assalariados ou não, à disposição dos

⁴⁰Essa expressão é emblemática para representar a região e a forma de sua conquista. Não sem razão, um dos momentos marcantes da História sul-matogrossense, a fundação de Aquidauana, datada de 15/08/1892 foi precedida de uma reunião em que estiveram presentes diversos fazendeiros e pessoas que residiam em Miranda, em número aproximado de quarenta, tendo sido lavrada ata “sobre uma manta de couro” (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 1991, 105).

fazendeiros, do capital em si (IBIDEM, 59), pois, a terra já não era livre e, portanto, ficara impedido o acesso aos ex-escravos e, mesmo, aos imigrantes e seus descendentes, que não possuíam capital. Nessa perspectiva, sem possuírem terras, nem capital para adquiri-las, viram-se cercados e sob o jugo não mais dos grilhões de ferro fundido, porém, sob o domínio do capital, dos capitalistas e sua mais-valia.

E foi sob tal diapasão que a oligarquia capitalista pôde manter e ampliar seus latifúndios ao mesmo tempo em que arrostava aos pequenos agricultores a possibilidade de possuir seu pedaço de chão para cultivar a terra, expulsando arrendatários e posseiros para torná-los proletários.

E esses latifúndios vieram a tornar-se, muito tempo mais tarde, no ocaso do Século XX, a porção ideal de território onde os desertos verdes poderiam – e viriam – a ser implantados, como o Bolsão sul-matogrossense. Nessa perspectiva, o “Vácuo”⁴¹ deixara de sê-lo para abrigar os desertos verdes. Assim, em conformidade com a análise marxista

[...] quando o trabalho transformou-se em mercadoria, o fenômeno da alienação ganhou proporções ostensivas, devido à separação do trabalhador ante aos seus meios diretos de vida (instrumentos de trabalho, natureza), da oposição entre capital e trabalho e da extração do trabalho excedente (gerador de mais-valia) daqueles que passaram a ser proprietários apenas de sua força de trabalho, o operário. (RAMALHO, 2010, 156)

A lógica e a racionalidade da acumulação primitiva e, também, do processo de acumulação/expropriação capitalista que lhe sucede, mais uma vez se revelam, dessa feita, em Pindorama: terras baratas, cobertas, principalmente, pelo cerrado, visto como uma vegetação pouco ou nada nobre, ou, por pasto, concentradas nas mãos de poucos proprietários pecuaristas; abundância d’ água, quer por pertencer à bacia hidrográfica de um dos rios mais relevantes para a América do Sul, o Paraná, quer pela incidência pluviométrica histórica extremamente interessante, isto é, entre 1.200 mm a 1.400 mm, solos permeáveis, aeração e insolação muito

⁴¹Como era conhecida a região do Bolsão em pleno Século XIX.

promissoras (ou seja, condições edafoclimáticas extremamente favoráveis); estrutura da logística para escoamento da produção realizada à custa do erário público; financiamentos de estrutura agroindustrial à custa, também, do erário público (FCO e BNDES), com juros módicos, carência para início das amortizações dos mútuos e longevidade de prazo para cumprimento das obrigações financeiras.

Mão-de-obra disponível, principalmente, com a oferta de alojamentos pela municipalidade de Três Lagoas, o que possibilitou, inclusive, suprir a demanda com o afluxo de homens do norte e nordeste brasileiros; isenções fiscais para os capitalistas, principalmente, para a instalação e ampliação fabris; flexibilização da legislação ambiental e, mesmo, supressão total de certas exigências previstas em norma federal por parte do governo estadual do Mato Grosso do Sul; o “trem-da-alegria” representado pela anistia estadual aos produtores rurais que violaram o pretérito Código Florestal e praticaram crimes ambientais, principalmente, relacionados à não manutenção das áreas de cerrado (áreas de reserva legal) mediante a adesão ao programa de silvicultura com plantas exóticas (eucalipto e *pinus*, por exemplo) e, por fim, o uso e abuso indiscriminado de agrotóxicos e pesticidas no processo de formação do maciço florestal, com pouca ou nenhuma fiscalização. Eis, aí, um paraíso que qualquer capitalista adoraria encontrar e que se encaixa na explicação que o materialismo histórico oferece para o capital, o trabalho e a expropriação da natureza e do homem, parte indissociável desta.

E isso tudo se fez e se faz à larga, no Mato Grosso do Sul, principalmente, na região do Bolsão, dando à ação social ali os caracteres que favorecem amplamente os interesses das papeleiras, até porque, como se sabe, “o processo de acumulação capitalista tem lugar nas coordenadas de tempo e espaço. Com o tempo, sua lógica é a aceleração” (ALVATER, 2007, 378), o que parece estar ocorrendo na região do Bolsão e no Mato Grosso do Sul, em razão das duplicações das plantas fabris de Fibria e Eldorado Brasil.

Se Marx estivesse vivo, teria, provavelmente, que revisar seu capítulo sobre a “acumulação primitiva”, enriquecendo-o a partir das experiências aqui descritas e das peculiaridades que o modelo apresenta no Bolsão... Todavia,

destaca-se advertência de Marx, como um sinal de alerta e uma contra-propaganda ao discurso público e privado hegemônico ali, no sentido de que

[...] todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade [...] Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador. (2013, 573-574)

2.3. Da Natureza em Marx à proposta Ecosocialista, ou, o Ecologismo dos Pobres

Para falar propriamente, Marx não parece ter tratado diretamente sobre meio ambiente em seus escritos. Na verdade, o autor não se referia por essa expressão, mas, com alguma periodicidade, fez menção à natureza, aquilo que poderíamos destacar como o atual (e mais completo e complexo termo) meio ambiente, ou, a leitura que dele se faz. Por exemplo, na “Crítica do Programa de Gotha”, Marx declara, explicitamente que “o trabalho não é a fonte de toda riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (e é em tais valores que consiste propriamente a riqueza material!) [...]” (MARX, 2012, 23).

É de se pensar sobre o porquê do autor se referir a valores de uso; de fato, há aqui uma proposição dialética evidente com a ideia de valores de troca, tão cara à acumulação primitiva de capital e ao processo de produção capitalista, como também destaca Foster (2012, 88-89) que, assim como fez Marx em seu tempo, desnuda o fetiche capitalista consistente na inversão da preponderância absoluta do valor de troca sobre o de uso.

Nessa perspectiva, pode-se inferir que Marx está, de princípio, excluindo, ou, buscando excluir a natureza dessa jaula que o capitalismo e sua racionalidade engendram e que conduziu a natureza e o ser humano à escravização, à exploração ilimitada e ao esgotamento devido ao processo de acumulação por

acumulação que se encontra na gênese do capitalismo – o *raubbau* capitalista, que fendeu e separou a humanidade da natureza (FOSTER, 2012, 91).

Esse pensamento de preservação pode ser encontrado em “O capital, Livro III”, quando Marx, novamente e de forma muito explícita declara que:

Em ambas as formas, em vez de se cultivar consciente e racionalmente a terra, como propriedade perpétua e coletiva, condição inalienável da existência e da reprodução das gerações que se sucedem, o que existe é a exploração que desperdiça as forças do solo, e, além disso, essa exploração não depende do nível atingido pelo desenvolvimento social, e sim das condições fortuitas e variáveis dos produtores particulares. (MARX, 1991, 930)

Parece restar claro que a proposta marxista original é exageradamente evidente e nada ambígua: a natureza, da qual a terra se fazia seu principal elemento para uma sociedade recém-saída do feudalismo era apresentada por Marx como inalienável, um ser comunitário que não poderia, jamais, compor a lógica da racionalidade da apropriação capitalista, porque, em seu metabolismo, deveria permanecer numa relação indissociável com o ser humano, e vice-versa, naturalmente.

A crítica ecológica de Marx representa um sonoro basta à reificação da natureza. A ideia que desenvolve de metabolismo como sendo “[...] uma troca material subjacente à noção dos processos estruturados de crescimento e decadência biológicos” (FOSTER, 2014, 221) está na essência de sua crítica ao modelo agrícola capitalista.

Mais ainda, em sua jovem fase, expõe:

[...] que a vida física e espiritual do homem esteja em conexão com a natureza, não tem outro sentido senão que a natureza está em conexão com ela própria, pois o homem é uma parte da natureza. (MARX, 2015, 311)

Ora, a dimensão ambientalista do marxismo se revela, ainda que de alguma forma sutil, desde o jovem Marx. É inegável que a proposta marxista dialoga com a natureza, portanto, com o conceito contemporâneo de meio ambiente ao incluir o ser humano como parte integrante e indissociável dela; é uma visão pouco antropocêntrica da natureza, essa de Marx, uma proposta radical que faz da natureza algo muito mais do que mera coisa. Antagoniza e rivaliza com a perspectiva capitalista e seu afã de reificar a tudo e a todos, principiando pela natureza, até atingir ao ser humano e retornando para ela.

Ainda que os escritos de Marx tenham o problema da agricultura e a devastação dos solos e da terra como preocupação primordial, resta evidente que o pensamento marxista se funda, de uma forma bastante ortodoxa, na necessidade de se preservar a relação simbiótica metabólica entre o ser humano e a natureza; uma relação de total interdependência que não poderia, nem deveria, sofrer a ruptura imposta pelo capitalismo (MARX, 2013, 572-574) sem que isso viesse a causar a degradação e a devastação das condições de vida para todos, da natureza aos seres humanos que são, na visão de Marx, parte dela. Nessa perspectiva, “o processo sociometabólico, a partir das formas de manifestação da vida e de sua (re)produção material é inerente à existência de homens e mulheres, desnudando o caráter integrado do ser humano com o meio ambiente [...]” (RAMALHO, 2010, 169).

Com esse tipo de proposição, o marxismo destrói a confiança ilimitada no progresso, tão cara ao modelo de produção capitalista e, ao mesmo tempo, denuncia, como se fosse um moderno ecologista, o esgotamento e a lógica predatória impostos pela grande indústria e pelo modelo de agricultura que se formaram a partir da acumulação primitiva capitalista (MARX, 2013, 573).

Nessa perspectiva, chega-se a afirmar que “a crítica do capitalismo de Marx e Engels é o fundamento indispensável de uma perspectiva ecológica radical” (LÖWY, 2014, 22). Segundo Löwy, “a questão ecológica é [...] o grande desafio para uma renovação do pensamento marxista no início do Século XXI” (2014, 37).

E é exatamente sobre essa perspectiva radical que se constrói o Ecosocialismo, ou, para melhor dizer, as perspectivas modernas

social-ecológicas, das quais, o ecologismo dos pobres vem ganhando destaque, principalmente, nos países do hemisfério sul.

A ideia de que a acumulação por acumulação, base do sistema capitalista de produção social é ilimitada, em sua essência, bem como, de que o progresso capitalista é autorreferenciado e, portanto, alheio a toda e qualquer posição que o faça estabelecer uma crítica a si mesmo e, nesse sentido, portador de uma autofagia imanente, ou seja, de uma capacidade de destruição inerente a si próprio e que celebra a degradação, a devastação e a morte como consequências inexoráveis de seu destino estão na ordem-do-dia das propostas ecossocialistas.

Para Löwy, eis aí uma “crise de civilização” (2014, 43) que exige propostas radicais de transformação.

A radicalidade das propostas principia pelo radical afastamento dos modelos que tendem a buscar uma reconciliação com o atual sistema capitalista, isto é, com propostas que visem à recuperação do sistema, como, as políticas de ecorreformismo e de “gestão social-liberal do capitalismo pelos governos de centro-esquerda” (IDEM).

Nesse sentido, a crítica do autor se encaixa, perfeitamente, no atual – e últimos – governos brasileiros, em que se passa de uma perspectiva neoliberal (era FHC) para outra, de centro-esquerda (eras Lula e Dilma), mas, sem alterar-se o tom do discurso; muito ao contrário, “nunca antes na História desse país” o capital esteve tão bem representado em seus interesses e na dimensão de capacidade destrutiva abarcada e legitimada pelo sistema normativo (leia-se direito), como nos últimos vinte e dois anos⁴². E, a julgar-se pelo movimento do atual governo federal, a ideia é a exacerbação ainda maior do discurso capitalista.

O ecossocialismo é, assim, “uma corrente de pensamento e de ação ecológica que faz suas as aquisições fundamentais do marxismo – ao mesmo tempo em que o livra das suas escórias produtivistas” (LÖWY, 2014, 44) e objetiva estabelecer não somente uma crítica, mas, sobretudo, um programa de ação que visa a unir as propostas-base marxistas às modernas proposições da crítica ecológica. Daí, a essência da sua radicalidade e o moto da sua agenda.

⁴² Apenas a título exemplificativo, o “novo” Código Florestal brasileiro, gestado para atender interesses da agroindústria e latifundiários, mais recentemente.

Partindo da premissa de Löwy de que “o capital é uma formidável máquina de reificação” (2014, 61) e, reportando-se a Weber, destaca a aeticidade desse sistema com sua racionalidade quantificante, faz com que a proposta ecossocialista se apresente sempre e mais radicalmente, sob a forma de um grande e irreversível protesto. É a tentativa de um retorno à qualificação, isto é, de uma ruptura sistêmica com o atual modelo. Nessa esteira não se concebem adaptações, soluções de conveniência, acordos parcelares que possam, minimamente, resultar na manutenção de quaisquer das manifestações do modelo capitalista.

Trata-se o ecossocialismo de uma proposta holística em que se deflagra um “combate para salvar o meio ambiente, que é necessariamente o combate por uma mudança de civilização, é um imperativo humanista, que diz respeito não apenas a esta ou àquela classe social, mas ao conjunto dos indivíduos” (LÖWY, 2014, 66).

Nessa perspectiva, é preciso aniquilar o progresso destrutivo e ilimitado imposto pelo modelo capitalista, de forma a expor às claras que há, sim, um paradoxo entre a visão de mundo capitalista e a preservação do meio ambiente. Diante disso, o chamado ecologismo dos pobres tem se apresentado como uma das propostas ecossocialistas mais radicais e abarcando posições de respeito e adesões em muitos países do hemisfério sul, não por acaso, situado como a despesa do mundo pelo atual sistema.

Um dos primados dessa proposta é a premissa de que “plantações não são florestas” (MARTÍNEZ ALIER, 2014, 159). Trata o autor de estabelecer uma crítica contundente às monoculturas silviculturais, entre outras que se podem ser encontradas em sua obra. O modelo empregado pelo complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel é dos mais nefastos para a biodiversidade, principalmente, se levar-se em conta que a substituição na região afetada, o Bolsão sul-matogrossense, se dá do pasto por eucalipto transgênico clonado. Mas, onde antes havia pasto, não se deve esquecer, as áreas eram totalmente cobertas pelo cerrado. E, é notória a informação de que as áreas de cerrado no Mato Grosso do Sul, em especial, na região do Bolsão, sempre foram ricas não somente em diversidade florestal, como, também e principalmente, em sua fauna. É

absolutamente impossível, diria-se, irresponsável – tentar-se uma comparação em matéria de biodiversidade entre o cerrado e o deserto verde.

Não se deve, jamais, esquecer que o processo de conquista do oeste imposto no país, desde a sua colonização, mas, súbita e avassaladoramente incrementado durante boa parte do Século XX se deu tendo o Estado à testa. No caso, a apropriação dos territórios localizados no Mato Grosso do Sul (não somente, mas, fundamentalmente) se deu pela expropriação legitimada pelo Estado, uma vez que indígenas (Guarani, Kaiowá, Ofaiéh etc.) e pequenos agricultores (denominados posseiros) não possuíam títulos legais de suas posses territoriais, mas, os pecuaristas e os madeireiros vinham com a força do Estado, isto é, tinham como parceira a ditadura empresarial-militar, a força do “direito” (advogados especializados e muito bem remunerados, processos custosos e demoradíssimos e decisões judiciais pouco ou nada sensíveis aos direitos da minoria) como bem lembrado por Martínez Alier (2014, 174), ao se referir ao mesmo modelo imposto na região amazônica.

Esse processo de expropriação que conduz à exacerbação da concentração fundiária é descrito, em detalhes, por Andrade, já ao final da década de 1970 (1980, 77 e ss.), que descreve a transformação da terra cultivada em mercadoria e a proletarização da mão-de-obra no campo (idem, 22), pois, o capital acabara se servindo dos posseiros, os quais em busca do sonho de terra para produzir, avançavam às terras indígenas, lutavam contra os nativos, derrubavam as florestas, os cerrados, utilizavam, sobremaneira, da técnica da coivara e, tão logo dessem conta disso, tendo-se estabelecido nas áreas, eram, em pouco tempo, expulsos das posses, de forma “legal” ou violenta, pelos “proprietários”, os quais apresentavam “títulos” das ditas terras, fantásticos, ou, não, visto que o próprio Estado lhes fornecia a cobertura jurídico-normativa necessária (ANDRADE, 1980, 29; 65).

É nesse contexto que se erguem algumas vozes, denunciando a concentração fundiária, a paralisação e inatividade da reforma agrária e do posicionamento do Estado brasileiro como parceiro do capital e inimigo de seu povo, da luta pela conservação da agricultura familiar e da produção de alimento em detrimento da escravidão pelo mercado de *commodities*, da preservação dos

hábitos culturais agrícolas centenários dos camponeses, da reconquista e asseguração legal das terras tradicionais indígenas no Mato Grosso do Sul. Estes são alguns dos desafios ecossocialistas ali na região do Bolsão. Eis a agenda para os “hobbits⁴³ pantaneiros”.

A partir daqui, parece imperioso destacar que tanto os conceitos de dominação, tão bem trabalhados por Weber, quanto as ideias de acumulação primitiva do capital e o processo capitalista de apropriação/expropriação, desvelados por Marx, serão figuras importantes durante a análise dos conflitos socioambientais encontrados durante o trabalho de campo, tais sejam, o caso judicializado entre MPF versus IBAMA/IMASUL, sobre a necessidade de retomada dos processos de licenciamentos ambientais de grandes empreendimentos agroindustriais na região leste do Mato Grosso do Sul, onde se situa o Bolsão e a cidade de Três Lagoas, e o caso que envolve os assentados de reforma agrária, agricultores familiares, situados no Assentamento São Joaquim, que foram submetidos ao talante e à vontade das indústrias papeleiras no que pertine às possibilidades e acesso a recursos para o financiamento da produção familiar, face à omissão do Estado.

⁴³Aqui se faz uma apropriação de uma classe de personagens de John R. R. Tolkien (2002), que, visando estabelecer um tipo ideal de herói de uma de suas séries literárias do realismo fantástico utiliza, justamente, os menores seres da Terra Média como peças-chave na trama da Sociedade do Anel e os principais responsáveis pela destruição do anel de poder e do espectro de Sauron. Segundo Tolkien, os mais insignificantes, os pouco ou nada violentos, os fracos, esquecidos numa região denominada Bolsão, serão aqueles que trarão o livramento que a saga persegue. Aqui, um feliz acaso brinda a pesquisa: em Tolkien o Bolsão se destaca na trama; no Mato Grosso do Sul, não exclusivamente, mas, também, surge um “Bolsão” com seus pequenos hobbits (assentados, pesquisadores, professores, sindicalistas, ativistas ambientais) que poderão fazer frente ao gigantismo do Estado-Capital que se expressa, não-só, mas, principalmente, pelos desertos verdes.

Capítulo 3. CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DEFLAGRADOS NA REGIÃO DE TRÊS LAGOAS/MS COMO EFEITOS DA REENTRADA E EXPANSÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL TERRITORIAL EUCALIPTO-CELULOSE-PAPEL

Uma das formas normativas de se realizar o controle social é o direito. Em geral, outras formas também coexistem e são chamadas de instâncias informais de controle social, se se parte de uma visão interna do direito para elas. Podem-se destacar a ética, a etiqueta, a moral e os costumes. Mas, para o que interessa à pesquisa, nesse momento, o direito deve comparecer com o fito de se posicionar o tema sob o prisma não somente da interdisciplinaridade, porém, como forma de se tentar aprofundar os meandros dessa técnica burocrático-normativa que rege as relações sociais na área socioambiental. Para tanto, parte-se da ideia motriz de que “a adoção da proteção ambiental na qualidade de um direito constitucional redesenha o projeto do Estado Social, que não pode ser simplesmente congelado ou interrompido” (PADILHA, 2010, 163). É nessa perspectiva que se pensa, aqui, sobre a normatização que rege o licenciamento ambiental.

3.1. Os estudos e relatórios de impactos ambientais pertinentes à entrada em operação e duplicação das papelarias na região

O atual processo que denota a presença marcante das duas maiores indústrias de celulose-papel do mundo no entorno da cidade de Três Lagoas/MS, à margem direita do Rio Paraná, distando cerca de 55 km uma de outra e que se caracteriza, como citado no início da tese, como uma reentrada (ou, recorrência) do complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel ali apresenta um fator agravador que consiste na duplicação das plantas de produção das duas papelarias, cujas obras civis já foram iniciadas. Assim, os EIA-RIMA's de ambas as indústrias, no caso, são atualmente quatro, sendo um para a International Paper (início da operação das indústrias Fibria e IP, em março de 2009), outro para a duplicação da Fibria e outros dois, sendo um para a empresa Florestal, cujo início

de operações industriais deu-se em dezembro de 2012 (que foi sucedida pela Eldorado Brasil) e o último para a própria Eldorado Brasil e que trata, justamente, de sua duplicação.

Destaca-se que nenhum deles contém qualquer dado sobre o uso nos hortos “florestais” de glifosato e outros ingredientes ativos de agrotóxicos-herbicidas e pesticidas (formicidas e cupinicidas), diante da total isenção recebida pelo setor de celulose-papel por parte do governo do estado de Mato Grosso do Sul; este é o pano de fundo que recobre a patê agricultável da cadeia produtiva do complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel no Estado, em especial, na região do Bolsão.

Todavia, mesmo quanto á parte da cadeia produtiva que envolve exigência de estudos e relatórios de impactos ambientais, avizinha-se novidade no sistema normativo-jurídico, que está sendo conduzida em conformidade plena com os interesses do capital.

3.2. A minuta de resolução com novas normas sobre licenciamento ambiental do MMA

Por vezes o acaso parece conspirar; em alguns momentos, positivamente; noutros, negativamente no que concerne ao tema da pesquisa. Essa proposta de alteração das normas do CONAMA que tratam do licenciamento ambiental, cuja consulta pública foi aberta, justamente, no período do feriado carnavalesco no país, aparentemente, soa como uma conspiração favorável à problematização desta tese. Em razão disso e de como as questões de licenciamento ambiental produzem efeitos diretos sobre o potencial dos conflitos socioambientais, particularmente, os que são objeto da pesquisa, passo a fazer uma análise de parte do texto da minuta e de suas eventuais potencialidades e reflexos.

Isso se mostra muito relevante para esta pesquisa, pois, exatamente no momento em que ela se encaminha para o seu ocaso (momentâneo, é claro, porque a necessidade dos prazos e de sua defesa pública urge), o Ministério do Meio Ambiente, recentemente, “abriu” uma consulta pública visando a receber

sugestões com vistas à revogação/superação das Resoluções CONAMA 1/1986 e 237/1997, ambas tratando, justamente, do tema licenciamento ambiental⁴⁴.

Aparentemente, a sociedade civil pouco ou nada foi informada sobre isso; não houve mediação da consulta, quer nos meios televisivos, quer pela WEB. Tratando-se de tema de interesse nacional de maior grandeza, a forma como o MMA parece estar conduzindo essa “atualização” das normas atinentes ao licenciamento ambiental se revela pouco ou nada republicana, nada democrática (no sentido substancial de democracia) e muito, mas, muito suspeita. Em diálogos durante os dias doze e treze de fevereiro com duas pessoas do meio, sendo um servidor do MPF e outro do ICMBio, ambos não tinham ciência sobre a consulta, cujo encerramento deu-se exatamente no domingo, 14/02/2016. Ainda que a democracia exija olhares atentos contra toda e qualquer forma ou manifestação de autoritarismo, resta evidente que os governos carecem de ser patrulhados por aqueles que entendem ser a coisa pública algo muito mais relevante e maior do que a mera submissão a plataformas de interesses, nacionais e internacionais, vinculadas ao capitalismo e aos seus modelos de apropriação/expropriação.

Os pontos nevrálgicos da referida minuta (anexo 6) são aqueles que prevêm o licenciamento ambiental unificado (art. 7º), o licenciamento ambiental por adesão e compromisso (art. 8º) e a modalidade de licenciamento por registro (art. 9º). Da análise da proposta, nos moldes em que foi aberta à consulta pública, isto é, durante o período do feriado de carnaval, aparentemente, os empreendedores gozarão de benefícios relacionados à aceleração da tramitação dos processos, no caso do licenciamento unificado. É certo, também, que se poderá simplificar ainda mais o processo (art. 28), “mediante a redução de etapas, custos ou tempos de análise” (MMA, Minuta de Resolução CONAMA que dispõe sobre critérios e diretrizes gerais para o licenciamento ambiental – Processo n. 02000.001845/2015-32). Quanto às modalidades de licenciamento ambiental por adesão e compromisso e por registro, respectivamente, arts. 32 a 37, da minuta, o que parece normatizar-se ali é uma abertura ainda maior quanto à permissividade ambiental.

⁴⁴ Vide o portal do MMA sobre isso: <http://www.mma.gov.br/port/conama/processo.cfm?processo=02000.001845/2015-32>

Aparentemente, o que se avizinha do ponto de vista jurídico-normativo, a vingar essa minuta de resolução é a total submissão dos órgãos e agências de controle ambiental aos interesses, planos e prazos do capital empreendedor. Assim, construiu-se o memorial do trabalho de campo tendo como pano de fundo tanto o fato constatado de que os estudos e relatórios de impactos ambientais das duas indústrias papelarias não tocaram a problemática relacionada à sua parte agricultável (hortos “florestais”), bem como, tendo como horizonte, ainda, a possibilidade de que eventuais medidas compensatórias ainda em trâmite possam ser simplesmente postas de lado, caso a nova resolução CONAMA seja publicada.

3.3. Memorial do trabalho de campo

Para iniciar este capítulo devo registrar, para situar o leitor, que a fala se dará quase exclusivamente na primeira pessoa do singular pelo motivo de que pretendo passar as impressões e pressões que vivi no campo, positivas e negativas e tentar me aproximar – e aproximar ao leitor – da experiência vivenciada, muito embora não se trate de uma etnografia no sentido estrito do termo.

A ida ao campo propiciou, como de regra, novas visões da realidade sobre a qual se debruça a pesquisa. Em princípio, confesso, pela vivência experimentada durante o transcorrer de 5 (cinco) longos anos no local, onde residi com a família e peguei, frontalmente, a entrada em operação de Fibria e International Paper (30/03/2009) e da Eldorado Brasil (12/12/2012), pensava que os conflitos socioambientais seriam os de praxe: agricultura familiar desacreditada, danos ambientais, caos urbano causado pelo afluxo vertiginoso de mão-de-obra à cidade, o que abarrotou o atendimento pelo SUS, bolha inflacionária nos preços dos aluguéis e dos próprios imóveis, custo de vida elevado, pela passagem de um modelo agropecuário a industrial da cidade e região, enfim, acreditava ser isso o que me aguardava no campo.

Engano deste pesquisador. Ao lado de tudo isso, as respostas dos entrevistados aos questionários propostos e, principalmente, as suas entrevistas revelaram riqueza ainda maior sobre o potencial de conflitos socioambientais ali.

Para os trabalhos de campo utilizei de uma metodologia qualitativa. Como exposto na introdução, escolhi, de forma não totalmente aleatória (BECKER, 2007, 50-52), 12 (doze) atores sociais que pudessem representar, da melhor forma possível, as várias visões da sociedade na região de Três Lagoas sobre o fenômeno pesquisado (a reentrada do complexo agroindustrial eucalipto-celulose-papel na região de Três Lagoas/MS).

Após essa escolha por mim feita dos atores sociais, durante o primeiro semestre de 2015 planejei a ida ao campo com o fito de realizar entrevistas e, durante essas entrevistas, ou, após, aplicar questionários que pudessem auxiliar na percepção dos problemas e conflitos socioambientais na região. Os questionários apresentavam 2 (duas) partes relevantes: 1ª) Estruturada, com 4 (quatro) a 6 (seis) questões objetivas, versando sobre a possibilidade de existência de conflitos socioambientais ali e de que ordem seriam os mesmos; 2ª) Semiestruturada, com 3 (três) questões abertas, versando sobre o principal problema ambiental/social/socioambiental que os entrevistados poderiam apontar em sua região de atuação, que estratégias para mitigação ou enfrentamento foram adotadas e, finalmente, se houve cooperação de órgãos públicos para a proteção socioambiental.

Fiz os primeiros contatos, visando agendar as entrevistas por e-mail, em meado do mês de junho/2015, cerca de 15 (quinze) dias previamente ao início de minha primeira e mais demorada viagem ao campo, que se deu em 07/07/2015. Fez parte da metodologia das entrevistas e aplicação dos questionários a remessa prévia de um ofício solicitando o agendamento e explicando o motivo, acrescido do Projeto de Tese e do Questionário. Em geral, os contatos feitos por e-mail foram muito positivos e consegui agendar a quase totalidade das entrevistas, com antecedência bastante razoável.

Ao chegar a Três Lagoas/MS, hospedei-me em um apartamento funcional coletivo que a UFMS mantém na sua Unidade II, localizada no Distrito Industrial, à entrada da cidade, sentido SP – MS, o que facilitou em muito o contato com os diferentes atores e meu deslocamento “no campo”.

3.4 A eloquência gritante do Campo: o campo fala e o faz de uma maneira muito intensa para a pesquisa

Com os agendamentos – ao menos a maior parte – em mãos, fui ao campo, dando ênfase, inicialmente, à agenda de entrevistas na área urbana de Três Lagoas, por puras razões de racionalidade dos custos operacionais. Passei às entrevistas e aplicação dos questionários, os quais se tratavam de uma ferramenta muito mais voltada, em meu planejamento, a proporcionar a aproximação necessária para a entrevista, do que, propriamente, o cerne da coleta de dados. Os questionários, assim, foram um apoio necessário para que as entrevistas fossem alcançadas, além de servir como suporte técnico quanto à percepção entre a fala dos entrevistados e o que eles respondiam, posteriormente, às questões.

A primeira deu-se junto ao Ministério Público Federal, Procuradoria da República no Município de Três Lagoas, em 08/07/2015. Este contato, com a presença dos Procuradores da República Davi Marcucci Pracucho e Luiz Eduardo Camargo Outeiro Hernandes se revelou extremamente positivo para a pesquisa, pois, além das respostas a todo o questionário por mim proposto, os procuradores acrescentaram uma relação bastante pormenorizada, contendo 20 (vinte) procedimentos (administrativos e/ou judiciais) sobre fatos potencialmente geradores de conflitos socioambientais e, durante quase 2 (duas) horas, colhi muitas informações sobre a visão que os procuradores tinham dos principais problemas socioambientais para a cidade e região.

Foi exatamente nessa entrevista que o assunto “IBAMA” e sua recusa em integrar os licenciamentos ambientais de grandes empreendimentos veio à tona, gerando o agendamento de outra entrevista, esta última, realizada no dia 03/12/2015, com o Procurador da República, Dr. Davi Marcucci Pracucho, gravada-degravada e que fez surgir um tópico específico, relacionado a um conflito socioambiental, tratado aqui.

O segundo contato foi feito em 10/07/2015, diretamente com o órgão do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, Antônio Carlos Garcia de Oliveira, responsável pela 1ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas que, entre suas muitas atribuições, atende ao patrimônio histórico cultural, urbanismo e meio

ambiente. Também ali a recepção foi excelente; após dialogarmos por quase três horas, o promotor de justiça, em pouquíssimos dias, me apresentou as respostas ao questionário proposto com riqueza de detalhes, tendo relatado que, em sua visão, por todo o tempo em que atua na Comarca de Três Lagoas, a ausência de práticas conservacionistas era o principal problema com que se defrontava.

A terceira entrevista se deu junto à SEMAD – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agronegócio, Ciência e Tecnologia de Três Lagoas, em 14/07/2015, no início da manhã. No caso, face à supletividade de atuação desse órgão nos licenciamentos ambientais, a resposta à questão 4, da parte estruturada do questionário proposto restou prejudicada; o mesmo se deu em relação à questão 2, da parte semiestruturada. Anotou, entretanto, a responsável pela SEMAD que dois eram os principais problemas com que se defrontavam: a “disposição irregular de resíduos sólidos e a informalidade dos catadores”, sendo irrelevante essa informação para o objeto da tese.

O quarto contato com os atores sociais se deu junto ao IMASUL – Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, em 14/07/2015. O então Chefe do Escritório Regional de Três Lagoas, Engenheiro Rafael Alex Barbosa foi-me muito solícito e, após cerca de uma hora de diálogo, poucos dias após, enviou-me as respostas ao questionário proposto via e-mail, abordando a todas as questões tratadas. Em sua visão, o principal problema com que se defronta seria a explosão demográfica gerada pela contratação de um número significativo de mão-de-obra para a construção das indústrias (cita o entrevistado “aproximadamente 10 mil homens”), o que geraria “um desconforto social muito grande na cidade, onde fica comprometida a segurança, a saúde, lazer, etc”.

A quinta entrevista foi feita em 16/07/2015 com a presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas – MS, a Sr^a Jenir Neves da Silva. Esta respondeu a todo o questionário e apontou como principal problema com que se defronta “a dificuldade para assegurar o homem no campo”, dando conta, durante a entrevista, de que a presença do complexo industrial celulose-papel é fator decisivo para o êxodo rural na região de Três Lagoas. Nesse sentido, aparentemente, a concentração fundiária ali encontrou, para a sua manutenção, um forte aliado no complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel, pois, as papeleiras

acabam se tornando as grandes contratantes do pequeno agricultor-homem do campo, o qual deixa de cultivar a terra e se transforma em proletário nas papeleiras.

O sexto contato se deu em 17/07/2015 junto ao presidente do Sindicato Rural de Três Lagoas, Sr. Marco Garcia de Souza. Indubitavelmente, essa foi uma das melhores entrevistas que consegui realizar para a pesquisa, pois, além de se tratar de grande produtor rural (pecuarista), o entrevistado ocupou, durante três anos, entre 2010-2013 o cargo municipal de Secretário de Desenvolvimento Econômico na cidade de Três Lagoas, conhecendo a fundo a problemática de que me ocupo na tese. Segundo ele, os principais problemas com que se defronta seriam o “êxodo mão de obra do campo/migração da fauna em busca de novos ambientes”. Além disso, cita, também, como um conflito ambiental a redução da biodiversidade, num primeiro momento, fruto do maciço florestal e, como um conflito social, o êxodo rural da mão-de-obra devido à urbanização desta em decorrência dos novos hábitos e cultura assumidos, que ele denomina “sociedade de consumo”. Porém, para o entrevistado, haverá “elevação da qualidade de vida com parcerias” para o produtor. Entre os parceiros, Marco Garcia inclui, sem dúvida e inexoravelmente, o setor de celulose-papel.

A sétima entrevista ocorreu em 21/07/2015 junto ao Ministério Público do Trabalho – MPT, Procuradoria do Trabalho do Município de Três Lagoas – MS. Fui muito bem recebido pelos Procuradores do Trabalho Gustavo Magalhães de Paula Gonçalves Domingues e Paulo Roberto Aseredo, os quais responderam ao questionário no que lhes dizia respeito (em função de suas atribuições), destacando que os principais problemas enfrentados “ofensas ao meio ambiente do trabalho (urbano e rural) e terceirizações ilícitas”, principalmente, no setor de celulose-papel, com destaque para uma das papeleiras, a Fibria, que estaria, em tese, burlando a legislação trabalhista com o uso de terceirizações ilícitas. As respostas completas ao questionário foram-me enviadas posteriormente, via e-mail, em 28/08/2015.

O oitavo contato se deu em 22/07/2015, na Eldorado Brasil Celulose S/A., onde fui muito bem recebido pela Engenheira Luciana Bortoluci, cujo contato pessoal me foi passado pelo Engenheiro Rafael, do IMASUL. A entrevista ocorreu num tempo razoável, cerca de 50 (cinquenta) minutos e recebi as respostas ao

questionário via e-mail, dias após. Segundo a entrevistada, o principal problema em sua região de atuação era a “transformação da cultura local de pecuária para eucalipto, mudança de perfil profissional”, ficando afirmado, ainda, que em sua visão e experiência não havia conflitos socioambientais na região de atuação da indústria.

A nona entrevista, a mais rica em detalhes e vivência, se deu em 28/07/2015, com a presidenta da Associação de Produtores do Assentamento São Joaquim, a Sra. Coracy Lima de Souza, originária de Inocência, cidade próxima e que participara de todas as ações do movimento pela conquista da terra naquele rincão. Esse assentamento se iniciou em 2009, com a ocupação da fazenda que veio a ser desapropriada pelo INCRA, posteriormente, e é composto por 181 (cento e oitenta e um) lotes. Está localizado à margem da Rodovia MS112, km 56, Anexo Fazenda, Zona Rural de Selvíria/MS⁴⁵.

Foi ali que percebi um dos conflitos socioambientais decorrentes da presença das papeleiras na região. Segundo a Sra. Coracy, o Assentamento São Joaquim enfrenta muitos problemas, que ela classifica, em seu linguajar próprio de não-alfabetizada (mas, com uma riqueza de vida e de luta impressionantes) como “falta liberá arias pra faze o desmate minimu. Sem isso não dá pros assentado produzi”. Queixou-se ela de que “o INCRA mal-e-má comprô e entrego us lote aos assentado e não arrumô nenhuma ajuda prá começá a plantá”. Isso significa que não houve qualquer tipo de apoio, segundo a assentada, seja fundiário (documentação), seja técnico e mesmo financeiro, para que os assentados pudessem dar início a qualquer espécie de produção ali.

A AGRAER, agência estadual responsável pela estrutura fundiária do Estado de MS e que deveria prestar a assistência técnica rural ali é um verdadeiro “fantasma”, segundo me foi relatado naquele momento. Com isso, o assentamento, aparentemente, caiu nas mãos das papeleiras (na verdade, foi jogado...).

Pouco tempo depois, enquanto ainda conversávamos sobre o questionário que eu aplicava, a Sra. Coracy recebeu a visita de uma assistente social,

⁴⁵ O acesso ao assentamento se dá pela BR158 (pavimentada), guinando à esquerda em um pequeno entroncamento que dá acesso à MS112, cuja pavimentação foi inaugurada em maio/2012. Para lá me dirigi em “carona” ofertada com extrema gentileza pelo pesquisador Mieceslau Kudlavicz, agente da Comissão Pastoral da Terra na região e Mestre em Geografia pela UFMS, Câmpus de Três Lagoas.

empregada da indústria Eldorado Brasil, que penetrou o local sem pedir licença, sequer, e anunciou que tinha vindo para “fiscalizar o andamento dos projetos financiados pela Eldorado”.

Ato contínuo, tendo interrompido a entrevista, deixou a sala da casa em companhia do esposo da Sra. Coracy, rumo aos fundos da propriedade. Fiquei atônito com o comportamento da jovem, ao que a dona da casa e entrevistada, Sra. Coracy, dirigindo-se a mim, diz: “liga, não, seu moço. Esse povo das indústria acha que comprou a gente só porque financia us projeto”.

Naquele momento eu soube pela Sra. Coracy que nenhum órgão público financiou ou financiava qualquer projeto de produção agrícola, ou, para melhoria da qualidade de vida dos assentados e que “a AGRAER ia lá muito mais prá fiscalizá pro INCRA do que prá atendê us assentado”.

Quem assumira esse papel? As indústrias de celulose, Fibria e Eldorado Brasil, a partir de 2010 e 2013, respectivamente, tendo a Sra. Coracy deixando muito claro a mim que “todos us assentado sabia muito bem que não era por bondade que issu era feito, mais, que as indústria precisava ter esses projeto prá mantê u sêlo e consegui vendê pros exterior a celulose”.

Entendo restar evidenciada ali, por isso, uma condição de injustiça ambiental ⁴⁶, fator de aprisionamento dos assentados ao cativo do assistencialismo que, da forma como opera a simbiose capital/Estado – Estado/capital, os assentados acabam, mesmo, numa relação completa de subserviência às indústrias, únicas a oferecer algum tipo de auxílio, inclusive, financeiro para projetos ali, o que provoca, por um lado, o acesso a pequena fonte de recursos e, por outro, a contenção das potencialidades produtivas da renda fundiária pelos assentados aos limites impostos pelas papeleiras financiadoras dos projetos.

Não à toa e nem sem interesse explícito, a empresa Fibria tratou de colher o seguinte depoimento da presidenta da Associação do Assentamento São Joaquim, lançando-o em seu Relatório 2014:

⁴⁶“Entende-se por Injustiça Ambiental o mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis” (HERCULANO, 2013, 388).

Antes de a Fibria chegar, não conseguíamos produzir nada. Hoje estão todos entusiasmados, plantando e cuidando do seu gado. A administração e aceitação dos projetos e do programa PDRT estão sendo ótimas e fizeram com que a associação crescesse, passando de 14 para mais de 120 associados. Isso mostra que as pessoas têm interesse em crescer e melhorar de vida. Algo que só aumenta nossa expectativa em relação ao apoio da Fibria para o desenvolvimento de nossa comunidade. (OLIVEIRA et alii, 2015, 139).

Notem: até pelo vernáculo utilizado parece-me claro que o texto jamais foi produzido pela mesma pessoa que entrevistei. Não digo que não seja verossímil o seu conteúdo, mas, é bastante provável que essa fala esteja completamente mediada e comprometida, segundo os interesses do capital ali presente.

Após passar quase toda a manhã ali, num bate-papo muito descontraído e sortido, quando de minha saída, fui convidado a registrar o momento em fotografia, ao menos, do pequeno grupo de pessoas que se ajuntaram ali e acompanharam parte da entrevista, bem como, registrar um dos projetos (o que foi fiscalizado pela assistente social da Eldorado Brasil) e que dizia respeito a uma tentativa de geração extra de renda com a criação de galinhas em semi-cativeiro em consórcio com horta orgânica e fruticultura, o que atendi de pronto e com grande satisfação.

Em meu sentir, o conflito que aflige os agricultores familiares do Assentamento São Joaquim se espraia da seguinte forma: em princípio, pela falta de condições de produzir (recursos, etc.), uma vez que nem todos os lotes foram contemplados com o certificado de cessão de uso - CCU, documento sem o qual, nenhum assentado consegue obter financiamento ou crédito agrícola e nem mesmo assessoria extensionista agrária. O jogo-de-empurra entre INCRA e AGRAER mantém assentados numa condição extremamente delicada, pois, ao não produzirem, correm o risco de ter suas posses deslegitimadas e regressas à União.

Por outro lado, mesmo para os assentados da reforma agrária que, aparentemente, conseguiram, às suas expensas, realizar os atos necessários a obter o certificado de cessão de uso, há dificuldades para se obter crédito agrícola

e, diante da ausência de recursos por parte do INCRA e de acesso a recursos via AGRAER para tal desiderato, os agricultores familiares acabaram se tornando “clientes preferenciais” das indústrias que compõem o complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel.

Criou-se, então, ao que parece, uma relação assistencialista que não visa a romper com a condição de dominação dos assentados pelo capital industrial, muito ao contrário, e que preserva um status de subserviência por meio do assistencialismo, limitando a agricultura familiar e, ao mesmo tempo, dirigindo as potencialidades dos assentados e do assentamento, como um todo. Essa percepção ficou muito evidente quando, ao findar a entrevista, fui convidado a conhecer um dos projetos, que combinava a criação de galinhas em regime de semi-cativeiro com horta orgânica e fruticultura, financiado por uma das indústrias papeleiras.

Colhi do assentado, Sr. Agércio, esposo da Sra. Coracy, que “os assentado não foram ouvido si essi seria um projeto di interesse prá nós”, ou seja, se seria compatível com as suas capacidades, ou, se teriam interesse, ou, mesmo se interessados, como se daria o projeto, o que resultou na obrigação deles em aceitar um modelo pronto-e-acabado, com galinhas de granja, cujo resultado se revelou pífio face à pouca ou nenhuma rusticidade dessa espécie para o tipo de criação que se propôs.



Foto 1:da esquerda à direita, os assentados Sra. Coracy, com seu esposo, Sr. Agécio ao lado e Izabel, mais à direita, ao lado do pesquisador, ao encerrar a entrevista, em 28/07/2015⁴⁷.
Fonte: Cláudio Lopes, 28/07/2015

⁴⁷ Esta foto retrata um momento marcante para mim, pois, tendo sido criado no interior de SP, já estava acostumado à extrema receptividade e educação do pessoal. Mas, ali no Assentamento São Joaquim, pude ver que gente sofrida, gente que lutou pela terra onde pisa, planta e produz alimento, está, sem nenhum apoio direto do governo, seja federal, seja estadual, vencendo com extremo valor as agruras de ser um agricultor familiar rodeado pelo deserto verde.



Foto 2: Programa de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS, projeto de criação de galinhas de granja em semi-cativeiro integrado à horta agroecológica e fruticultura, financiado pela ELDORADO BRASIL.

Fonte: Cláudio Lopes, 28/07/2015

O projeto em questão decorre de compromissos firmados pela indústria em seus contratos de financiamento junto ao BNDES. Há cláusulas que obrigam ao investimento de um percentual do crédito obtido em ações sociais. No caso destacado, a indústria optou por atender a alguns assentados do Assentamento São Joaquim, localizado em Selvíria/MS, propondo alternativas de geração de renda.



Foto 3: Continuação do Programa de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS, projeto de criação de galinhas de granja em semi-cativeiro integrado à horta agroecológica e fruticultura, financiado pela ELDORADO BRASIL.

Fonte: Cláudio Lopes, 28/07/2015

A principal informação que colhi do assentado, Sr. Agécio foi no sentido de que “eles dão dinheiro para construir o galinheiro e a parte externa, inclusive, toda a parte da horta – as mangueira e tudo o mais– e até comprá us pintinho, mais, o principal, que é prá ração, não tem”. Outra dificuldade que pude perceber na fala do assentado era a respeito do tipo de animal determinado no projeto (pelo que pude perceber, o “pacote” dos projetos vem pronto da indústria papeleira, restando aos “beneficiários” aceitar aquilo): galinhas de granja, inadaptáveis para a proposta

e o trato que necessita ser dado, pois, esse tipo de criação exigiria galinhas muito mais rústicas.



Foto 4: Programa de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS, projeto de horta agroecológica integrado à criação de galinhas em semi-cativeiro e fruticultura, financiado pela ELDORADO BRASIL.

Fonte: Cláudio Lopes, 28/07/2015

Para contribuir com a problematização e a crítica sobre o referido programa, pode-se afirmar o caráter insuficiente do projeto, exemplificado pelo fato de que se distribuiu, em cerimônia realizada na sede do SEBRAE em Três Lagoas, apenas 35 (trinta e cinco) kits (dez outros já haviam sido distribuídos anteriormente, em 2013, entre Três Lagoas e Selvíria, pela mesma indústria). Tem-se, então, 45 (quarenta e cinco) lotes/assentados beneficiados pelo PAIS, mas, apenas no Assentamento São Joaquim, são 181 (cento e oitenta e um) candidatos ao referido programa. Logo, a iniciativa se revela muito mais pirotécnica, isto é, para fazer

barulho, causar publicidade do que algo efetivo, que realmente vá mudar a realidade dos assentados.

Por outro lado, e aqui a crítica é mais contundente, esse tipo de “apoio”, prestado pela indústria, por conta de compromissos firmados e exigências para alcançar os financiamentos do BNDES, sem a parceria e presença direta do Estado, via INCRA e/ou AGRAER, acaba por lançar os assentados numa completa relação de submissão e subserviência que, ao invés de promover a libertação do cativo capitalista⁴⁸, os mantém sob o jugo do assistencialismo do capital industrial e sob o crivo do tempo social ditado pelas papeleiras.

Nessa perspectiva, enxerga-se, aparentemente, uma nova ferramenta de controle social por parte da simbiose Capital/Estado: este último se mantém praticamente inerte, principalmente, por seus órgãos como INCRA, AGRAER, IBAMA, ou, realizando funções aparentes quanto ao licenciamento ambiental, caso do IMASUL, cujas chancelas aos grandes empreendimentos parecem habituais; ao mesmo tempo, o capital agroindustrial adota os assentados, colocando-se como única fonte e perspectiva de financiamento de projetos para produção da agricultura familiar. Entretanto, os projetos não podem ser destinados a todos; há aqueles que – ainda – não conseguiram o documento mínimo para regularização fundiária, isto é, o certificado de cessão de uso – CCU. Por outro lado, mesmo para os que se encontram regularizados, os projetos e financiamentos, aparentemente, dão-se em doses ultra-homeopáticas, contemplando parques agricultores a cada ano, de forma que o assistencialismo – e o cativo – seja mantido por longo período.

⁴⁸Entende-se por cativo capitalista, no caso, a relação a que foram submetidos os assentados, sujeitos da pesquisa, os quais esperavam, com a posse da terra, libertar-se do jugo proletário com base na renda da terra, mas, impossibilitados de produzir, sem amparo estatal e subjugados pelo assistencialismo das papeleiras, estão presos ao regime e limites de produção impostos pelo complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel.



Foto 5: Programa de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS, projeto de horta agroecológica integrado à criação de galinhas em semi-cativeiro e fruticultura, financiado pela ELDORADO BRASIL⁴⁹.

Fonte: Cláudio Lopes, 28/07/2015

⁴⁹ O Painel Florestal divulgou, em notícia datada de 04/12/2014, 16h16 matéria intitulada “Eldorado Brasil estimula agroecologia em assentamentos”, tratando, justamente, do programa e dos projetos acima citados, reportando que foi investido R\$280 mil para a entrega de 35(trinta e cinco) kits de agricultura familiar a assentados do São Joaquim, Pontal do Faia, Canoas e Cinturão Verde. Segundo a reportagem, “O programa acima citado, feito em parceria com o SEBRAE-MS “inclui uma série de ações para transformar o pequeno produtor num empreendedor rural. Trata-se de uma tecnologia social de produção irrigada, composta por um galinheiro central e canteiros de horta em forma circular, um quintal agroecológico com árvores frutíferas e nativas, conduzidos nos princípios da agricultura sustentável”

3.5 O silêncio dos não-inocentes: Fibria, IBAMA e INCRA e sua posição inicial em relação à pesquisa

A Fibria, uma das indústrias, em princípio, por sua Consultoria Ambiental aceitara receber-me e responder ao questionário, ao menos em parte, no que dizia respeito às questões 3 e 4, da Parte I (estruturada) e questão 3, da Parte II (semiestruturada), fazendo menção, ainda, sobre a possibilidade da Consultoria de Sustentabilidade participar da entrevista, nos e-mail's que foram trocados durante as tratativas que antecediam a visita. Porém, na última etapa, quando minha solicitação foi submetida à Assessoria de Comunicação da Fibria, para minha surpresa, a resposta foi esta: "O Relatório 2014 tem todas as informações que o Professor Cláudio precisa. Sendo assim, não há necessidade de entrevista. Segue link para leitura e download do material." (NOGUEIRA, 2015).

O mais lamentável de tudo isso é que, desde o princípio deixei muito claras as minhas intenções, pois, fazia parte da metodologia das entrevistas e aplicação dos questionários a remessa prévia de um ofício solicitando o agendamento e explicando o motivo, acrescido do Projeto de Tese e do Questionário.

De uma análise do Relatório 2014 a que me remeteram resta clara a fuga às questões que buscava ver enfrentadas (ou, não) nas respostas ao questionário proposto e, principalmente, no contato pessoal e percepções que a entrevista poderia gerar. Na verdade, o Relatório 2014 da empresa Fibria, tão-só de uma maneira muito tímida e exageradamente abreviada, no item "Ouvidoria", declina "multas e ações judiciais", retratando, em cerca de 20 (vinte) linhas, às páginas 52-53, os temas de "processos trabalhistas administrativos", "ação civil pública por excesso de carga" e "ações judiciais ambientais" (OLIVEIRA et alii. NOVO OLHAR PARA O FUTURO – RELATÓRIO 2014 – FIBRIA CELULOSE S/A.); praticamente não toca naquilo que a tese se propõe a investigar. Nitidamente, a estratégia inicialmente empregada por esse ator social, a Fibria Celulose S/A., foi fugir à pesquisa e ocultar-se ao diálogo com o pesquisador.

Entretanto, encontrei um portal onde poderia manifestar meu desagravo pela situação a que fui exposto e o fiz, juntando os mesmos documentos que encaminhara, no início de julho/2015, à Fibria. O portal "ethics-point" parece ter a

função de *ombudsman* da referida indústria. Pouco tempo após, isto é, ao final do mês de janeiro/2016, fui contatado, eletronicamente, pelo Engenheiro Fausto Rodrigues Alves de Camargo, Gerente Geral Corporativo de Sustentabilidade que, em nome da Fibria, disse que fora designado para atender-me. Apresentei a ele do que se tratava minha pesquisa e qual era o objetivo do meu questionário. Enviei-lhe, eletronicamente, cópia do meu projeto de tese e o mesmo questionário que, outrora, não fora respondido diante da recusa da assessoria de comunicação da Unidade Três Lagoas da citada indústria. O questionário foi devidamente respondido, inclusive, com o envio em anexo de documentos relacionados ao relatório de projetos sociais desenvolvidos pela papelreira junto à comunidade da região em 2015.

Segundo o Eng. Fausto Camargo, que fala pela Fibria, respondendo à questão 1, do Grupo I (objetivas), não há conflitos socioambientais na região de Três Lagoas, o que deixou prejudicadas as respostas às questões 2 e 3, as quais somente seriam respondidas se a resposta à primeira fosse positiva. Mas, ao responder à questão 4, que versa sobre os principais problemas socioambientais da região, aponta como relevante: a) danos ambientais praticados por indústrias; e, como relativamente relevante; b) vulneração de comunidades tradicionais decorrentes do uso de agrotóxicos pelas indústrias; c) interferência na cultura e modo de vida de indígenas ou quilombolas; d) esgotamento/seca de fontes/cursos d'água; e, e) interferência nociva à agricultura familiar, informando, ainda, em observação, que “praticamente não existem comunidades tradicionais e as que existem estão bastante isoladas”.

Nas respostas às três questões abertas, informou:

Grupo II, questão 1: que o principal problema ambiental/social/socioambiental em sua região de atuação era, na seguinte ordem: 1) Acesso a água/secas prolongadas; 2) Concentração de terras/estrutura fundiária; 3) Falta de corredores ecológicos (tem muita mata, mas necessário interligá-las).

Grupo II, questão 2: as estratégias para mitigação/enfrentamento desses problemas adotadas pela Fibria são: 1) Projetos de acesso a água junto as comunidades (Programa Irrigando a Vida); 2) Projetos de Agro silvicultura/Usos das

áreas de eucalipto para outros fins, como apicultura; 3) Recuperação de áreas com espécies nativas.

Grupo II, questão 3: respondendo se há cooperação de outros órgãos públicos, como, Prefeitura, Governo estadual e entidades privadas para a proteção socioambiental, afirmou que “Sim, vários convênios, também na área social” (CAMARGO, 2016c).

Consideramos, então, para o que se mostra relevante na pesquisa, o questionário enviado à Fibria, finalmente respondido. Também esta indústria desenvolve projetos sociais na região do Bolsão, em moldes semelhantes aos da sua concorrente, “beneficiando” a assentados rurais, população urbana de Três Lagoas e região e, até, aldeia indígena localizada na área rural de Brasilândia:



Figura 17: Perfuração do poço e instalação de reservatório de 30 mil litros. Assentamento 20 de Março, Três Lagoas/MS
Fonte: FIBRIA, Relatório Destaques MS 2015.



Figura 18: Construção do Centro Comunitário do Assentamento São Joaquim, em Selvíria/MS
Fonte: FIBRIA, Relatório Destaques MS 2015.

O relatório citado (Destaques MS 2015) apresenta muitos outros projetos sociais desenvolvidos pela Fibria, junto a outros agricultores familiares, assentados, comunidade indígena, populações urbanas etc.. Pelo momento optei por explicitar apenas dois projetos, exemplificativamente, o que não é feito com o fito de diminuir a demonstração de investimentos sociais realizados por essa indústria, mas, apenas, registrar o suficiente sobre tais investimentos e projetos, para o que interessa a esta pesquisa.

Por outro lado, na esteira de que o silêncio tem significado sociológico, como já relatado, anteriormente, no início do texto, IBAMA e INCRA não responderam ao questionário, por entenderem não aplicável às suas funções, ainda que o órgão responsável pelo IBAMA em Três Lagoas, em data posterior, tenha aceito ser entrevistado e prestado algumas informações para a pesquisa.

3.6 Memória de investigação para escrever sobre um conflito socioambiental aguardado: o caso do Assentamento São Joaquim, em Selvíria/MS

Curiosamente, quando da primeira e mais longa visita ao campo, em julho de 2015, fui orientado por colegas pesquisadores que trabalham questões próximas ao objeto da tese a que não “falasse mal” das indústrias papeleiras

quando visitasse assentamentos. O motivo se revelou: com o abandono por parte do setor público (INCRA, AGRAER etc.), os assentados estavam nas mãos das indústrias, as quais se tornaram não somente as principais fomentadoras de projetos agrícolas e de geração de renda, como, as únicas.

Após ouvir por mais de duas horas à presidenta da Associação de Produtores do Assentamento São Joaquim, percebi que suas principais inquietações versavam sobre as hercúleas dificuldades para acesso à água e sobre problemas com o INCRA, que dificultava o acesso aos certificados de cessão de uso – CCU’s para assentados.

Seja para a lida doméstica, para o consumo humano e, principalmente, para manter as hortas e animais (gado, galinhas etc.), a água é fator absolutamente determinante para a fixação dos produtores no campo, principalmente, na agricultura familiar.

O problema no Assentamento São Joaquim é dos mais graves. São 181 (cento e oitenta e um) lotes que carecem do abastecimento d’água. Atualmente, isto é, em julho/2015, isso era feito por meio de um sistema de distribuição por gravidade. Um reservatório adquirido com recursos iniciais do INCRA (talvez, a única coisa nesse sentido que vi e ouvi ali), com 20 mil litros de capacidade, é o que serve a toda a comunidade do assentamento (incluindo a Escola Rural que se localiza ali), situação que persiste até esta data, mais de um ano após o contato feito.

Segundo relatou a Sra. Coracy, essa quantidade “não atende às necessidade do assentamento”. A solução, segundo ela, estava por vir, sem data definida, ainda, com o financiamento de um projeto pela indústria Fibria que, nos últimos dois anos “estudava” a compra de mais dois reservatórios com 30 mil litros de capacidade cada. Todavia, esse projeto não havia saído do papel, ainda... Para a pesquisa, o que resta é que interessa manter aos assentados nessa relação de subserviência e dependência, pois, água é fundamental para qualquer possibilidade de vida, humana ou não, no local.

Um detalhe importante a respeito foi que as reclamações eram feitas não apenas pela entrevistada, como por pessoas que passaram por sua casa enquanto

transcorria a entrevista e que davam conta de rompimentos na tubulação de distribuição da água no assentamento.

Conforme me explicou a Sra. Coracy, a forma como se deu a “contratação” dessa obra, no passado, a cargo de outras pessoas que estavam à frente da Associação, foi muito nebulosa, tendo sido encontradas muitas irregularidades, desde a baixa profundidade com que se “passou” o encanamento, até à péssima qualidade dos materiais empregados (a entrevistada usou a expressão “casca de ovo” para se referir aos materiais empregados pela empresa que executou os serviços), o que levava a rompimentos constantes, causando perda d’água e prejuízo aos assentados. Segundo informou-me a Sra. Coracy, haviam feito uma “reclamação” no MPF sobre isso e tinha um “processo” correndo ali.

A fim de me informar melhor sobre essa questão, na mesma data, isto é, em 28/07/2015, ao regressar da viagem ao assentamento, dirigi-me ao MPF para saber sobre essa representação feita pelos assentados e colhi informações de que havia sido instaurado um inquérito civil público – ICP e figuravam os próprios assentados como investigados, uma vez que a verba utilizada, aparentemente, deveria ter outra destinação que não o abastecimento d’água. Solicitei, então, verbalmente, ao órgão do MPF, que fizesse uma vistoria no Assentamento São Joaquim, para conhecer melhor, de fato e concretamente, o caso e as reais necessidades, antes que o ICP fosse concluído e se culpabilizasse àqueles que foram e continuam sendo prejudicados ali, os assentados. Justifico meu pedido: Três Lagoas, assim como muitos outros locais periféricos no país sofre com as alterações constantes de servidores públicos. Assim, é bastante trivial que um servidor inicie um procedimento com uma visão do caso, mas, ele não acompanhará o procedimento e muito menos o concluirá. Há situações em que um mesmo procedimento teve dois ou três procuradores à frente, em menos de quatro anos. Soube, posteriormente, em contato junto ao MPF, que essa vistoria foi de fato realizada, o que serviu para impedir que os assentados fossem indevidamente culpabilizados.

Outra reclamação muito evidente que colhi na entrevista foi no sentido de que a AGRAER, agência que deveria prover aos assentados assistência técnica em extensão rural, na verdade, não cumpria essa função, atuando, muito mais,

como censor/fiscalizador do INCRA, tendo sido noticiado que muitos assentados estavam sendo pressionados por nada produzirem, quando, em verdade, não o poderiam, tanto por escassez de água e de recursos financeiros, como, por não terem conseguido, ainda, “limpar” a área, isto é, realizar o desmate exigido por ausência de plano de manejo de desmate (que poderia e deveria ser fornecido pela AGRAER). Assim, o INCRA não conferia o certificado de cessão de uso – CCU, porque alguns assentados não davam conta de cumprir a obrigação inicial – limpar o lote, realizando o desmate mínimo, mediante plano prévio – e a AGRAER não prestava a assistência devida para o plano de manejo de desmate, porque esses mesmos assentados não tinham o tal CCU.

Sem o CCU, nada é possível, em termos legais, aos assentados. Nenhum financiamento, nenhuma assistência. Evidencia-se, aqui, o ponto nevrálgico daquele conflito socioambiental: a ausência, proposital, ou, não, de regularização da área rural cedida pelo INCRA imobilizava muitos assentados, impedindo-os de produzir e, assim, cumprir sua função social por meio da agricultura familiar e sobreviver.

Vejam o “samba-de-uma-nota-só”: o INCRA não fornece o CCU porque assentados não cumpriram as obrigações iniciais exigidas no ato de imissão na posse dos lotes, ou seja, realizar a limpeza da área mediante desmate; a AGRAER, que deveria oferecer a assistência técnica em forma de Plano de Manejo para o desmate não atende aos assentados porque esses não dispõem do instrumento de regularidade fundiária, o tal CCU.

É um círculo vicioso, o mais perverso por atingir, justamente, assentados pelo próprio INCRA, gente despossuída, sem recursos, sem condições de contratar uma consultoria que supra a omissão da AGRAER, para dar conta de regularizar-se mediante o plano de manejo e o efetivo desmate legal.

A partir disso, retrato, aqui, neste momento, na região de Três Lagoas/MS, um caso clássico de injustiça ambiental (HERCULANO, 2013, 388-389). Se, por injustiça ambiental, entende-se “o mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais [...] mais vulneráveis” (HERCULANO, 2013, 388), tenho para mim que o caso de agricultores familiares impedidos de produzir pela perversa lógica burocrática

acima descrita, no jogo-de-empurra entre INCRA e AGRAER se enquadra, exatamente, nisso, tratando-se, evidentemente, de um conflito socioambiental marcado pela injustiça ambiental.

Enquanto o complexo territorial eucalipto-celulose-papel, na expressão de Almeida (2012b, 4) é isento pelo Estado de MS de licenciar suas operações em campo, diga-se “florestais”, beneficiando-se à larga com créditos e financiamentos, especialmente subsidiados e com carência para início do pagamento, pelo FCO ou pelo BNDES, principalmente, além de receber isenções fiscais de tributos estaduais e municipais, apenas no Assentamento de Reforma Agrária São Joaquim, vários agricultores familiares são impedidos de produzir e correm risco, até, de reversão das posses pelo INCRA, por não cumprirem sua função social pela absoluta ausência do CCU, documento preliminar de regularização fundiária e de acesso a qualquer financiamento, público ou privado.

Em entrevista concedida na tarde do dia 28/07/2015, no ante-sala do INCRA, uma pessoa que se encontrava presente (que não respondeu ao questionário, por entendê-lo inaplicável a si) alegou que era um absurdo aquele órgão contar com apenas dois funcionários para atender a toda a região do Bolsão e nem mesmo contar com uma secretária que pudesse atender a telefonemas, anotar recados etc.. A pessoa pareceu-me esclarecida, pois, tinha plena consciência do sensível esvaziamento das funções/atribuições/potencialidades do instituto. Segundo ela o INCRA, ao menos no Escritório Regional de Três Lagoas, havia sido reduzido a um mero órgão chancelador de títulos fundiários. Talvez, esse esvaziamento, ao lado da carência de servidores e notório acúmulo de trabalho esteja entre os motivos para a deflagração da greve pelos servidores do instituto, em agosto de 2015⁵⁰.

A questão fundiária/agrária no Mato Grosso do Sul tem se apresentado como um pano-de-fundo que interessa desvelar para melhor compreendermos os conflitos ali. Principalmente, quando me refiro àquilo que percebi, vi e, de uma forma tênue, vivi quando da ida ao Assentamento São Joaquim.

⁵⁰ Fonte: <http://www.perfilnews.com.br/noticias/estado/incra-do-ms-entra-em-greve-por-tempo-indeterminado-nesta-sexta-feira>.

Nesse sentido, diante da precariedade do pesquisador que não realiza uma etnografia, isto é, de quem faz visitas ao campo em razão da modalidade de pesquisa que suporta o texto, quero trazer, novamente, aquele mapa gestado pelo governo do Estado de Mato Grosso do Sul e que prevê a avalanche dos desertos verdes, até 2030, para ocupar quase a metade dos mais de 36 milhões de hectares do MS e problematizá-lo a partir do conflito que identifiquei no Assentamento São Joaquim:

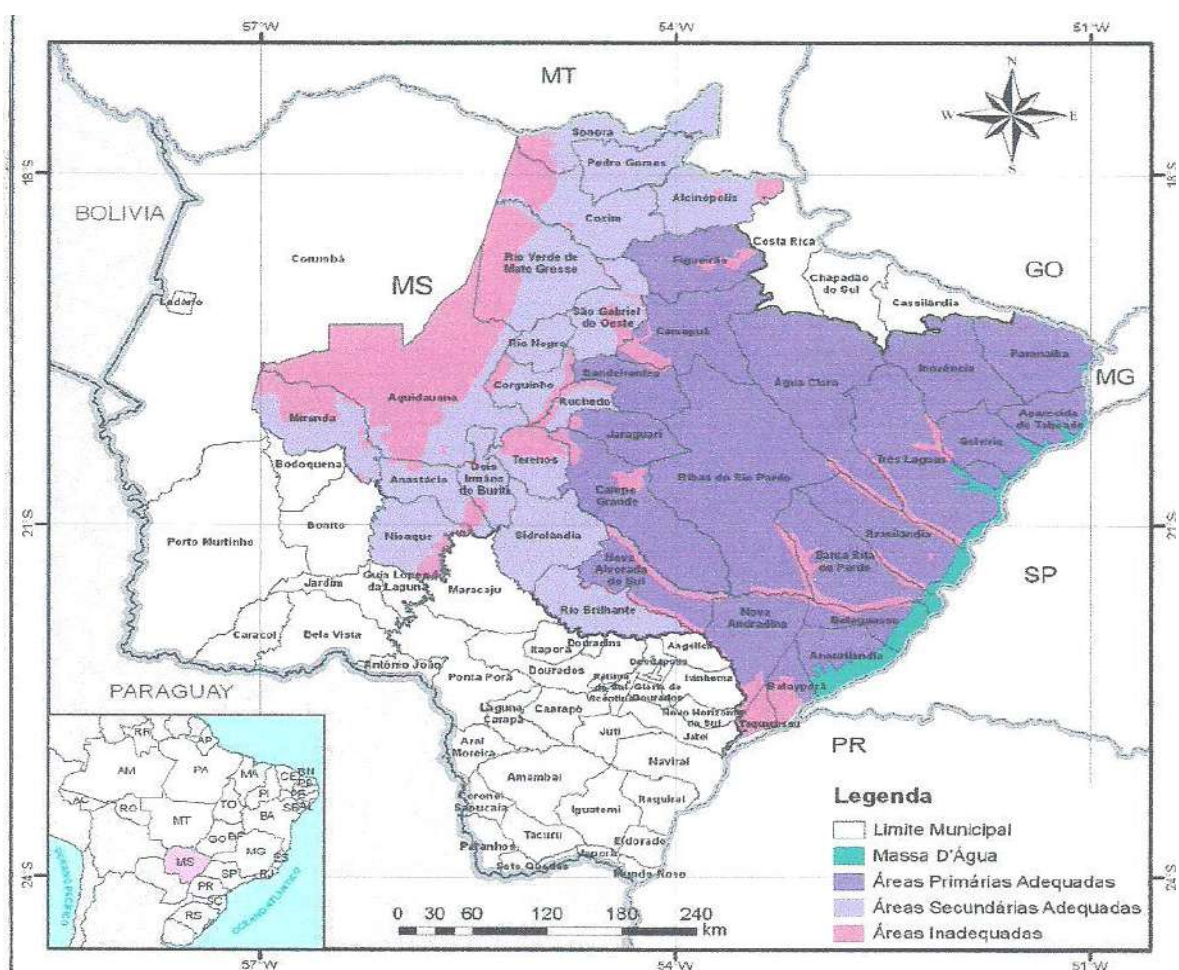


Figura 19: Localização da Região para a Implantação do PEF/MS

Fonte: PEF – MS, março/2009.

Autora: STCP Engenharia de Projetos

Acesso: www.pantanealcoturismo.tur.br/fotos/arquivos/916.pdf

É interessante, nesse momento, a partir do conflito explicitado acima trabalhar-se a hipótese de se justapor ao mapa acima, criado por uma consultoria a pedido do governo do Estado do Mato Grosso do Sul, em 2009, outros mapas e tabelas, buscando problematizar a questão sob os seguintes olhares: a) tabela das terras devolutas no MS; b) mapa das terras devolutas, segundo dados de 2003, do INCRA; c) tabela dos municípios em que a área declarada ao INCRA é maior do que a existente em todo o município; d) mapa que dispõe sobre concentração fundiária; e) mapa com o índice de assentamento agrário ali; f) mapa da violência contra camponeses e trabalhadores rurais; e, g) mapa do trabalho escravo no MS.

Por meio dessa sobreposição pretende-se problematizar que a concentração fundiária no Mato Grosso do Sul tem na burocracia estatal e na simbiose entre capital privado e Estado o seu principal agente.

Por outro lado, afinado com o modelo de apropriação capitalista da terra e da natureza, o complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel vai acabar se instalando, também definitivamente, no Mato Grosso do Sul, de forma avassaladora.

Não oculto que entendo a cartografia num sentido crítico-social, de matiz política, onde a confecção de mapas se situa “nas relações de poder específicas e não como documentos científicos neutros” (CRAMPTON; KRYGIER, 2008, 85).

Nessa perspectiva, é que se pode vislumbrar uma verdadeira “guerra dos mapas” (ALMEIDA, 1994), em meio à qual muitos interesses ideologizados comparecem.

Por exemplo, nos mapas de desenvolvimento criados/encomendados pela burocracia estatal em detrimento dos mapas de concentração fundiária, violência no campo etc., o que se identifica é a brutal tentativa de manipulação e monopolização de informações, principalmente pelo Estado/Governo, aliado ao capital agroindustrial e financeiro, de sorte que se proponha e cristalize um sentimento de “pleno gozo”, de “desenvolvimento”, de “progresso” e “sustentabilidade” como propulsores de um estado de bem-estar social para todos e, ao mesmo tempo, sejam invisibilizadas as precárias condições de vida, no campo e na cidade, de forma a tentar tornar mudos os ecos pela discussão em

torno da limitação dos efeitos da introdução das papeleiras na borda leste do Mato Grosso do Sul.

Assim, diante das questões propostas acima, pode-se começar a problematizá-las e aclará-las a partir do fenômeno da concentração fundiária, não criado pelas papeleiras, mas, passível de se antever a sua maximização por influência delas naquela região e em boa parte do Mato Grosso do Sul, conforme se depreendem das tabelas e dos mapas abaixo:

Municípios	Área Municipal total (ha)	Área Devoluta (ha)	%
ÁGUA CLARA	1.103.097,87	61.967,37	6%
ALCINÓPOLIS	439.977,07	244.607,87	56%
ANASTÁCIO	294.921,14	20.463,94	7%
ANAURILÂNDIA	339.669,54	68.472,34	20%
ANGÉLICA	127.317,16	7.111,26	6%
ANTÔNIO JOÃO	114.376,69	1.359,19	1%
APARECIDA DO TABOADO	274.957,57	27.336,17	10%
AQUIDAUANA	1.695.852,97	528.821,57	31%
BATAGUASSU	241.665,45	38.520,35	16%
BODOQUENA	250.720,68	22.414,88	9%
BRASILÂNDIA	580.550,83	23.800,33	4%
CAMPO GRANDE	809.602,39	54.169,59	7%
CHAPADÃO DO SUL	385.066,55	144.537,75	38%
CORONEL SAPUCAIA	102.887,42	15.915,32	15%
CORUMBÁ	6.496.491,41	2.610.359,21	40%
COSTA RICA	572.302,41	41.905,01	7%
DEODÁPOLIS	83.120,82	2.476,42	3%
DOIS IRMÃOS DO BURITI	234.459,50	24.717,30	11%
DOURADINA	28.066,61	4.030,01	14%
DOURADO	101.807,55	5.688,15	6%
ELÓDIA DE DOURADOS	49.172,64	1.803,04	4%
ECLESIÁPI	294.654,73	27.477,23	9%
EMBUÇABA	132.197,82	22.882,72	17%
ENFERMEIRA	45.771,43	25.723,53	56%
JARAGUARI	291.297,59	18.416,19	6%
JUTI	161.283,58	40.615,88	25%
LAGUNA CARAPÁ	173.385,68	11.679,78	7%
MUNDO NOVO	44.202,78	3.995,58	9%
NIOAQUE	392.377,03	41.631,63	11%
NOVA ALVORADA DO SUL	401.915,89	123.644,29	31%
NOVA ANDRADINA	477.575,79	60.825,59	13%
NOVO HORIZONTE DO SUL	84.908,68	45.951,28	54%
PARANHOS	130.210,31	39.481,31	30%
PONTA PORÁ	532.855,27	3.327,37	1%
PORTO MURTINHO	1.773.478,97	710.995,37	40%
RIO NEGRO	181.810,36	34.600,76	19%
RIO VERDE DE MATO GROSSO	815.217,17	95.545,57	12%
SANTA RITA DO PARDO	614.151,20	57.498,40	9%
SELVÍRIA	325.860,18	31.543,98	10%
SETE QUEDAS	82.592,78	2.999,48	4%
TAQUARUSSU	105.352,60	23.810,70	23%
VICENTINA	31.022,82	9.457,72	30%
MATO GROSSO DO SUL	35.713.989,85	5.382.581,43	15%

Tabela 4: Terras Devolutas – Mato Grosso do Sul – Por municípios
Fonte: INCRA, 2003.
Org.: Ariovaldo Umbelino de Oliveira (OLIVEIRA, 2008, 8-9).

Dentre os municípios acima, destacam-se os que constam do PEF-MS/2009 como passíveis de receber “plantações florestais”, até 2030, a saber: Municípios da região original do Bolsão: Água Clara, Aparecida do Taboado, Brasilândia, Chapadão do Sul, Costa Rica, Santa Rita do Pardo e Selvíria; municípios de outras regiões: Alcinópolis, Anastácio, Anaurilândia, Aquidauana, Bataguassu, Dois Irmãos do Buriti, Nioaque, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina, Rio Negro e Rio Verde de Mato Grosso.

É, justamente, por essa racionalidade de concentração de terras e de poder – e, portanto, também, fundamentalmente, de capital –, que é possível apontar segundo dados INCRA, no ano de 2003, “[...] em Mato Grosso do Sul 5 milhões de hectares de terra devoluta e 8,5 milhões de hectares de latifúndio improdutivo [...]” (OLIVEIRA, 2008, 13).

Os dados de 2003, do INCRA, apontavam para um número muito expressivo, com 5.382.581 ha de terras devolutas somente nos municípios sul-matogrossenses em que houve coincidência ou aproximação entre a área declarada ao INCRA e a área total de cada município.

No que diz respeito à região do Bolsão, vamos trabalhar com um conceito alargado, para, exatamente, tentar justapor ao mapa do PEF-MS, de março de 2009, que inclui entre as áreas passíveis de receber a silvicultura outros municípios em área contígua à região, as terras devolutas. Nessa perspectiva, teríamos em 2003, segundo o INCRA, mais de 1.670.000 ha de terras devolutas ali. É muita terra, muito território, muito espaço, muito poder.

Por outro lado, podemos trabalhar a questão também sob outro olhar, pois, na outra banda dos dados declarados ao INCRA, temos mais 735.000 ha em áreas devolutas declaradas além da área total dos municípios, apenas na região do Bolsão (Tabela 5, abaixo).

Municípios	Área Municipal total (ha)	Área Devoluta (ha)	%
AMAMBAÍ	420.224,31	-42.114,19	-10%
ARAL MOREIRA	165.620,48	-4.311,12	-3%
BANDEIRANTES	311.549,82	-2.116,68	-1%
BATAIPORÃ	182.849,28	-21.709,32	-12%
BELA VISTA	489.543,08	-7.500,22	-2%
BONITO	493.431,54	-49.660,76	-10%
CAARAPÓ	208.968,25	-21.032,15	-10%
CAMAPUÃ	1.075.837,97	-31.140,23	-3%
CARACOL	293.867,51	-13.045,79	-4%
CASSILÂNDIA	364.974,31	-6.670,59	-2%
CORGUINHO	264.079,03	-1.661,67	-1%
COXIM	641.043,83	-170.692,87	-27%
DOURADOS	408.640,63	-42.512,97	-10%
FÁTIMA DO SUL	31.520,86	-2.972,24	-9%
GUIA LOPES DA LAGUNA	121.044,55	-16.280,45	-13%
INOCÊNCIA	577.606,27	-4.975,33	-1%
ITAQUIRAÍ	206.223,55	-26.935,95	-13%
IVINHEMA	200.984,79	-3.597,41	-2%
JARDIM	220.174,31	-19.145,29	-9%
JATEÍ	192.801,91	-4.431,39	-2%
MARACAJU	529.877,79	-64.476,11	-12%
LADÁRIO	34.005,74	-266.007,66	-782%
MIRANDA	547.867,16	-159.460,04	-29%
NAVIRAÍ	316.520,77	-4.343,93	-1%
PARANAÍBA	540.752,53	-113.263,07	-21%
PEDRO GOMES	365.111,88	-30.722,12	-8%
RIBAS DO RIO PARDO	1.730.869,45	-25.002,05	-1%
RIO BRILHANTE	398.752,10	-77.980,10	-20%
ROCHEDO	156.059,85	-3.572,35	-2%
SÃO GABRIEL DO OESTE	385.438,55	-14.928,75	-4%
SIDROLÂNDIA	528.644,51	-48.263,59	-9%
SONORA	407.565,65	-23.576,55	-6%
TACURU	178.532,12	-21.337,68	-12%
TERENOS	284.118,71	-1.273,89	0%
TRÊS LAGOAS	1.020.680,05	-11.892,85	-1%

Tabela 5: Terras devolutas decorrentes de divergências no cadastro do INCRA (áreas informadas maiores do que a totalidade dos municípios)

Fonte: INCRA, 2003

Org.: Ariovaldo Umbelino de Oliveira (OLIVEIRA, 2008, 9-10)

Nesta tabela, destacam-se os municípios que estão inseridos no PEF-MS/2009, a saber: Bataiporã, Camapuã, Cassilândia, Corguinho, Coxim, Inocência, Miranda, Paranaíba, Pedro Gomes, Ribas do Rio Pardo, Rio Brilhante, Rochedo, São Gabriel do Oeste, Sidrolândia, Sonora, Terenos e Três Lagoas. Os

números indicados por sinal negativo (coluna à direita) denotam, em detalhe, que a área declarada devoluta excede, escandalosamente, ao total da área física dos municípios.

Nessa perspectiva, teríamos, apenas a partir do olhar da sobreposição (ou, justaposição) entre o mapa do Plano Estadual de Florestas 2009, do governo do Estado de Mato Grosso do Sul às tabelas acima, o total de 2.405.000 ha de terra devoluta no Estado, na região abrangida pelo Plano Estadual de Florestas, do governo estadual, de 2009, apenas aguardando alguma forma de regularização.

Pergunta-se: seria esse PEF-MS, elaborado e publicado em março de 2009, mais uma forma de se legitimar a grilagem e a concentração fundiária ali? Apenas para melhor ilustrar a situação fundiária no Mato Grosso do Sul e, em específico, na região sobreposta ao mapa do PEF-MS, eis um mapa organizado, também, por Oliveira e que descreve o status da realidade fundiária ali, segundo dados do INCRA, 2003:

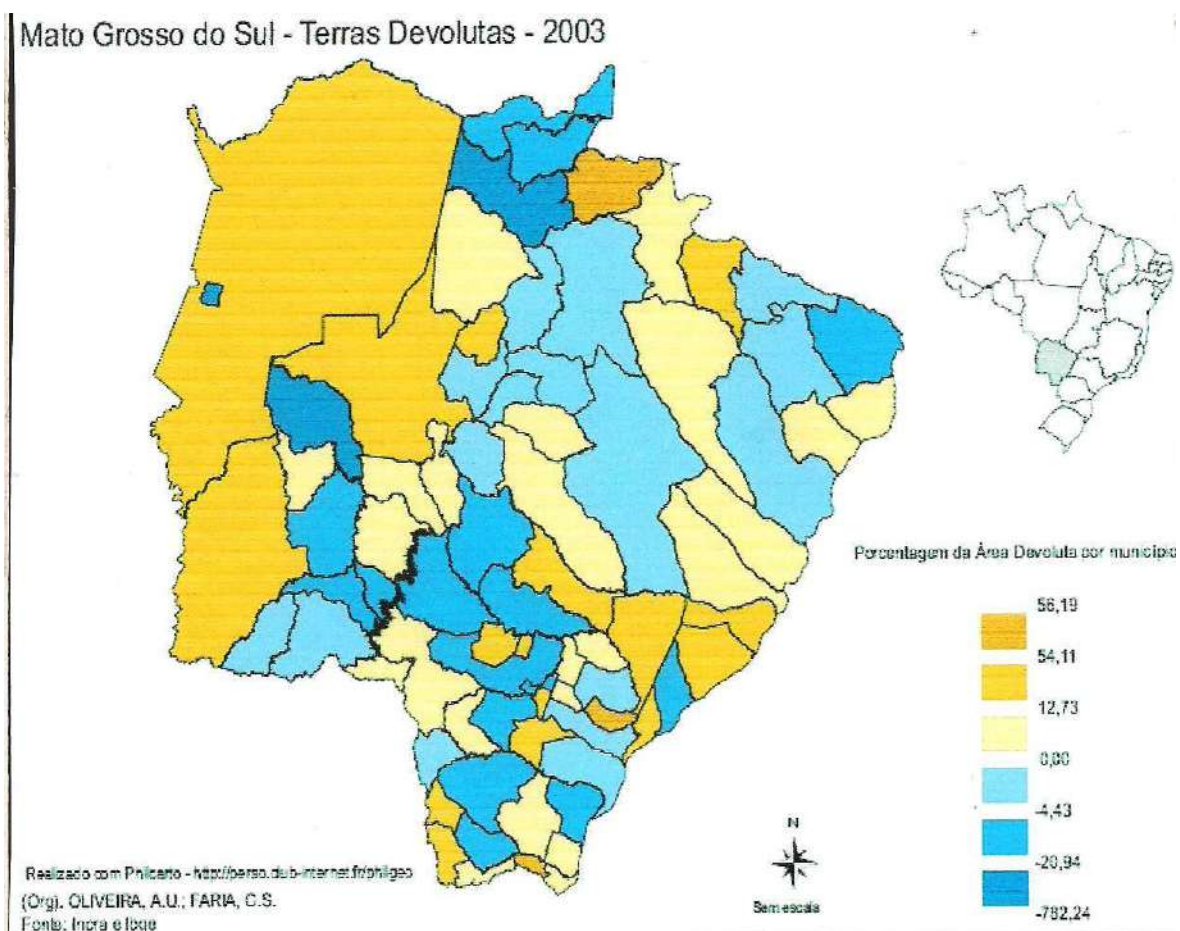


Figura 20: Mapa de terras devolutas no Mato Grosso do Sul, 2003

Fonte: INCRA; IBGE

Org.: Oliveira; Faria

Acesso: www.ebah.com.br/content/ABAAAf-ioAE/a-questao-agraria-no-brasil-goias-2011, acesso em 31/01/2016.

Notem-se que os índices de áreas devolutas por município apresentam dados interessantíssimos para a problematização que aqui se busca fazer, sob a perspectiva de que a concentração fundiária e a relação simbiótica entre Estado-burocracia/Capital-mercantilização se dão como um grande pano-de-fundo com vistas a possibilitar – mais um momento – na história nacional de legitimação de posses e legalização da grilagem de terras. Segundo expôs Andrade:

O fenômeno da ‘grilagem’ é geral em todo o país, tendo funcionado nas áreas de frente pioneira, nas fronteiras agrícolas, com indivíduos que fabricam documentos de propriedade e queimam cartórios, a fim de destruir os papéis legítimos, assim como de pessoas influentes que conseguem adquirir terras públicas [...] (1980, 75).

Não à toa, o “universo” político-fiscal-financeiro conspira num sentido de se assegurar, a todo custo, os índices de concentração fundiária, das apropriações fraudo-violentas de milhões de hectares ali, no Mato Grosso do Sul, ao mesmo passo em que se distancia de toda e qualquer tentativa de democratização do acesso fundiário e, fundamentalmente, do parcelamento do solo agrário com a criação de limites máximos à posse/propriedade de terras no país.

Isso acaba se traduzindo numa sistemática extremamente conveniente ao capital (nacional e transnacional), no sentido do Estado lhes assegurar salvaguardas úteis e duradouras ao modelo de inserção, manutenção e expansão agroindustrial proposto, que se funda, precipuamente, no regime de *commodities* internacional, atrelado, portanto, ao mercado financeiro globalizado.

No afã de uma tentativa de descobrir quais eram e em que proporções as terras devolutas no Mato Grosso do Sul, procedi a uma busca pelos bancos de dados públicos no país. Servindo-me do e-SIC (Sistema Eletrônico de Informação

ao Cidadão), do governo federal, formulei pedido junto ao MDA/INCRA, em 24/01/2016 (Protocolo n. 54800000061201656), sobre a necessidade de ter acesso a mapas das terras devolutas no Estado do Mato Grosso do Sul.

Recebi, em resposta, em 15/02/2016:

Tipo de resposta: Informação Inexistente: Informamos que não possuímos esse nível de agregação de dados. O que pode ser feito, contudo, é consultar a Cartografia da SEDE do INCRA na pessoa de Judson, pelo e-mail judson.matos@incra.gov.br [...] (INCRA, e-SIC, 2016).

Essa consulta, a partir da indicação acima, foi feita na data de 15/02/2016, via e-mail, cuja resposta não tardou e foi feita em cerca de uma hora. Assim se manifestou o servidor público indicado:

Caro Cláudio, não dispomos desse tipo de informação, a terra devoluta quando identificada, deve ser imediatamente arrecada (sic) pelo Estado ou União, tratando-se de situação transitória, todavia, se dispuséssemos de tal informação ela teria um caráter sigiloso, evitando dessa forma uma corrida migratória ocupacional para essa região, que conseqüentemente, alteraria o fluxo do mercado de terra. Mapas antigos para região você pode conseguir junto ao Instituto de terra do Estado. (MATOS, 2016)

Pela análise da resposta do servidor do INCRA acima, resta evidente que ao órgão que deveria conduzir a política de reforma agrária no país importa muito menos essa política do que a preservação de informações privilegiadas. Não à toa, o mapa apresentado à figura 20, elaborado em 2003, em trabalhos do próprio INCRA em conjunto com o IBGE, traz, exatamente, as informações que o servidor público disse não existirem; para o que interessa à presente pesquisa, retenho a parte da resposta em que ele menciona que tais informações “teriam um caráter sigiloso”...

A questão é: essas informações estão gravadas de sigilo para quem? Quem tem acesso e quem não tem ao espectro (mapa, tabelas) de terras devolutas no Mato Grosso do Sul e no país, como um todo e quem não tem? Esse acesso tem preço? Se há, quem se beneficia do sigilo? Se há sigilo, cujo objetivo é evitar “[...] uma corrida migratória ocupacional para essa região [...]” (MATOS, 2016), estamos presenciando uma política governamental de *clearing of estates*, onde determinados territórios devem permanecer esvaziados no exclusivo interesse do capital (MARX, 2013,800)? Isso não passaria de mais uma forma de acumulação por expropriação?

Muitas perguntas, algumas respostas e uma sensação de que há muito por descobrir, mas, a percepção indica que há vários interesses que necessitam do sigilo indicado pelo servidor do INCRA nesse tema e que tal “sigilo” pode se prestar a beneficiar a poucos privilegiados em suas relações com o poder político e a administração burocrática do Estado.

A lógica da concentração fundiária está inserida e adaptada à racionalidade do capital e à sua perpetuação que, no Brasil, faz da cadeia produtiva mais uma plataforma financeira internacional.

Nesse sentido, “[...] de fundamental importância analisar as mudanças da estrutura fundiária como resultado dos efeitos do poder” (CAVALCANTE, 2008, 49).

No Brasil e, no Mato Grosso do Sul, especificamente, o que se vê, desde as suas origens é uma forma racional de concentração fundiária que encontrou no gado e sua marcha por pastagens a sua marca registrada, seguida da grilagem de terras, especialmente públicas, as quais, com o decorrer do tempo, vieram a se incorporar, “legalmente”, o patrimônio dos latifundiários, mediante modalidades normativas de regularização fundiária.

E, a julgar pelo que encontramos no PEF-MS/2009-2030, a grilagem se aperfeiçoou, se institucionalizou, se atualizou e busca assegurar-se, legal e juridicamente, com a inclusão de nada menos do que 2.405.000 ha de terras devolutas ao mercado, somente pela via da área de silvicultura sob o modelo monocultural de eucalipto.

Isso se agravou e se alastrou pelo país, nas últimas décadas, por força do agronegócio, que na visão de Fernandes:

[...] consolidado nos EUA no final dos anos 1940, o agronegócio está organizado em um complexo de sistemas que reúnem vários setores produtivos [...]. Esta forma de organização do capital, que através da produção de commodities, ampliou sua capacidade produtiva, necessitando cada vez de mais terras, territorializando-se, ocupando os latifúndios e afetando a reforma agrária. (2013, 28-29)

É o que se pode ver na tabela a seguir, que retrata a condição nacional, de forma que é possível apreender em que níveis absolutamente perversos a concentração fundiária se estabelece no país e em que medida o Estado contribui para esse *status*, historicamente, aliando-se, sistematicamente, ao capital agroindustrial, nacional e, principalmente, internacional, gerando condições duráveis, significativas, úteis e, acima de tudo, calculáveis e garantísticas à preservação do patrimônio dos investidores.

CLASSE DE ÁREA TOTAL (HA)	NÚMERO DE IMÓVEIS					
	1992	%	1998	%	2003	%
Menos de 10	907.764	31,04	1.144.642	31,90	1.409.752	32,86
10 menos de 25	804.376	27,51	939.862	26,19	1.109.841	25,87
25 menos de 50	477.439	16,33	573.474	15,98	693.217	16,16
50 menos de 100	319.256	10,92	403.547	11,25	485.956	11,33
100 menos de 200	191.539	6,55	239.232	6,67	272.444	6,35
200 menos de 500	133.506	4,57	166.686	4,65	181.919	4,24
500 menos de 1.000	48.873	1,67	62.643	1,75	68.972	1,61
1.000 menos de 10.000	39.546	1,35	55.203	1,54	67.402	1,57
10.000 e mais	1.905	0,07	2.678	0,07	979	0,02
TOTAL	2.924.204	100	3.587.967	100	4.290.482	100

CLASSE DE ÁREA TOTAL (HA)	ÁREA TOTAL (HA)					
	1992	%	1998	%	2003	%
Menos de 10	4.429.542,7	1,43	5.422.109,1	1,30	6.638.598,6	1,59
10 menos de 25	13.081.255,3	4,22	15.276.103,2	3,68	18.034.512,2	4,31
25 menos de 50	16.679.065,9	5,38	20.070.262,8	4,83	24.266.354,6	5,80
50 menos de 100	22.205.515,7	7,16	27.906.162,9	6,72	33.481.543,2	8,00
100 menos de 200	26.032.300,2	8,40	32.262.001,2	7,76	36.516.857,8	8,73
200 menos de 500	41.147.556,9	13,27	51.491.978,6	12,39	56.037.443,2	13,39
500 menos de 1.000	33.812.939,4	10,91	43.317.666,4	10,42	47.807.934,8	11,43
1.000 menos de 10.000	94.404.621,8	30,45	134.988.573,1	32,48	168.101.029,4	40,17
10.000 e mais	58.237.954,3	18,78	84.835.954,7	20,41	27.572.367,0	6,59
TOTAL	310.030.752,2	100	415.570.812,0	100	418.456.640,8	100

Tabela 6: Dados da Estrutura Fundiária no Brasil – 1992, 1998 e 2003

Fonte: INCRA – Estatísticas Cadastrais (1992, 1998); SNCR/INCRA (2003)

Acesso:

www.portalantigo.incra.gov.br/index.php/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/estatisticas-cadastrais

Nota-se que a estrutura fundiária brasileira é bastante homogênea, constante e, fundamentalmente, concentradora. Ao realizar-se uma leitura contrapondo a parte superior da tabela (que trata do número de estabelecimentos-imóveis rurais) à inferior (que trata da área ocupada por esses mesmos estabelecimentos), tem-se que, as três últimas faixas, no Brasil, em 1992, 3,09%, em 1998, 3,36% e em 2003, 3,2% dos imóveis rurais ocupavam, respectivamente, 60,14% (1992), 63,31% (1998) e 58,19% (2003) das terras.

A grande propriedade rural (acima de 500 ha) e o latifúndio (acima de 1.000 ha) respondem por mais de 186 milhões de hectares (1992), mais de 263 milhões de hectares (1998) e, finalmente, mais de 243 milhões de hectares (2003).

Evidencia-se, aí, de forma muito cristalina, a política estatal e a simbiose entre Estado e capital para impedir, ou, manter em redutos absolutamente ínfimos os anseios da luta pela democratização do acesso a terra, como se depreende do próximo mapa, abaixo:

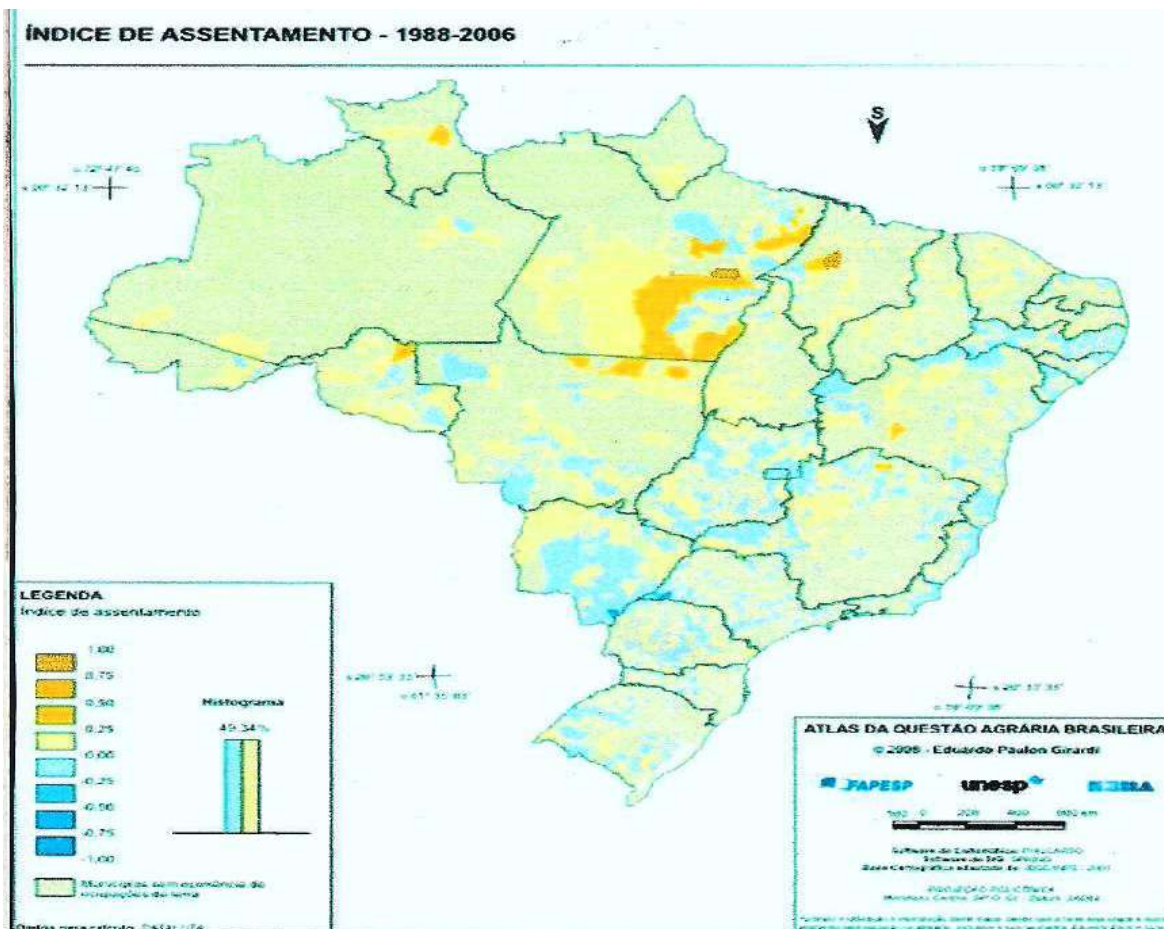


Figura 21: Mapa de Assentamentos Agrários 1988 – 2006
Fonte: Atlas da Questão Agrária – UNESP, 2008
Org.: Eduardo Paulon Girardi
Dados: INCRA

O índice de assentamentos para reforma agrária realizados no período de quase 20 (vinte) anos no país, principalmente, no Mato Grosso do Sul e, fundamentalmente, na região do Bolsão é pífio, girando em torno de 0,00 a 0,25 (índice de GINI⁵¹). Isso representa uma opção estatal, clara e evidente, por uma política agrária e fundiária de concentração de terras em detrimento de sua democratização.

⁵¹Índice de GINI: “[...]ferramenta utilizada na mensuração do grau de concentração de qualquer distribuição estatística, sendo, no entanto, mais frequentemente aplicado á renda, à propriedade fundiária e à oligopolização industrial. [...] pode ser mensurado entre 0 e 1, sendo o valor zero correspondente à concentração nula e o 1 como concentração absoluta.” (ALCANTARA FILHO; FONTES, 2009, 70).

Uma abordagem bem mais recente e que retrata com ainda maior fidedignidade a situação no Mato Grosso do Sul e, em específico, na região do Bolsão, se encontra nos dados de 2011 sobre a política federal de assentamento agrário ali:

Região/UF	Nº assentamentos	%	Nº famílias	%	Área (ha)	%
CO	4	3,7	115	1,3	2.695	0,1
DF	1	0,9	53	0,6	431	0,0
GO	2	1,8	36	0,4	1.116	0,1
MS	0	0,0	0	0,0	0	0,0
MT	1	0,9	26	0,3	1.148	0,1

Tabela 7: Número de Assentamentos Rurais – Centro-Oeste – 2011

Fonte: DATALUTA, 2012

Org.: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de, 2012.

O tom, aparentemente, é desolador, pois, o “governo Dilma”, não efetivou um único assentamento no Estado do Mato Grosso do Sul em 2011 e, quanto aos demais Estados do Centro-Oeste, a situação é muito próxima. Mas, outros dados vão demonstrar que a política pública brasileira vem numa desaceleração intensa quando se trata da questão estrutural do acesso a terra e de sua democratização:

	Desapropriação	Compra e Venda	Outros	Total
Governos Anteriores	16	05	03	24
Governo FHC	1995-1998	49	02	58
	1999-2002	35	01	37
	Total FHC	84	03	08
Governo Lula	2003-2006	11	32	45
	2007-2010	10	27	38
	Total Lula	21	59	03
Total Geral	121	67	14	202

Quadro 1: Assentamentos e formas de aquisição de terras em Mato Grosso do Sul (1984 a 2010)

Fonte: INCRA, 2010

Org.: KUDLAVICZ, Mieceslau, 2011.

Número Assentamentos	2007	2008	2009	2010
	25	06	04	02

Quadro 2: Assentamentos no último período Lula – MS

Fonte: INCRA, 2010

Org.: KUDLAVICZ, Mieceslau, 2011.

Desde a chamada “era FHC”, isto é, os oito anos do PSDB à frente do Governo Federal no país, adentrando a “era Lula”, ou seja, os primeiros oito anos do PT à frente do mesmo governo, o que se vê é a fuga enquanto política pública quando o problema é a estrutura fundiária e a democratização do acesso a terra no país. Mais além, um outro olhar para a questão vai demonstrar que o governo petista preferiu investir na compra e venda como principal fator de assentamentos rurais, em detrimento do governo anterior, no Mato Grosso do Sul. Para fechar a estrutura e praticar uma clara demonstração da manutenção e expansão da vertente latifundiária da política pública no país e, fundamentalmente, no Mato Grosso do Sul, os números são evidentes: 1995 a 1998: 58; 1999 a 2002: 37; 2003 a 2006: 45; 2007 a 2010: 38 e, finalmente, 2011, zero.

Embora os dados acima sejam muito reveladores, há, ainda, outro dado que merece ser explicitado e que retrata o esvaziamento, o sucateamento do INCRA no país, como política de Estado, logo, a justificar que não se trata meramente de um problema nacional, mas, de uma clara e cristalina, tomada de posição não meramente governamental, porém, estrutural, que induz à paralisação da reforma agrária no Brasil, com severas consequências para o acesso à terra e sua democratização, o que leva a uma conclusão: isso pode ter o condão de dar credibilidade aos investidores, nacionais e internacionais, sobre a necessária segurança jurídica conquistada e mantida pelo latifúndio, a demonstrar que o Brasil é, de fato – e continuará sendo – uma mera plataforma para a valorização financeira internacional – como recorda Paulani (2008, 41).

Ano	Municípios	Número de Projetos	Área (ha)	Famílias	Servidores - INCRA
Até 1985	61	67	9,8 milhões	117, 8 mil	9.000
Até 2003	1.512	4.883	45,4 milhões	544,7 mil	5.500
2011	2.022	8.873	87,5 milhões	931 mil	5.684

Quadro 3: Distribuição dos assentamentos no Brasil e quadro de servidores do INCRA (1985 a 2011)

Fonte: INCRA, 2011⁵²

⁵²As informações foram extraídas de palestra proferida pelo então Superintendente do INCRA/MG, Carlos Alberto Menezes de Calazans, proferida no ENGA, em 15/10/2012, na cidade de Uberlândia/MG. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera

A partir desses dados, é possível inferir com um bom nível de plausibilidade que a política estatal e não somente de governo é direcionada para fazer valer a máxima de que

[...] os dispositivos estatais foram e continuam sendo eficazes ao processo de triagem para o acesso ao solo, corroborando de forma decisiva para a concentração da terra e da renda fundiária nas mãos de poucos. (FERREIRA, 1986, 24)

As análises feitas acima podem, ainda, ser acrescidas, na questão da democratização do acesso a terra no país e dos conflitos suscitados, pela visualização e interpretação de outro mapa, que retrata a violência no campo e que demonstra que o capital se serve, além, dos instrumentos jurídico-burocráticos, de instrumentos paralelos e mesmo ilegais no afã de se reproduzir, buscando assegurar as condições de sua existência/manutenção e expansão:

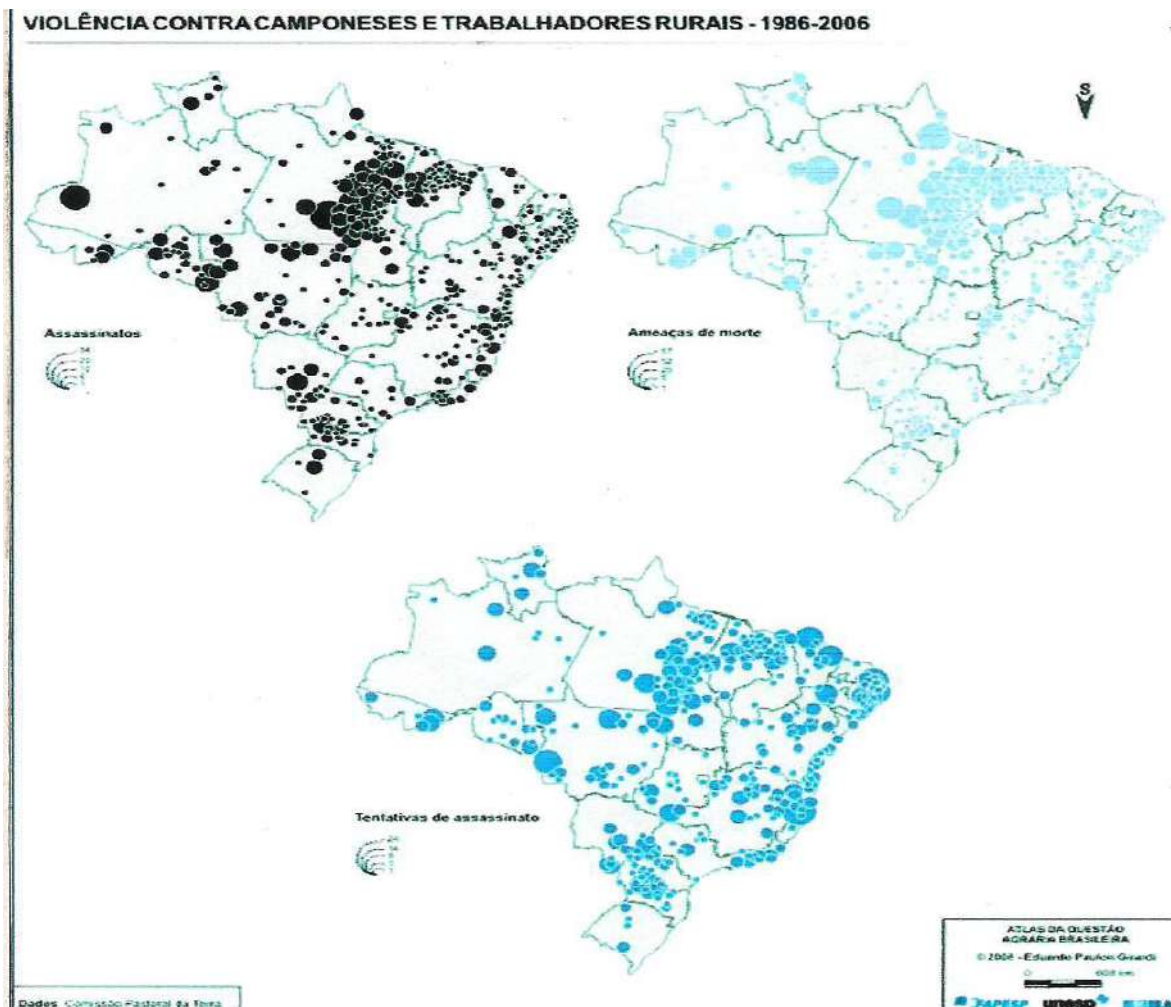


Figura 22: Mapa da Violência contra Camponeses e Trabalhadores Rurais – 1986 – 2006

Fonte: Atlas da Questão Agrária – UNESP, 2008

Org.: Eduardo Paulon Girardi

Dados: CPT – Comissão Pastoral da Terra

Os mapas supra-apostos explicitam que o Brasil é pródigo em produzir e reproduzir a violência no campo. Segundo Felício:

A violência contra a forma camponesa de fazer agricultura é a marca da exploração capitalista da terra em que o território capitalista brasileiro foi (e continua sendo) resultado da conquista e da destruição do território camponês. (2011, 95)

Em especial, para o que interessa a esta pesquisa, o Mato Grosso do Sul e a região do Bolsão, novamente, se destacam no cenário, no que se refere a ameaças de morte, tentativas de assassinato, ou de assassinatos, enfim, em uma série de violências contra a pessoa. Muito embora, a grande concentração denunciada se concentre na região de Dourados/MS, evidencia-se que também no Bolsão, de uma forma menos intensa do que no sul do Mato Grosso do Sul, a violência no campo persiste e é a regra.

Mato Grosso do Sul					
Amambai	Acamp. Tekoha Guaiviry/MS-386	02/06/2014	Valmir Cabreira Gonçalves		A Índio
Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	25/09/2014	Eliseu Lopes	36	Liderança Indígena
Douradina	T. I. Panambi/Acamp. Guyra Kambi'y/Gwyrakambiy	10/10/2014	Indígena/Acamp. Guyra Kambi'y	A	Índio
Dourados	Com. Apyka'y/Acamp. na BR-463/Km 10/Próximo à Faz. Serrana	23/01/2014	Damiana Cavaña	73	Liderança Indígena
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	09/11/2014	Adriano Lunes Benites	21	Índio
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	09/11/2014	Mulheres Guarani-Kaiowá/Acamp. Pyelito Kue	2	A Índia
Juti	T. I. Guarani-Kaiowá/Aldeia Taquara/Faz. Brasília do Sul	02/09/2014	Cacique Ládio Veron	A	Liderança Indígena
Miranda	T. I. Pillad Rebuá/Acamp. Moreira	19/05/2014	Paulino da Silva Terena	31	Liderança Indígena
Nova Andradina	Faz. Furnas e Córrego Fundo	20/01/2014	Adriana Aparecida Lopes	31	Sem - terra
Subtotal:				10	

Tabela 8: Ameaças de Morte no MS, 2014⁵³

Fonte: CPT – Nacional, Relatório Conflitos no Campo Brasil, 2014

Dentre os casos citados em que se registraram ameaças de morte ocorrem dois dos municípios que se encontram presentes para receber a expansão do complexo de celulose-papel pelo PEF-MS: Miranda e Nova Andradina. Por outro lado, quando a mera ameaça não convence, os atos agravam-se em níveis racionalizáveis de violência, dependendo do tipo de ator social, de sua condição perante a comunidade (lideranças etc.) e de sua projeção local, regional, nacional e, até, internacional:

⁵³Quanto às ameaças de morte no MS, para o período de recorte da tese: 2010, com 1 caso, liderança indígena; 2011, com 7 casos registrados, todos contra lideranças indígenas; 2012, com 10 casos, sendo a maior parte contra lideranças indígenas e um único contra uma menor índia e 2013, com 18 casos envolvendo, além de índios e lideranças indígenas, trabalhador rural e religioso.

Mato Grosso do Sul				
Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	17/11/2014	Jocikelle Martins	17 Índia
Miranda	T. I. Pillad Rebuá/Acamp. Moreira	19/05/2014	Paulino da Silva Terena	31 Liderança Indígena
Subtotal:				2
Total:				56

Tabela 9: Tentativas de Assassinato no MS, 2014⁵⁴

Fonte: CPT – Nacional, Relatório Conflitos no Campo Brasil, 2014

Se é observável que as violências encontram-se à disposição de quem possui meios para contratá-las, fato é que os homicídios também tem sido documentados pela CPT:

Mato Grosso do Sul				
Caarapó	Comunidade Tey'i Juçu	08/12/2014	Júlia Venezuela Almeida	17 Índia
Dourados	T. I. Panambi/Acamp. Guyra Kambi'y/Gwyrakambiy	07/06/2014	Carvalino Kaiowá	61 Índio
Dourados	Acamp. Nhu Porã/Campo Bonito/Curral de Arame	01/11/2014	Marinalva Manoel	27 Liderança Indígena
Subtotal:				3
Total:				36

Tabela 10: Assassinatos no MS, 2014⁵⁵

Fonte: CPT – Nacional, Relatório Conflitos no Campo Brasil, 2014

É necessário destacar que não há, necessariamente, uma ordem de priorização e/ou escalonamento quanto ao nível ou grau de violência que se emprega nesses conflitos agrários/fundiários. Nessa perspectiva, nem sempre a ameaça de morte tem sido utilizada como primeiro aviso; é possível que as práticas de homicídio e tentativas de homicídio (que, juridicamente, são todas aquelas as quais não se alcança o resultado desejado por circunstâncias alheias à vontade dos algozes) sejam perpetradas como primeiras ações, a depender dos interesses em jogo e da dialética valor da ação/efeitos que possam ser planejados.

⁵⁴Sobre as tentativas de homicídio (a CPT prefere denominar “assassinato” porque só se registram crimes dolosos contra a vida, consumados ou tentados) no MS, no mesmo estilo da nota anterior, para o período de recorte da tese: 2010, sem caso registrado; 2011, com 8 casos, todos envolvendo vitimização de índios; 2012, sem caso registrado e 2013, com 7 casos, envolvendo índios e lideranças indígenas como vítimas.

⁵⁵Acerca dos homicídios (assassinatos, segundo a CPT), de igual forma, temos 2010, sem caso registrado; 2011, com 2 casos de índio e liderança indígena; 2012, sem caso registrado e 2013, com 3 casos de índios registrados.

Não por outro motivo, as ações criminosas ocorrem sempre tendo uma estrutura fluida, volante e bem equipada, o que muita vez inviabiliza as prisões em flagrante.

Como resultado-geral, a CPT informou em seu relatório anual de 2014, para a região Centro-Oeste, números impressionantes:

UF	N.º de Conflitos	Pessoas Envolvidas	Assassinatos	Tentativas de Assassinatos	Mortos em Consequência	Ameaçados de Morte	Torturados	Presos	Agredidos
Centro-Oeste									
DF	12	14013						86	6
GO	21	38784							
MS	57	10846	3	2	2	10	1		5
MT	39	14339	5	1		8			
Subtotal:	129	77982	8	3	2	18	1	86	11
Total:	1286	817102	36	56	5	182	4	184	239

Tabela 11: Violência contra a pessoa no MS, 2014

Fonte: CPT – Nacional, Relatório Conflitos no Campo Brasil, 2014

Toda essa violência é reflexo – e retroalimenta-se – dos conflitos pela terra e na terra, ou, do acesso à terra (MEDEIROS, 2014, 26) e da política estatal de não interferência (não meramente governamental, porque, trata-se de um modelo que se implantou na República há anos e que se mantém, solidamente, à testa das políticas públicas), ou, quando feita, em geral, criminaliza aos vitimados, com raros episódios de persecução penal dos capitalistas e latifundiários. Em 2014 relatam-se 55 (cinquenta e cinco) conflitos por terra no Mato Grosso do Sul, envolvendo 2.168 famílias.

A maior parte desses conflitos se dá na região sul do Estado, tendo indígenas vitimados; os casos de ribeirinhos, assentados e sem-terra são muito reduzidos, mas, também existem:

	Conflitos por Terra*		Ocupações		Acampamentos		Total UF	
	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias
Centro-Oeste								
DF	6	1548	5	1248			11	2796
GO	7	3737	3	3670			10	7407
MS	43	1450	9	451	3	267	55	2168
MT	25	1306	4	262	1	50	30	1618
Brasil:	793	89289	205	26189	20	4570	1018	120048

Tabela 12: Conflitos por Terra, Brasil, região Centro-Oeste, 2014⁵⁶

Fonte: CPT – Nacional, Relatório Conflitos no Campo Brasil, 2014

Para melhor detalhar e visualizar esses conflitos no MS, a própria CPT mapeou-os, individualizando-os. Esse tipo de metodologia empregada pela CPT é de vital relevância, pois, permite um olhar diferenciado sobre a região pesquisada e sobre os atores envolvidos; um olhar paralelo àquele dos órgãos de segurança pública, muita vez, estes, comprometidos politicamente, ou, de mãos atadas face à ingerência política e hierárquico-administrativa do próprio Estado, que subordina, via governo estadual, as Polícias, militar e civil.

Não sem propósito, as reintegrações de posse, não somente no Mato Grosso do Sul, mas, fundamentalmente nele, ocorrem tendo as polícias, em especial e rotineiramente, a Polícia Militar à testa dos desalojamentos (que a CPT chama de “despejos”), quando não, com auxílio de forças militares de primeira grandeza (e letalidade), como o Exército, a Marinha etc., a Força Nacional de Segurança (que pouco ou nada encontra como motivação democrática à sua criação e existência), a par dos serviços privados de segurança, regulares ou não, tudo a demonstrar a face violenta do Estado a serviço do capital e dos interesses privados de alguns em detrimento dos interesses sociais de muitos.

Nesse sentido, a manutenção do *status quo* e das salvaguardas úteis ao capital agroindustrial, isto é, da renda fundiária, imbricam-se, historicamente, de sorte que “[...] o recurso aos canais legais e a ação violenta combinam-se, numa confluência perversa, em especial nos casos de despejo” (MEDEIROS, 2014, 27).

Nessa esteira, já foi dito que

⁵⁶Para o período do recorte no MS, tem-se: 2010, com 18 conflitos pela terra envolvendo 2.200 famílias; 2011, com 32 conflitos, envolvendo 2.113 famílias; 2012, com 58 conflitos e 3.336 famílias e, 2013, com 92 conflitos pela terra envolvendo 4.387 famílias.

[...] da forma como vem ocorrendo a apropriação da terra e as relações sociais de produção no meio rural nas duas últimas décadas, situação esta marcada predominantemente pela expropriação violenta e pela proletarização forçada – multiplicadores de conflito no campo [...] (FERREIRA, 1986, 30)

Além de melhor visualização, essa metodologia utilizada pela CPT torna mais factível a mediação para as vozes dos atores sociais que se encontram, via de regra, invisibilizados pelas instâncias sociais formais de controle social, como algumas das acima citadas (órgãos de segurança pública, burocracia estatal etc.) e que, a serviço consciente e deliberado, ou, não do capital, investem suas práticas regularmente na direção da criminalização dos movimentos sociais em detrimento da proteção da pseudo-propriedade, representada por títulos imobiliários com origens muita vez duvidosas (grilos, doações de terras públicas com expropriação de posseiros etc..).

Mato Grosso do Sul

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Amambaí/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	23/09/2014		Indígenas
Amambaí/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	25/09/2014		Indígenas
Amambaí/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	03/10/2014		Indígenas
Amambaí/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	06/10/2014		Indígenas
Amambaí/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	12/10/2014		Indígenas
Amambaí/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	17/11/2014		Indígenas
Amambaí/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	23/11/2014		Indígenas
Amambaí/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	24/11/2014		Indígenas
Amambaí/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	25/11/2014	50	Indígenas
Amambaí/Ponta Porã	Acamp. Tekoha Guaiviry/MS-386	02/06/2014		Indígenas
Amambaí/Ponta Porã	Acamp. Tekoha Guaiviry/MS-386	12/10/2014	60	Indígenas
Aquidauana	Faz. Maria do Carmo/T. I. Taunay Ipegue	28/11/2014	200	Indígenas
Caarapó	Comunidade Tey'i Juçu	07/12/2014		Indígenas
Caarapó	Comunidade Tey'i Juçu	08/12/2014		Indígenas
Caarapó	Comunidade Tey'i Juçu	09/12/2014	50	Indígenas
Campo Grande	Acamp. às margens da BR-163/Próximo ao Viaduto Joel Dib	01/09/2014	47	Sem Terra
Corumbá	Com. em Porto Esperança/Agrop. Brahman Beef Show	13/02/2014	80	Ribeirinhos
Dourados	Acamp. Nhu Porã/Campo Bonito/Curral de Arame	15/09/2014		Indígenas
Dourados	Acamp. Nhu Porã/Campo Bonito/Curral de Arame	01/11/2014	28	Indígenas
Dourados	Aldeias Bororo e Jaguapiru/Guarani - Kaiowá	20/02/2014		Indígenas
Dourados	Com. Apyka'y/Acamp. na BR-463/Km 10/Próximo à Faz. Serrana	23/01/2014		Indígenas
Dourados	Com. Apyka'y/Acamp. na BR-463/Km 10/Próximo à Faz. Serrana	08/02/2014		Indígenas
Dourados	Com. Apyka'y/Acamp. na BR-463/Km 10/Próximo à Faz. Serrana	14/03/2014	30	Indígenas
Dourados	Passo Piraju/Faz. Campo Belo	28/07/2014		Indígenas
Dourados	Passo Piraju/Faz. Campo Belo	04/08/2014	8	Indígenas
Dourados	T. I. Panambi/Acamp. Guyra Kambi'y/Gwyrakambiy	07/06/2014		Indígenas
Dourados	T. I. Panambi/Acamp. Guyra Kambi'y/Gwyrakambiy	10/10/2014		Indígenas
Iguatemi	Arrombamento da Sede da Funai	24/02/2014		Indígenas
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	01/03/2014		Indígenas
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	04/03/2014		Indígenas
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	06/04/2014		Indígenas
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	07/04/2014		Indígenas
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	12/10/2014		Indígenas
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	09/11/2014	50	Indígenas
Jateí	Nova Esperança	14/09/2014		Assentados
Juti	T. I. Guarani-Kaiowá/Aldeia Taquara/Faz. Brasília do Sul	02/09/2014	64	Indígenas
Miranda	Faz. Santo Antônio/T. I. Pillad Rebuá	16/07/2014	50	Indígenas
Miranda	T. I. Pillad Rebuá/Acamp. Moreira	19/05/2014		Indígenas
Miranda	T. I. Pillad Rebuá/Acamp. Moreira	29/07/2014	100	Indígenas
Naviraí	T. I. Santiago Kue/Kurupi	22/10/2014	13	Indígenas
Nova Andradina	Faz. Furnas e Córrego Fundo	20/01/2014		Sem Terra
Nova Andradina	Faz. Furnas e Córrego Fundo	21/01/2014	440	Sem Terra
Selvíria	Assent. São Joaquim/Gleba do Formigueiro I	22/01/2014	180	Assentados
Subtotal:		43	1450	
Ocupações/Retomadas				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Amambaí	Fazenda Barra Bonita	23/09/2014	30	Índios
Amambaí/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	22/09/2014	50	Índios
Aquidauana	Faz. Maria do Carmo/T. I. Taunay Ipegue	28/11/2014	200	Índios
Caarapó	Comunidade Tey'i Juçu	07/12/2014	50	Índios
Caarapó	T. I. Pindo Roky/Retomada das Mães	04/08/2014	50	Índios
Dourados	Área na BR-463	18/01/2014		SI
Dourados	Passo Piraju/Faz. Campo Belo	28/07/2014	8	Índios
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	12/02/2014	50	Índios
Naviraí	T. I. Santiago Kue/Kurupi	21/09/2014	13	Índios
Subtotal:		9	451	
Acampamentos				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Campo Grande	Acamp. às margens da BR-163/Próximo ao Viaduto Joel Dib	28/08/2014	47	MAF
Taquarussu	Acampamento na MS-473	30/08/2014	150	SI
Terenos	Fazenda Onoda	17/01/2014	70	MST
Subtotal:		3	267	
Total Conflitos por Terra - MS		55	2168	

Tabela 13: Conflitos por Terra Individualizados no MS, 2014

Fonte: CPT – Nacional, Relatório Conflitos no Campo Brasil, 2014

Interessante e revelador no relatório da CPT – Nacional é que somente um conflito foi suscitado na região do Bolsão Sul-Matogrossense⁵⁷, o que pode levar a algumas considerações:

a) a região leste do Mato Grosso do Sul é uma área “livre” de conflitos por terra em essência, como citou o Presidente do Sindicato Rural de Três Lagoas ao pesquisador em entrevista, o que seria um dos principais pontos na análise dos investidores, como uma salvaguarda útil e necessária a projetos, principalmente, de longo prazo, como os das indústrias de celulose-papel, uma vez que:

Destaque maior deve ser dado à concentração da terra, bem como à inovação tecnológica aplicada à agricultura, resultando daí o desalojamento do pequeno agricultor, a reprodução de outras categorias de trabalhadores rurais e, principalmente, a expulsão do campo, fato este que tem início a partir da aplicação de um modelo colonial de ocupação do solo que foi sempre determinado pela concentração da terra e da propriedade privada da mesma. (FERREIRA, 1986, 50)

b) a quase total ausência de conflitos ali, aliada ao que se encontra sinalizado no PEF-MS 2009, parece indicar que o governo do Estado do MS pretende expandir o modelo para as áreas de conflito, de forma a criar mais uma frente – muito mais poderosa – contra os principais atores sociais dessa trama de resistência à expansão e expropriação capitalista no Mato Grosso do Sul: os indígenas (recorde-se que o PEF-MS, publicado em março de 2009, apresenta um plano de ocupação por monoculturas florestais do MS que chegará a mais de 1 milhão e 200 mil hectares em 2030, abrangendo, além do Bolsão, outras áreas do Estado, incluindo parte da região centro-sul do MS, municípios de Miranda, Anastácio, Nioaque, Sidrolândia, Rio Brilhante, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina e Bataiporã). Dentre os municípios citados, recorde-se que Miranda, Sidrolândia e Rio Brilhante se encontram listados como áreas de graves conflitos,

⁵⁷ Trata-se, exatamente, de um dos casos apontados nesta pesquisa – Assentamento São Joaquim.

incluindo ameaças de morte, tentativas de assassinato e assassinatos pela CPT, em seus últimos cinco relatórios, ou seja, de 2010 a 2014.

Para o que interessa à presente pesquisa, optou-se por não inserir indígenas como sujeitos da mesma, tendo em vista que a região onde se deu o trabalho de campo apresenta uma única aldeia, localizada na área rural do município de Brasilândia e não há notícia ou dado de que sejam ou tenham sido esses indígenas vítimas de violência, segundo o apurado pela própria CPT. Assim sendo, discricionariamente, optou-se por não conduzir o questionário nesse sentido, o que não torna irrelevante a questão da violência contra indígenas para outras eventuais pesquisas e outros pesquisadores.

c) assegurar que os conflitos por terra permaneçam somente na região sul do MS e que o Bolsão, em sentido alargado, seja mantido livre de indígenas, sem-terra, camponeses e outros atores sociais, de forma a manter sólidas, públicas e notórias as implícitas cláusulas asseguradoras ao capital, nacional e transnacional, que ali investiu e pretende continuar investindo enquanto as garantias – e os lucros – persistirem. Nessa perspectiva de retenção e concentração fundiária, quer para a especulação, quer para a exploração sob o modelo de latifúndio, destaca Alvater que

Uma vez mais encontramos-nos face a face com as consequências da ruptura entre o trabalho e as necessidades devido ao poder de cobiça individualista. É destrutivo tanto para a coesão social como para a relação com a natureza, quer dizer, para a sustentação das relações sociais e ambientais (2007, 371)

Contudo, outro olhar ainda é possível para a questão; o trabalho escravo, tanto em nível nacional, como, regional:

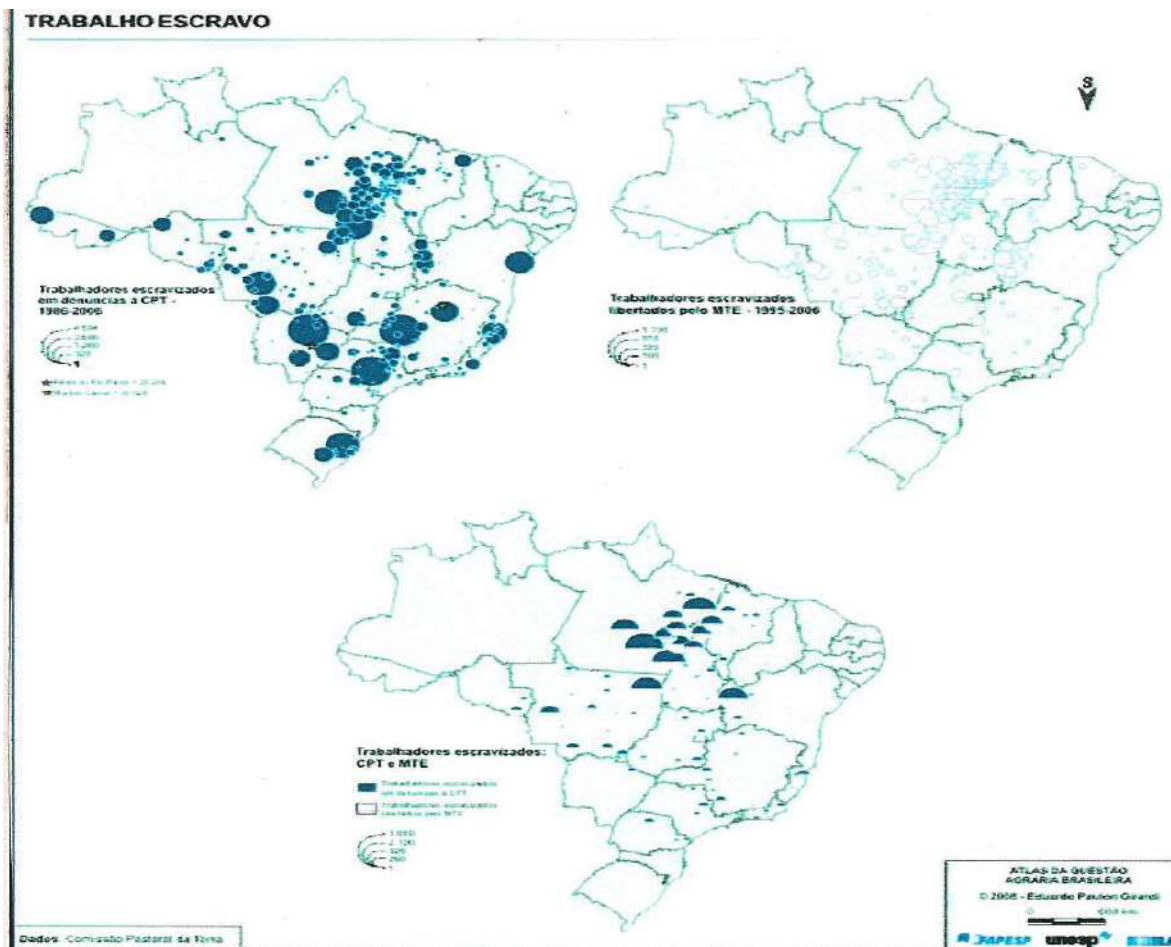


Figura 23: Mapa do Trabalho Escravo no Brasil, 1986 – 2006

Fonte: Atlas da Questão Agrária – UNESP, 2008

Org.: Eduardo Paulon Girardi

Dados: CPT

TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Dourados	Faz. Santo Antônio/Com. Madeiras Benites	24/06/2014	4	4		Lavoura
Paranaíba	Fazenda Raquel	23/04/2014	2	2		Pecuária
Subtotal:			2	6	6	
Total Conflitos Trabalhistas - MS			2	6		

Tabela 14: Trabalho escravo no Mato Grosso do Sul, 2014⁵⁸

Fonte: CPT – Nacional, Relatório Conflitos no Campo Brasil, 2014

⁵⁸Também dentro do recorte da tese, quanto ao trabalho escravo no MS, tem-se: 2010, com 2 casos e 22 trabalhadores libertos; 2011, com 4 casos e 379 trabalhadores libertos; 2012, com 6 casos e 34 trabalhadores libertos e, finalmente, 2013, com 11 casos e 101 trabalhadores libertos, sendo quase a totalidade dos casos ocorrida no campo.

Na linha do que venho afirmando, sobre o problema da concentração fundiária enquanto uma das políticas estatais que movem a burocracia governamental no país e, em específico, no Estado de Mato Grosso do Sul como um dos fatores que tornou possível o sucesso da recorrência do complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel ali, vê-se, ao lado disso, uma política de reforma agrária pífia, quase inexistente, com índices de violências graves no campo, praticadas contra trabalhadores rurais, camponeses e indígenas, logo, numa análise de classe social, beneficiando a latifundiários e aos capitais nacional e internacionais, surge o trabalho escravo como consequência coerente e inexorável desse modelo imposto.

É um dos lados da perversidade do modelo capitalista de apropriação pela expropriação, do qual tanto Marx advertiu. Os casos de trabalho escravo denunciados pela CPT ao largo de 20 (vinte) anos, no Mato Grosso do Sul e, em especial, na região do Bolsão revelam o quão anti-progressista, de fato, é o modelo imposto pela simbiose Estado-Capital ali (e por todo o país).

A partir da perspectiva de um mosaico de olhares que aqui se acolhe, conflitiva em essência, pode-se pensar na concentração fundiária como um dos motes para a atual situação econômico-social-ambiental na região do Bolsão. A tabela a seguir demonstra, com rara clareza, em que níveis a concentração fundiária se encontra no Mato Grosso do Sul, numa série histórica ainda recente (ou seja, não se está explicitando sobre a fase colonial, ou, da primeira República, ou da era Vargas e, muito menos, ainda, do período ditatorial empresarial-militar, mas, de época recente):

ANO	1985		1995		2006	
	Estab. %	Área %	Estab. %	Área %	Estab. %	Área %
Menos de 10 ha	27,3	0,21	18,55	0,13	20,66	0,21
10 a menos de 100 ha	34,32	2,16	35,92	2,06	45,14	2,89
100 a menos de 1000 ha	26,86	17,38	31,21	19,37	23,48	19,79
1000 ha e mais	11,38	80,26	13,97	78,45	10,27	77,11

Tabela 15: Número de estabelecimentos agropecuários e respectivas áreas por grupos de área total – série histórica

Fonte: IBGE/SIDRA

Org.: Danilo Souza Melo, PPG/UFMS/CPTL

O Mato Grosso do Sul (não só, mas, fundamentalmente para o que interessa à pesquisa) é pródigo em produzir e reproduzir esse modelo de concentração, conforme se vê acima. Os estabelecimentos agropecuários que ocupam a maior extensão de terras, com 1.000 hectares ou mais cada um, representam menos de 14% (catorze pontos percentuais) do total de estabelecimentos, mas, respondem por quase quatro- quintos de toda a área do Estado (historicamente, entre 77% a 80%).

Se levarmos em consideração a possibilidade de problematizar a concentração fundiária que se mantém, historicamente, no país e, em específico para esta pesquisa, no Mato Grosso do Sul como um mecanismo de proteção do capital contra períodos inflacionários elevados, veremos que, principalmente durante as décadas de 1970, 1980 e 1990, o capital migra para o campo, adquirindo, inclusive com recursos públicos (créditos e financiamentos pelo BNDES, FCO, Banco do Brasil etc.) vastíssimas porções de território, cujos preços de terra, em geral, digladiavam contra o mercado inflacionário, propiciando a preservação e, em muitos casos, a sobrevalorização do capital investido (ANDRADE, 1980, 68).

Dessa forma, não apenas a chamada “burguesia rural” escapava aos deletérios efeitos inflacionários, como, também as empresas, nacionais e transnacionais o faziam – e continuam a fazer – com expertise pleno, mesmo que essas terras não fossem imediatamente colocadas em produção, figurando como uma reserva fundiária e da própria renda fundiária (MEDEIROS, 2014, 30).

Nessa perspectiva, trata-se de um plano de ação, um trabalho que apresenta o mais absoluto “sucesso” se a intenção política pública, melhor dizendo, estatal, reside na perpetuação da concentração fundiária e no impedimento da democratização do acesso à terra esse que se faz no país e, principalmente, no Mato Grosso do Sul e na região do Bolsão.

A ideia amplamente inserida no imaginário e nas ações dos atores na sociedade brasileira de que “terra é poder” (SANTOS; SILVEIRA, 2002, 264) é reafirmada pela elite burocrático-latifundiária-capitalista ali, convidando ao capital, nacional e internacional, para ali se estabelecerem, se ainda não o fizeram,

ofertando salvaguardas políticas, jurídicas, creditícias, econômico-financeiras e, sobretudo, mão-de-obra barata e disponível.

Por outro lado e numa outra perspectiva que aqui se denominará agro-oportunista, parece haver nessa recorrência do complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel ali, certa predileção pelo bioma cerrado. Deve haver uma relação profunda entre a escolha das áreas de cerrados, com a sua existência ali, ou, pela derrubada e plantio de pastos, como se deu à larga na região do Bolsão para que o complexo territorial tenha se instalado justamente na região.

Segundo Rodrigues, Maltoni e Cassiolato (2007, 78), conduzindo uma experiência na região de Selvíria/MS, ao lado do cerrado que rebrotara, a revegetação de uma área degradada feita com espécies nativas do cerrado, resultou na ampliação dos níveis médios da porosidade do solo, contribuindo para a melhoria da taxa de infiltração d'água e, por conseguinte, na prevenção de erosões do solo e assoreamento dos cursos d'água.

Para Bono et alii, que conduziram pesquisa sobre infiltração d'água numa região que envolve, também, o Mato Grosso do Sul,

[...] o solo com vegetação nativa não teve variação na taxa de infiltração estável de água no solo ao longo dos sete anos do estudo e foi o que apresentou o maior valor em relação aos demais sistema de manejo. Esses resultados [...] sendo indicativo das boas condições físicas dos solos do Cerrado sob vegetação nativa. (2012, 1850)

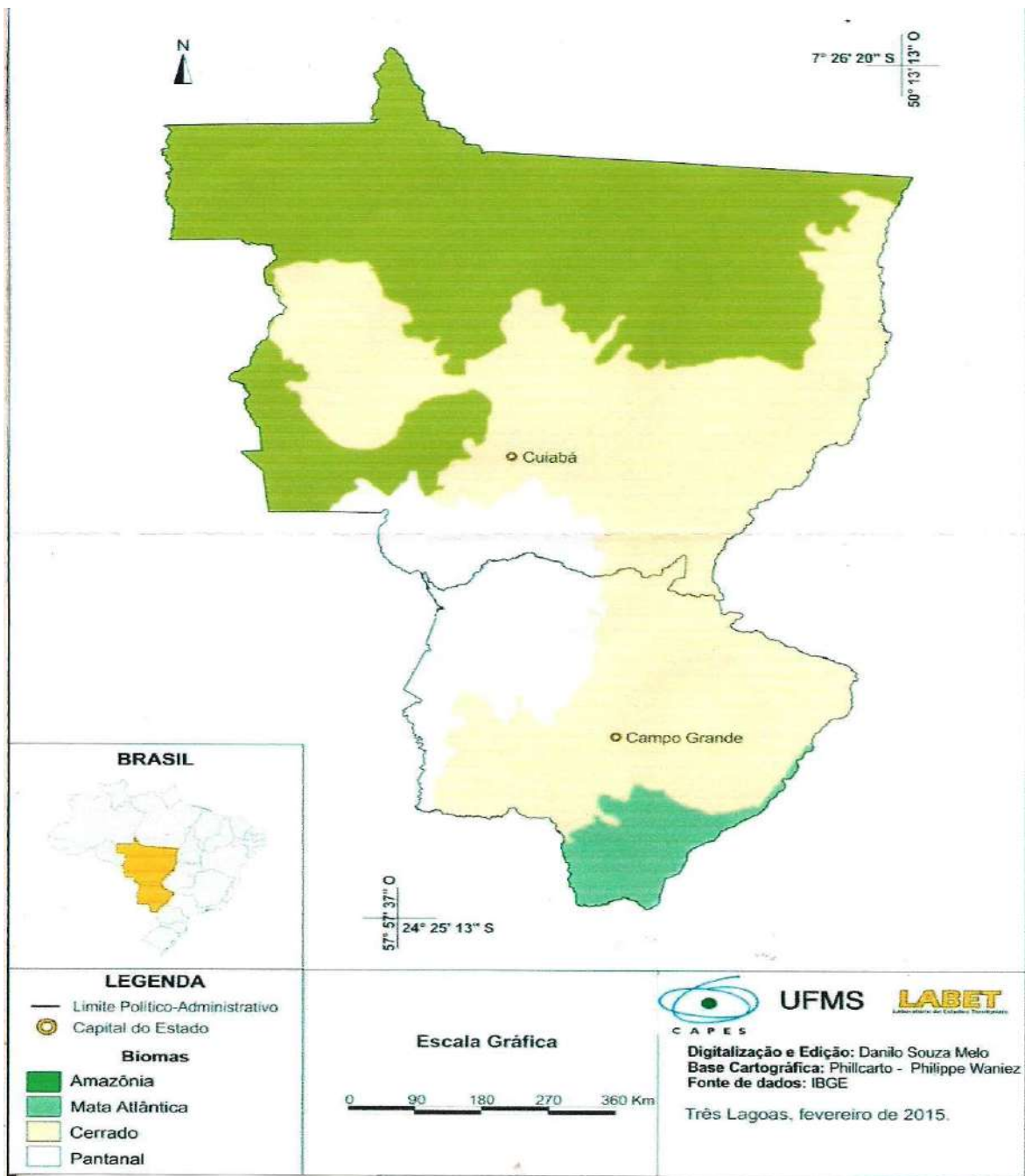


Figura 24: Mapa de Biomas – MS e MT

Fonte: UFMS/LABET

Org.: MELO, Danilo Souza Melo, 2015.

Nessa perspectiva, o Bioma Cerrado, ou, Cerrados, acolhendo a denominação de Porto-Gonçalves (2014, 89), com suas peculiaridades, é corresponsável pelo desenvolvimento de um solo poroso, que cria uma espécie de “esponja” natural e que, no período em que concentra as chuvas, retém parcela

significativa da água no subsolo, pois, diversamente de outros tipos de vegetação, as nativas do cerrado conservam até dois-terços de sua massa nas raízes, propiciando uma trama, uma teia radicular que mantém o subsolo pouco compactado, em situação favorável à penetração das águas pluviais. Além disso, essa “floresta subterrânea” propicia grande capacidade de armazenamento de carbono na atmosfera terrestre (SANTOS et alii, 2010, 6). Trata-se de uma “floresta invertida”, com “até sete vezes mais biomassa abaixo do solo” (PORTO-GONÇALVES, 2014, 90), considerando-se a maior área de recarga hídrica do Brasil.

Todavia, a lógica de penetração da agroindústria atrelada ao agronegócio nos Cerrados do Brasil, por meio dos latifúndios empresariais apresenta, ao lado de sua racionalidade instrumental-capitalista uma total desconsideração pela riquíssima diversidade que ali brota e rebrota (PORTO-GONÇALVES, 2014, 89).

Perceba-se que o movimento político-estatal-capitalista-privado-midiático, já inserido no Plano Estadual de Florestal do governo do MS, em 2009, tem, exatamente, essa região do Estado onde se localiza esse bioma como principal *locus* de ocupação pelos desertos verdes, conforme se pode aferir pela justaposição do mapa do PEF-MS ao mapa de biomas. A marcha dos desertos verdes é evidente sobre os Cerrados, revelando-se em sua inteireza de expropriação e mutação das paisagens.

Isso fica ainda mais evidente, se levarmos em consideração que muito do que se tem feito, faz-se sob amparo legal, isto é, tendo o “direito” como seu patrono, sob as bênçãos do casamento simbiótico entre burocracia estatal e capital privado.

Para se estabelecer um nexos entre o que se afirma nesta pesquisa, acerca da simbiose entre Capital e Estado e sua racionalidade que impõe-se para estabelecer salvaguardas aos investidores, veja-se que uma das papeleiras, em seu Relatório de Sustentabilidade 2014, “Novo Olhar para o Futuro”, informa os “gastos” – ou, seriam investimentos?! – com “contribuições financeiras para políticos, partidos políticos ou instituições relacionadas” (FIBRIA, 2014, 95), da ordem de R\$3,615 milhões em 2012 e R\$4,375 milhões em 2014, lembrando que a própria informante noticia que em 2013 não houve eleições no país e, portanto, não realizou nenhuma doação naquele ano.

Apenas para as Eleições 2014, e somente a título de exemplo, sem esgotar todos os candidatos, eleitos e não-eleitos no pleito, por amostragem qualitativa a que o pesquisador teve acesso eletronicamente em portal público do TSE, a citada indústria contribuiu com R\$250.000,00 para o candidato ao governo do Estado que restou vencedor no pleito eleitoral⁵⁹; investiu outros R\$100.000,00 na candidata vencedora de uma única cadeira no Senado da República, ex-vice-governadora do MS e ex-prefeita de Três Lagoas, Simone Tebet⁶⁰, talvez, a principal garota-propaganda do complexo agroindustrial territorial de eucalipto-celulose-papel em todo o MS; investimentos em campanhas de alguns candidatos a deputados federais eleitos: R\$100.000,00 investidos na campanha da candidata a deputada federal pelo PSB Tereza Cristina⁶¹; R\$50.000,00 para a campanha do candidato pelo PMDB eleito, Carlos Eduardo Xavier Marun⁶²; investidos em campanhas de alguns candidatos a deputado estadual eleitos: R\$40.000,00 para Eduardo Rocha⁶³, esposo de Simone Tebet; R\$40.000,00 para Oswaldo Mochi Júnior⁶⁴ e a lista segue.

No que toca às eleições municipais 2012, os investimentos privados em campanhas políticas persistiram: para a candidata eleita no município de Três Lagoas, sede das papeleiras, Márcia Moura⁶⁵R\$80.000,00⁶⁶.

⁵⁹ Fonte: Portal do TSE, disponível em: <http://inter01.tse.jus.br/spcweb.consulta.receitasdespesas2014/abrirTelaReceitasCandidato.action>, acesso em 05/02/2016.

⁶⁰ Fonte: Portal do TSE, disponível em: <http://inter01.tse.jus.br/spcweb.consulta.receitasdespesas2014/abrirTelaReceitasCandidato.action>, acesso em 05/02/2016.

⁶¹ Fonte: Portal do TSE, disponível em: <http://inter01.tse.jus.br/spcweb.consulta.receitasdespesas2014/abrirTelaReceitasCandidato.action>, acesso em 05/02/2016.

⁶² Fonte: Portal do TSE, disponível em: <http://inter01.tse.jus.br/spcweb.consulta.receitasdespesas2014/abrirTelaReceitasCandidato.action>, acesso em 05/02/2016.

⁶³ Fonte: Portal do TSE, disponível em: <http://inter01.tse.jus.br/spcweb.consulta.receitasdespesas2014/resumoReceitasByCandidato.action>, acesso em 05/02/2016.

⁶⁴ Fonte: Portal do TSE, disponível em: <http://inter01.tse.jus.br/spcweb.consulta.receitasdespesas2014/resumoReceitasByCandidato.action>, acesso em 05/02/2016.

⁶⁵ Docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e licenciada para cargos políticos no município desde 1997, ou seja, a quase vinte anos que a referida não desenvolve as funções para as quais foi selecionada por concurso. Fonte: portal da Prefeitura municipal de Três Lagoas, disponível em: <http://www.treslagoas.ms.gov.br/view/prefeita/>

⁶⁶ Fonte: Portal do TSE, disponível em: <http://inter01.tse.jus.br/spcweb.consulta.receitasdespesas2012/abrirTelaReceitasCandidato.action>, acesso em 05/02/2016.

Para as eleições 2010, também “doou” R\$150.000,00 para o então candidato que viria a sair vencedor no pleito ao governo de MS, André Puccinelli⁶⁷, assim como, para os candidatos vencedores das duas cadeiras no Senado, Delcídio do Amaral, que recebeu investimento no valor de R\$60.000,00⁶⁸ e outros R\$60.000,00 para o outro candidato, também eleito, Waldemir Moka⁶⁹.

A outra indústria papelreira, Eldorado Brasil, por correspondência eletrônica informou-me que, por ter entrado em operação tão-só ao final de 2012 e somente em 2015 haver apresentado lucro em seu balanço, não realizou doações a políticos (BORTOLUCCI, 2016b). De fato, não ocorreram eleições em 2015 no país.

Dessa forma, patrocinando políticos, principalmente, políticos que vencem seus pleitos (mas, não só), o capital vai moldando, aplainando e palmilhando os caminhos de que necessita percorrer. Se, antes, durante os séculos XVIII e XIX, foi ao passo da boiada que se ampliaram as áreas de conquista de território pelo latifúndio ali, agora, em pleno Século XXI, é ao passo da “boiada” de eleitores e políticos, com campanhas eleitorais financiadíssimas pelo capital agroindustrial, quem faz as vezes, sem esquecer da grilagem e das várias formas de violência ainda existentes.

Tudo é questão de investimento: financiamento privado de campanhas políticas, impedimento da democratização do acesso à terra com a criação e manutenção de um exército industrial de reserva, proletarizando u’a massa significativa de pessoas, grilagens, legitimação jurídica e judicial dos grilos, na melhor forma de ação do capital, cujas consequências nefastas são a acumulação de renda e lucros para poucos em detrimento da completa socialização dos prejuízos econômicos, sociais, fiscais e ambientais, em resumo, a completa separação entre produtor e meios de produção, ou, a lógica da expropriação em sua vertente mais acentuada, radical; um modo de produção caracteristicamente

⁶⁷ Fonte: Portal do TSE, disponível em <http://spce2010.tse.jus.br/spceweb.consulta.receitasdespesas2010/abrirTelaReceitasCandidato.action>, acesso em 05/02/2016.

⁶⁸ Fonte: Portal do TSE, disponível em <http://spce2010.tse.jus.br/spceweb.consulta.receitasdespesas2010/resumoReceitasByCandidato.action>, acesso em 05/02/2016.

⁶⁹ Fonte: Portal do TSE, disponível em <http://spce2010.tse.jus.br/spceweb.consulta.receitasdespesas2010/resumoReceitasByCandidato.action>, acesso em 05/02/2016.

capitalista (MARX, 2013, 786; 809), em que os meios de produção são completamente expropriados pelo capital (IDEM, 792).

3.7 O caso MPF *versus* IBAMA/IMASUL: um conflito institucional jurídico-burocrático inesperado com consequências socioambientais imprevisíveis

Na medida em que as entrevistas eram realizadas, pude notar que um outro fator se revelava em maior intensidade quanto à potencialidade de geração de conflitos socioambientais. A ausência/omissão do próprio IBAMA, órgão legalmente responsável por realizar licenciamentos em casos de empreendimentos cujos efeitos potenciais possam atingir territórios de mais de um estado da Federação brasileira, como é o caso dos requerimentos de instalação e funcionamento das duas indústrias de papel-celulose no município de Três Lagoas/MS (Fibria, International Paper e Eldorado Brasil), apesar de haver inquérito civil público instaurado, com parecer técnico e recomendação por parte do Ministério Público Federal para que a isso se procedesse (Autos n. 1.21.002.000084/2011-47; Parecer Técnico n. 135/2014, emitido pela 4ª Câmara de Coordenação e Revisão – Meio Ambiente e Patrimônio Cultural [Anexo 3] do Ministério Público Federal e Recomendação n. 3/2015 [Anexo 4]).

Ao se analisarem os documentos acima mencionados, percebe-se que o foco de tensão entre o IBAMA e o Ministério Público Federal se prende à omissão unilateral do IBAMA em participar do licenciamento ambiental de empreendimentos de grande porte, entre os quais se encontram as duas indústrias que produzem papel e pasta de celulose no entorno de Três Lagoas/MS, ambas, situadas exatamente na margem sul-matogrossense do Rio Paraná.

No caso citado, dois são os motivos pelos quais se recomendou à presidência do IBAMA que corrigisse a omissão do órgão:

1º) os empreendimentos citados (além de outros, que não pertencem ao setor de papel-celulose, mas, também, são potencialmente impactantes ao meio ambiente – SITREL – Siderúrgica Três Lagoas e Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás

Fertilizantes [UFN III]) tiveram seu início antes da entrada em vigor da Lei Complementar n. 140/2011 (ato normativo que excluiu o IBAMA dos licenciamentos ambientais, passando à competência estadual);

2º) da análise dos relatórios de impacto ambiental – RIMA dos empreendimentos citados, cujos processos de licenciamentos ambientais foram conduzidos junto ao IMASUL, se chegou à conclusão de que nenhum deles apresentava, em seus estudos específicos, avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos, ou, inclusive, uma avaliação dos empreendimentos associados (a distância entre as duas “papeleiras” é de cerca de 50 (cinquenta) quilômetros, estando a indústria Eldorado Brasil localizada cerca de 15 km a montante da Barragem de Jupιά e a indústria Fibria a aproximadamente 35 km a jusante da mesma barragem – UHE Engº Souza Dias (Jupιά) (BRASIL, Ministério Público Federal, Parecer Técnico n. 135/2014-4ª CCR; BRASIL, Ministério Público Federal, Recomendação n. 3/2015)⁷⁰.

A primeira das razões tem cunho estritamente normativo: como os empreendimentos e seus respectivos processos de licenciamento se iniciaram antes da vigência da Lei Complementar n. 140/2011, na visão do Ministério Público Federal, o IBAMA jamais poderia omitir-se no processo, face à expressa determinação da Resolução CONAMA n. 237/1997 (esta Resolução, de âmbito federal, regularia todos os licenciamentos ambientais até a entrada em vigor da Lei Complementar n. 140, de 08/12/2011).

Já, a segunda motivação envolve muito mais do que a mera tecnicidade jurídica. Argui-se, a partir de uma análise detalhada dos estudos e relatórios de impactos ambientais que foram alvo de crivo pelo IMASUL – Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (órgão que acabou sendo o responsável por expedir e autorizar as licenças ambientais de todos os empreendimentos citados), que existe sobreposição das áreas de influência dos dois empreendimentos, além da inexistência de estudos específicos sobre os impactos cumulativos e sinérgicos, os quais, na visão do parecer técnico do MPF, e da PRM de Três Lagoas, acabam por invadir e influenciar dois ou mais estados da federação (MS, SP e, quiçá, o PR),

⁷⁰ Vide Anexos 3 e 4, respectivamente.

o que implicaria na não aplicabilidade da lei citada. Além disso, nos RIMA's citados, não constam informações específicas sobre as plantas químicas de terceiros instalados dentro das unidades fabris de Fibria e Eldorado Brasil (PT n. 135/2014, pp. 20-21). Seria essa omissão proposital por parte das indústrias?

Nota-se, também, como argumento técnico-científico, que a área urbanizada da cidade de Três Lagoas dista a menos de 20 km de ambos os empreendimentos de celulose-papel e isso pode significar prejuízos socioambientais consideráveis à população que se encontra exposta à poluição e à contaminação do Rio Paraná pelos efluentes químicos lançados em suas águas. E, no que tange aos usos dessas águas, nenhum dos empreendimentos apresentou estudos ou relatórios que incluíssem como será feita e gerenciada a qualidade dos recursos hídricos – captação, abastecimento e lançamento de resíduos e efluentes tratados (PT n. 135/2014, p. 21).

Um fato interessante é que a Procuradoria da República em Três Lagoas instaurou inquérito civil público para apurar essas questões em junho/2011 e expediu requisições de informações, tanto ao IBAMA, quanto ao IMASUL, à época. A solicitação ao IBAMA jamais foi, sequer, respondida (Recomendação n. 3/2015, p. 2).

Tão-somente a partir de um ofício, posterior, encaminhado à Prefeitura Municipal de Três Lagoas é que o Ministério Público Federal conseguiu, com a resposta da municipalidade e informações do IMASUL, selecionar os empreendimentos passíveis de impactos ambientais de magnitude considerável (PT n. 135/2014, p. 2) e dar seguimento ao ICP. O silêncio e a ausência de quaisquer providências ou mesmo justificativas para a sua completa passividade, por parte do IBAMA é de uma eloquência explícita quanto ao conflito tensionado de que nos ocupamos neste trabalho, nesse momento. É nítido que ao IBAMA não interessa imiscuir-se nos processos de licenciamentos em questão.

Há um fator ainda não considerado, ao menos explicitamente, em toda essa problemática. Os EIA's e RIMA's em nenhum momento tocam o tema da necessidade de se incluir nos processos, de ambas as indústrias de celulose-papel, as áreas plantadas, tanto no MS, quanto em SP e MG. Se tratarmos o caso como pretende a PRM de Três Lagoas e o parecer técnico da 4ª Câmara de Coordenação

e Revisão, do MPF, como fatos que devem ser regidos pela Resolução CONAMA n. 237, de 1997 e não pela Lei Complementar n. 140/2011, claro está que as áreas das plantações de monocultura de eucalipto jamais poderão ser omitidas dos respectivos estudos e relatórios de impactos ambientais.

Parece evidente que a isenção governamental para as áreas dos plantios cria como que uma zona franca, liberada, no Mato Grosso do Sul, completamente livre de “problemas” burocrático-ambientais. Todos os hortos plantados ficam completamente livres e não aparecem nos estudos e relatórios de impactos ambientais. Mas, é justamente ali, onde são despejadas as toneladas de glifosato, cupinícidas e formicidas. Se não há necessidade de estudos e relatórios de impactos ao meio ambiente nos milhões de hectares plantados com eucaliptos em todo o Mato Grosso do Sul (em São Paulo isso também ocorre de forma muito semelhante), quem fiscaliza e para que fiscalizar?

Nesse sentido, a propaganda de que a silvicultura estaria recuperando o cerrado soa como um grande – e necessário – instrumento de legitimação/invisibilização de conflitos socioambientais na região e não passa de um grande engodo, pois, a produção de carne, leite e derivados no Mato Grosso do Sul está sendo substituída por pasta de celulose e papel. Apenas em área plantada (ocupação maciça e concentrada do solo), a Eldorado Brasil chegou ao final de 2013 a 160.000 hectares⁷¹; a Fibria alcançou a marca de 154.000 hectares, antes mesmo de findar-se o ano de 2013. E, fechando 2014, em seu Relatório publicizado, informa 343.318 hectares de plantio no MS, sendo 277.546 hectares desse total em área certificada, deixando claro que os 65.772 hectares restantes “abrange novas terras adquiridas e arrendadas para a formação de florestas que poderão abastecer de madeira o projeto de expansão para Três Lagoas anunciado em maio de 2015” (FIBRIA, 2015, 107).

Juntas, ambas as indústrias produzem 35 milhões de mudas de clones de eucalipto/ano⁷². No Mato Grosso do Sul, a FIEMS divulgou que 2014 “fechava” com 820 mil hectares de “florestas” plantadas (MININI, 2015, p. 52). Em termos regionais, para 2014, tem-se as informações da Fibria de que ocupou cerca de 225

⁷¹ <http://www.eldoradobrasil.com.br/PaginaInterna.aspx?idPage=7>

⁷² <http://www.fibria.com.br/web/pt/negocios/floresta/matogrosso.htm>; <http://www.eldoradobrasil.com.br/PaginaInterna.aspx?idPage=7>

mil hectares com “florestas” plantadas, apenas no MS⁷³, ou, 343 mil hectares acrescendo novos plantios em áreas recém adquiridas ou arrendadas; já, a Eldorado Brasil informa ocupação de 187 mil hectares com “florestas” plantadas ao final de 2014. Algumas informações referentes a 2015 atestam pouca alteração no Mato Grosso do Sul, com acréscimo por parte da segunda: Fibria, com 224.790 hectares e Eldorado Brasil com 187.850 hectares. Há, aqui, discrepância entre o que a indústria Fibria divulga no Resumo do Manejo Florestal 2014 e o que ela própria torna público no Relatório 2014. A diferença é da ordem de 52.756 hectares, apenas no que tange às chamadas “florestas plantadas” e certificadas, o que é alarmante.

ÁREA DE ATUAÇÃO

Fazendas próprias, arrendadas e parceiras

Município	Área Município	Própria	Arrendada	Parceria	Floresta Plantada	Conservação	Outros Usos*	Área Total Ocupada (ha)	Área Total Ocupada (%)
Água Clara	780.921	5.968,83	24.080,85		16.456,52	11.586,14	2.007,02	30.049,68	3,85%
Brasilândia	580.690	27.761,81	24.350,85	33.459,51	55.697,71	26.292,98	3.581,48	85.572,17	14,74%
Ribas do Rio Pardo	1.730.809		44.865,34		31.157,52	11.941,32	1.766,50	44.865,34	2,59%
Santa Rita do Pardo	614.307		922,02		554,21	316,72	51,09	922,02	0,15%
Selvíria	325.833	14.623,54	11.708,61		17.514,77	7.533,04	1.284,34	26.332,15	8,08%
Três Lagoas	1.020.695	27.986,63	75.894,39	50.867,09	103.409,39	41.812,46	9.526,26	154.748,11	15,16%
TOTAL	5.053.255	76.340,81	181.822,06	84.326,60	224.790,12	99.482,66	18.216,69	342.489,47	

Áreas em Hectares (1ha = 10.000 m²) - Fonte: Base Cadastral Fibria em 24/03/2015. Excluídas Fomentos (2.656,75 ha.) e Compra de Madeira (10.685,98 ha.)
 Áreas dos Municípios - Fonte: IBGE em 24/03/2015
 *Outros Usos: correspondem à Estradas, Construções, Faixa proteção das Redes de Alta Tensão, Gasoduto, etc.

Figura 25: Produção florestal, FIBRIA (em hectares)
Fonte: ROCHA et alii; FIBRIA. Resumo do Manejo Florestal 9.ed., outubro/2015

DISTRIBUIÇÃO DA BASE CERTIFICADA DA ELDORADO BRASIL (HA)*

Município	Área Produtiva	Áreas de Conservação	Outras Áreas	Total Geral
Água Clara	10.394,79	7.027,44	799,72	18.221,95
Anastácio	454,37	1.288,58	83,24	1.826,19
Aparecida do Taboado	14.172,55	4.912,72	1.028,77	20.114,04
Dois Irmãos do Buriti	3.859,61	4.704,57	781,11	9.345,29
Inocência	29.996,81	13.188,58	2.155,07	45.340,46
Paranaíba	2.987,21	1.147,02	145,20	4.279,43
Ribas do Rio Pardo	14.028,43	5.140,68	897,91	20.067,02
Santa Rita do Pardo	9.689,13	8.935,55	893,02	19.517,70
Selvíria	43.886,80	20.161,72	3.166,47	67.214,99
Três Lagoas	58.381,17	21.721,56	4.304,51	84.407,24
Terenos	-	54,32	-	54,32
Total Geral	187.850,87	88.282,74	14.255,02	290.388,63

Figura 26: Produção florestal, ELDORADO BRASIL (em hectares)
Fonte: ELDORADO BRASIL. Resumo do Manejo Florestal, 4.ed., agosto/2015

⁷³ <http://www.fibria.com.br/negocios/floresta/mato-grosso-do-sul/>

Informam, ainda, investimentos da ordem de 15,7 bilhões de reais para ampliação de ambas as plantas de produção (MININI, 2015, p. 46). Isso significa necessidade maior de ocupação territorial para ampliar a produção dos clones de eucalipto, com ampliação dos usos de água, do solo e subsolo, além da água extraída, sem qualquer ônus, do Rio Paraná, para abastecer as plantas industriais que foram construídas em suas margens, elevação nos níveis e concentração de efluentes que são despejados no leito desse que é um dos mais relevantes, volumoso e extenso curso d'água para o país, para os Estados de SP e MS e, fundamentalmente, para a cidade e região de Três Lagoas/MS, bem como, para outros países sul-americanos.

O que ocorre no Mato Grosso do Sul parece estar na ordem do dia do plano capitalista para o Brasil. Em 2014, as informações foram ainda mais espantosas: em “florestas” plantadas, divulgou-se 7,6 milhões de hectares, sendo 72% composto por eucalipto, no país (CIRILLO, 2015, p. 33).

Atualmente, este conflito se encontra judicializado, porém, o pedido feito sob forma liminar pelo MPF, no ato de ingresso da ação – e replicado no aditamento da petição inicial, com a inclusão do IMASUL como réu na ação – visando à proteção jurídico-ambiental foi negado em primeira instância, tendo havido a interposição de recurso (agravo), pelo qual se visa alcançar determinados efeitos que poderiam, em tese, minimizar alguns impactos ambientais já sensíveis. Esse recurso não foi conhecido pelo TRF da 3ª Região, sediado na cidade de São Paulo/SP. Assim, aguarda-se a tramitação da ação civil pública em 1ª Instância, junto à Justiça Federal na cidade de Três Lagoas/MS.

3.8. A questão do uso de glifosato, de outros herbicidas e pesticidas na parte agrícola da cadeia produtora de eucalipto-celulose-papel

Um fato que em geral tende a causar alarme na população diz respeito à possibilidade de se ter de conviver ao lado de áreas de produção vegetal, nas quais são utilizados herbicidas e pesticidas. Com o complexo agroindustrial de eucalipto-celulose-papel não é diferente.

Como citado, anteriormente, não há informações públicas de fácil acesso sobre uso de agrotóxicos e pesticidas na silvicultura; apenas a ANVISA e o IBAMA tem algum dado a dispor em seu sítio eletrônico.

A questão, passível de gerar conflitos socioambientais importantes é: se a população tivesse contato com informações prévias (ou mesmo atuais) que demonstrassem o quanto se tem utilizado de agrotóxicos, herbicidas e pesticidas para manter o negócio do maciço florestal de ambas as papelerias no Mato Grosso do Sul, que tipo de reações poderiam surgir? Lembremos que a divulgação de tais informações deveria ocorrer principalmente, embora não exclusivamente, durante as audiências públicas, exigidas por lei, nos processos de elaboração dos EIA-RIMA's de tais indústrias, as quais, por resolução estadual, encontram-se isentas de apresentar tais documentos, contrariando, expressamente, uma normativa federal: a Resolução CONAMA n. 237/1997.

Mas, no vácuo informacional mencionado, é possível, ao menos, prospectar, com base em estudos científicos da área, acerca dos produtos a serem utilizados nessa produção, assim como, sobre seus potenciais efeitos ambientais e sociais. Pesquisadores da UNESP, Campus Botucatu editaram um Guia Prático de Manejo de Plantações de Eucalipto (WILCKEN et al., 2008), onde se pode encontrar que em matéria de eliminação/controle de plantas não desejadas e combate/controle a formigas e cupins, utiliza-se:

a) Para controle de plantas daninhas:

A recomendação atual é controle do mato, com a aplicação de glifosato em área total pré-plantio. Na linha de plantio, utiliza-se o herbicida pré-emergentes isoxaflutole, na dose de 100 a 200 g/ha. Caso haja, reinfestação do mato, são necessárias novas aplicações de glifosato em área total ou na entrelinha, utilizando-se de 4 a 5 L/ha. Na manutenção será feita de 3 a 4 aplicações, geralmente antecedendo as adubações de cobertura. (WILCKEN ET al., 2008, 13)

De acordo com esse guia, calcado nas experiências de campo, tem-se um cálculo estimado de quanto em glifosato tem sido utilizado na região do Bolsão

sul-matogrossense (já que essas informações não constam de nenhum relatório publicizado por nenhuma das indústrias que pesquisamos aqui): são ao menos 4 (quatro) aplicações, com a primeira utilizando do glifosato em toda a área destinada ao plantio, sem mencionar quantidade. Em seguida, na linha do plantio, usa-se outro herbicida, também pré-emergente, ou seja, que atua impedindo o brotamento/germinação de quaisquer outras plantas, isoxaflutole, à proporção de 100g a 200g/hectare. Durante a manutenção, isto é, durante a fase de crescimento do eucalipto, mais 3 (três) a 4 (quatro) aplicações, à base de 4 (quatro) a 5 (cinco) litros de glifosato por hectare.

Tendo em vista as informações de área plantada no MS publicadas pela Fibria (225 mil ha.) e pela Eldorado Brasil (188.000 ha.), isto é, o montante do maciço florestal em 2015, pode-se chegar ao seguinte cálculo mínimo: 413 mil hectares com “florestas” plantadas, que, multiplicando-se por ao menos 2 (duas) aplicações, com 4 (quatro) litros/hectare, tem-se nada menos do que 3.304.000 litros de glifosato aplicados apenas ali, na área do maciço “florestal”, isto é, no Bolsão sul-matogrossense, sem contar as áreas que já sofreram o corte, visto as plantas industriais estarem em pleno funcionamento desde 30/03/2009 e 12/12/2012, respectivamente.

Mas, para manutenção da área, pode-se chegar a números bastante impressionantes, com 5 aplicações de 5 litros/hectare, totalizando 10.325.000 litros de glifosato, apenas nos 413.000 hectares atualmente ocupados com o maciço florestal de eucalipto das duas papelarias. A partir dessa inferição, pode-se compreender como a “[...] natureza ou muitas de suas propriedades, que eram antes apenas reguladas pelo valor de uso, foram subordinadas ao ritmo do valor de troca, quando foi possível ao capital fazê-lo a partir de suas forças produtivas [...]” (RAMALHO, 2010, 160).

- b) Para controle de formigas pré-plantio e no plantio: consumo previsto de 4 a 8 kg/ha. (WILCKEN ET al., 2008, 12). Aqui, tem-se 1.652.000 kg de formicida/ha., utilizando-se o menor valor e a mesma quantidade de área cultivada;

- c) Para controle de formigas em área de manutenção (após um ano): consumo previsto de 1,5 a 3 kg/ha. (idem). Aqui, mais 619.500 kg de formicida/ha., como citado acima;
- d) Para controle de cupins: deve ser preventivo imergindo as mudas numa calda cupinicida, com produtos à base de fipronil ou imidacloprid, segundo orientação e dosagem recomendadas pelos fabricantes (ibidem, 13). Nesse caso, tem-se a aplicação de cerca de 300g a 500g/100 litros d' água, para a imersão das mudas e 125g/ha. para a pulverização posterior. Apenas na pulverização, feita meses após o plantio das mudas, tem-se mais de 51 toneladas de cupinicida despejadas na região.

Nessa perspectiva, compreende-se que

O valor principal do capital é o de sua própria reprodutibilidade, cuja necessidade de ampliação, de caráter totalizante, vem levando aos limites do esgotamento total a natureza e as condições da existência humana, nas mais diversas regiões do planeta. (RAMALHO, 2010, 160)

Esse tipo de informação, que consta da publicação extensionista de um sólido centro de pesquisas assombra, assusta e, obviamente, não está disponível e de fácil acesso à população que reside no entorno dos desertos verdes, principalmente na região do Bolsão sul-matogrossense.

O motivo deve restar muito claro: quem aceitaria, de bom grado, conviver – viver ao lado, no entorno, cercado por 413.000 hectares de “florestas” plantadas com eucalipto – podendo chegar a muito mais de 1 milhão de hectares, ocupando metade do Estado do Mato Grosso do Sul, como definiu o governo estadual em seu Plano Estadual de Florestas, publicado em março de 2009 -, tendo completa ciência desse tipo de emprego de agrotóxicos e pesticidas (só em glifosato,

estamos discutindo uma utilização que varia de 3.304.000 a 10.325.000 litros, sem mencionar formicidas e cupinidas)?

Schlesinger destaca que “como em qualquer outra monocultura, a contaminação dos solos e da água superficial e subterrânea não pode ser evitada, mesmo quando os produtos químicos são aplicados de forma controlada” (2008, 71). Isto, porque, a utilização dos agrotóxicos e dos pesticidas em vastas porções do território com concentração de uma única cultura apresenta a idiosincrasia de concentrar, também, os ingredientes ativos químicos empregados, seja na capina química, e/ou, no controle de formigas e cupins.

Em recente troca de correspondência eletrônica, instada pelo pesquisador a se manifestar sobre o uso de glifosato, a indústria Eldorado Brasil informou haver utilizado, para uma área sua de manejo florestal com 65 mil hectares, entre os meses de agosto/2014 a julho/2015, 192.705, kg de glifosato granulado (SILVA, 2016).

Isso significa que numa área florestal que corresponde a cerca de um terço do total das áreas “florestadas” atualmente com eucalipto apenas por essa indústria, mais de 192 toneladas de glifosato foram aplicados.

Multiplicando-se por três, teremos algo em torno de 580 toneladas de glifosato, por ano, atingindo a performance de 2.610.000 kg de glifosato, com 4,5 aplicações ao longo de 6 (seis) ou 7 (sete) anos, caso se mantenha somente o atual estágio de áreas plantadas, o que, obviamente, não é correto afirmar, pois, a indústria já está construindo a sua segunda linha de produção com o fito de dobrá-la nos próximos anos, o que implicará em, também, aumentar a quantidade de áreas cobertas pelos desertos verdes.

De posse da informação acima, prestada eletronicamente, fiz novas indagações à Eldorado Brasil, consistentes nos seguintes termos: [...] recebi o e-mail do [...], com as informações sobre o uso do IA glifosato, mas, gostaria de que você encaminhasse meu pedido de informações complementares a respeito da utilização desse herbicida. [...] informou a quantidade por hectare, numa área que corresponde a cerca de 1/3 do total de área florestada por vocês. Eu necessito complementar isso com as seguintes informações: a) quantas aplicações de glifosato (além daquela inicial, feita sobre toda a área, antes do plantio) são

realizadas? b) a quantidade de glifosato por hectare é sempre a mesma (algo em torno de 2,9 kg/ha)? c) quando das rebrotas, segue-se o mesmo processo, isto é, quantas aplicações são feitas? D) há utilização de outro IA, o 2.4-D? e) quais as quantidades de pesticidas utilizados para o controle de cupins e formigas e quais são os IA desses, por hectare?

A resposta veio breve, curta e direta, também eletronicamente: “Cláudio, bom dia! Estas informações são da nossa área de pesquisa e documentos internos da empresa, desta forma vamos nos ater ao que já foi informado e é de domínio público.” (BORTOLUCI, 2016a).

Apesar de a empregada da papelreira ter informado que as informações repassadas anteriormente pelo técnico da indústria eram de domínio público, não há nenhum dado como os que me foram informados naquela correspondência eletrônica anterior disponível em domínio público, quer no portal da papelreira, quer em seus documentos abertos, como os relatórios de sustentabilidade e de manejo, ou, outro qualquer. Nesse sentido, tem-se que, aparentemente, a evolução e o aprofundamento dos questionamentos feitos, como uma estratégia para se tentar buscar dados/informações que nunca estiveram em domínio público, quer pela indústria e, muito menos, por órgãos públicos encarregados de controlar/fiscalizar o uso/abuso desse tipo de componentes químicos (glifosato, pesticidas, desfolhantes etc.) chegaram a um ponto-limite para os informantes, que poderia causar algum mal-estar, ou, alarma, caso essas informações complementares viessem a público, ainda que sob o formato de uma tese acadêmica. Dessa feita, o silêncio sepulcral da indústria papelreira quanto ao aprofundamento dos questionamentos da pesquisa parece ser eloquente...

Quanto à outra papelreira, Fibria, esta, de seu turno, em resposta eletrônica a uma solicitação minha, assim se pronunciou:

Em média usamos 7kg/ha em 7 anos
Fazemos em média 4,5 aplicações em 6 anos:
- uma na limpeza de área (antes do plantio)
- 3,5 tratamentos culturais;
Vão variar de acordo com a infestação e a eficiência do pré emergente
As doses variam 1 a 2,5 kg/ha. (CAMARGO, 2016b)

Instada a se manifestar sobre utilização do 2,4-D e pesticidas, a Fibria respondeu que “[...] Além do Glifosato. Só usamos um formicida, a base de sufloramida, o uso e a quantidade depende de se existe ou não formigas na área. Ao longo dos 7 anos de floresta Rh utilizado 400 gramas por ha.” (CAMARGO, 2016a)

Neste caso, utilizando a menor área informada pela indústria, ou seja, 224.790 hectares certificados plantados, além do tempo de cultivo que já perdura por mais de dez anos (para que a indústria entrasse em operação em 30/03/2009, obviamente, os plantios se iniciaram antes, por volta do ano 2000), teremos aproximadamente 1.573.530 kg de glifosato e cerca de 90 toneladas de formicida a base de sufloramida aplicados apenas nos hortos florestais da Fibria, não havendo menção sobre eventual uso do “agente-laranja”, ingrediente ativo 2,4-D, geralmente empregado como desfolhante químico, comprovadamente cancerígeno.

Somando-se ao que a sua concorrente, a Eldorado Brasil despeja de glifosato em seus hortos florestais, chega-se à marca relevante de 4 milhões, 183 mil toneladas e meia, tão-só, de glifosato aplicado até esse momento, excetuando-se do cálculo as aplicações feitas em áreas de rebrota; são, evidentemente, números impressionantes e assustadores.

Uma vez que o glifosato e outros ingredientes ativos pré-emergentes atuam consorciados com os clones de eucalipto, os quais são resistentes, justamente, a tais elementos, complexos e processos químicos, denota-se a reificação da natureza pelo processo de produção capitalista, evidenciando que “a natureza é, deste modo, transformada de uma entidade ecológica em uma entidade econômica” (ALVATER, 2007, 361).

São números impressionantes, mas coerentes (no sentido pejorativo do termo), pois “o processo de produção e reprodução capitalista é um processo em espiral (interrompido por crises periódicas) de crescimento e a ‘escada sobre a natureza’ – como Marx a chama – torna-se cada vez mais expansiva” (ALVATER, 2007, 364). Nesse sentido, podem provocar alarme na população, principalmente

porque, muitos dos chamados “hortos florestais”, que são os campos com as plantações dos clones de eucalipto, localizam-se imediatamente no entorno das áreas urbanas de várias das cidades do Bolsão sul-matogrossense: Três Lagoas, Água Clara, Ribas do Rio Pardo, Selvíria, Inocência, Aparecida do Taboado, apenas para citar algumas. E a pergunta inquietante que nunca cala: quanto de dispersão isso pode alcançar e atingir à população, urbana e rural dessas e de outras cidades?

Segundo Pignatti e outros, é possível falar em “falsa deriva” de pulverização, uma vez que as aplicações são todas controladas; no entanto, existem, já, estudos técnicos profundos alertando para a deriva não-acidental, mas, regular, em toda e qualquer aplicação de herbicidas e/ou pesticidas (2012, 60 e ss.), os quais são bastante conhecidos de toda a comunidade do agronegócio.

A questão acima destacada pode ganhar tons ainda mais graves se levar-se em consideração que “devido ao caráter auto-referenciado do capital, esta face do processo produtivo não conhece nem aceita limites externos a sua dinâmica” (ALVATER, 2007, 367), o que pode ser trabalhado como um paradoxo à propaganda das papeleiras quanto àquilo que esse “progresso” capitalista instalado no Bolsão de fato representa, a quem ele pode beneficiar (e a quantos muitos, na verdade, prejudica...) e que, concretamente, não há limites para isso.

Recorde-se que toda a cadeia produtiva das papeleiras, localizada nos hortos “florestais” (413 mil hectares em meados de 2015 e aumentando...), se encontra dispensada pelo governo estadual de realizar estudos e relatórios de impactos ambientais relacionados com o uso dos herbicidas, agrotóxicos e pesticidas. Isso significa uma completa e irrestrita “licença prévia e de ofício”, sem qualquer fiscalização, para o uso e abuso desses ingredientes ativos (agrotóxicos herbicidas e pesticidas) em todo o Mato Grosso do Sul.

Entretanto, este último conflito socioambiental se encontra não somente invisibilizado, como, ignorado, desconhecido e sob a forma da mais absoluta latência ali; nem mesmo visto como “problema” ambiental é. Seria essa a continuidade, sob um formato mais devastador e cruel, do que foi anunciado pela ditadura empresarial-militar, em jornal francês – *Le Monde* – em princípio da década do milagre econômico, 1970, sob o título “Industriais, venham poluir em

nosso país, pois ainda é autorizado” (PORTO GONÇALVES, 1984, 40). Não sem razão a constatação do autor sobre a prática de “um verdadeiro ecocídio” como regra; “as indústrias altamente poluentes, como as de celulose (papel), são recebidas de braços abertos” (IDEM, 41).

Aparentemente, o que está em jogo, aqui, não é uma simples “guerra de informações”, mas, sobretudo, a disputa pela arena pública, em que o que se diz, relata e publiciza “[...] emerge da disputa sediada em espaços específicos, entre uma (virtual) pluralidade de versões, embora as condições diferenciadas de participação impliquem vantagens para certos atores e o silêncio de outros” (FUKS, 2001, 47).

Nessa perspectiva, o que se vê é a manipulação racionalizada do capital agroindustrial que oferta ao público, lastreado em sua política de governança que objetiva transmitir um determinado tom de imagem aos seus investidores, consumidores, fornecedores e público em geral (recorde-se que ambas as papeleiras tem ações em bolsa...), uma gama de publicidade/propaganda direcionada a assegurar sua condição de “verde”, ecologicamente equilibrado/limpo. Nesse sentido, para manter suas salvaguardas úteis no mercado, faz sentido a manutenção, a qualquer custo, das suas *policy images*⁷⁴ (FUKS, 2001, 55).

Para tanto, desde as manobras assistencialistas, propagandeadas como liberalidade das empresas, quando se tratam de obrigações contratuais assumidas em decorrência da tomada de empréstimos junto ao BNDES, às campanhas publicitárias feitas por toda a cidade de Três Lagoas, por meio de *out-door's*, em que se busca transmitir uma paisagem bucólica e, ao mesmo tempo, prospectiva, associando no imaginário do senso comum uma criança tendo ao fundo árvores (obviamente, não são eucalipto) e a Lagoa Maior, um dos cartões-postais da cidade, tudo não passa de investimento destinado a assegurar a latência ou administração de conflitos socioambientais nos estreitos marcos dos interesses do capital e da espetacularização da imagem feita mercadoria (DEBORD, 1997, 27).

⁷⁴ Imagens públicas sobre um conceito, ou, objeto de política pública, ainda que não necessariamente, estatal/governamental. Se pensarmos a reentrada e presença dos desertos verdes na região do Bolsão como uma política pública – e o é – faz muito sentido essa necessidade de se ocultar aquilo que pode gerar desconfiança, resistência e inquietação ante o modelo do complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel ali.

Ao lado dos dois conflitos supracitados, deparei-me com um, específico, urbano, que se relaciona com os reflexos ligados à expansão descontrolada, ilimitada e vertiginosa a que foi submetida, principalmente, a cidade de Três Lagoas, em decorrência da ressurgência do complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel na região. Não se tratando do escopo da tese, a título apenas de citação, faço-o em nota⁷⁵.

⁷⁵ Por outro lado, com esse pano-de-fundo estabelecido, nota-se a expansão da cidade em termos demográficos durante a década passada, fato ainda não interrompido. Três Lagoas sofre o incremento de uma população de 79.059 habitantes em 2000 para 101.791 habitantes em de 2010 (<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=500830&search=mato-grosso-do-sul|tres-lagoas|infograficos:-evolucao-populacional-e-piramide-etaria>). Estimava-se uma população de 109.633 habitantes ao final de 2013 (<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=500830>), mas, chegou-se a quase 120.000 habitantes. Nesse mesmo período de uma década, o índice de desenvolvimento humano – IDH da cidade evolui de 985º lugar no país (<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2000.aspx>) para a 667ª posição (<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>). Nota-se um abismo entre os investimentos privados (e também públicos, pois mais de 80% investido na Eldorado Brasil se deu mediante recursos do BNDES) voltados a fomentar a industrialização crescente na região leste do Mato Grosso do Sul e a parcela estatal voltada a oferecer qualidade de vida à população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na perspectiva do que se problematizou até aqui, é possível inferir que há, de fato, toda uma política pública, nas três esferas do sistema federativo (federal, estadual e municipal) voltada a atrair investimentos, públicos e privados, não somente, mas, principalmente para o complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel para o Estado do Mato Grosso do Sul e, em especial, para a região do Bolsão. Essa política se caracteriza e revela uma simbiose entre o poder público e o capital, de sorte que boa parte dos recursos que poderiam ser empregados em saúde, educação, segurança pública, lazer, enfim, para a melhoria da qualidade de vida da população, parecem ficar à margem e à mercê dos interesses privados que parecem ditar onde, quando, como, quanto e por que investir.

Esse processo, inicia-se, em geral, com políticas públicas e ações fiscais de isenções tributárias de longo prazo que causam intenso impacto nas finanças públicas, já que, principalmente, as normas criadas com tal escopo impedem que haja arrecadação por parte de todo um setor produtivo – no caso, o complexo territorial citado, em princípio, mas, não somente. Ao lado dessas isenções fiscais há todo um movimentar estatal no sentido de oferecer crédito e financiamentos, seja por meio do FCO, seja pelo BNDES, com o fito de manter investidores florestais e atrair novos.

A continuidade desse processo de expropriação privada de recursos naturais e públicos leva à cessão de áreas por parte da municipalidade destinadas à instalação dos complexos agroindustriais e, também, à criação de alojamentos destinados a receber a mão de obra que cria e amplia, seguidamente, o parque industrial, com denotada ênfase para a cadeia produtiva do complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel. Poder-se-ia pensar numa nova forma de cercamento dos campos, em pleno Século XXI, mediante essas ações por parte do poder público.

Além disso, nota-se, com veemência, que até mesmo a legislação ambiental é alterada, ou, simplesmente, ignorada, com o fito de acomodar-se às exigências do capital industrial (veja-se a respeito que o Governo do Mato Grosso

do Sul, por meio de resolução da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia violou, frontalmente, a Resolução CONAMA 237/1997, dispensando o complexo territorial celulose-papel – silvicultura – da obrigação de realizar e apresentar estudos de impactos ambientais e seus respectivos relatórios quanto à parte agricultável da cadeia produtiva).

Some-se a isso a elevadíssima concentração fundiária e econômica, a migração indiscriminada de mão-de-obra que acaba formando o exército industrial de reserva e o fluxo de capital como mais um chamativo à movimentação de parte da criminalidade, organizada ou não, bem como, o fato de se criar como que uma espécie de “paraíso” socioambiental [no sentido pejorativo do termo] com a dispensa de EIA-RIMA à parte agricultável do setor de silvicultura que, assim, fica à margem do sistema jurídico de controle, inclusive, jurídico-penal.

Nesse sentido, o incremento do processo de reentrada do complexo territorial eucalipto-celulose-papel no Mato Grosso do Sul, via região Leste, ou, Bolsão, como se o denominou, na virada do século apresenta uma série de situações que configuram, no mínimo, motivo de grande preocupação por parte de segmentos diversos da sociedade treslagoense.

Pouco se vê como manifestação pública de resistência ao avanço das papeleiras, ficando, em geral, restrito a trabalhos acadêmicos e um ou outro posicionamento de lideranças sociais, isoladamente. Isso parece demonstrar certa fragilidade da sociedade civil ali. Nessa perspectiva, evidencia-se que a dominação, seja por meio de uma constelação de interesses, seja decorrente de relações de autoridade e coronelismo, historicamente vivenciadas no Mato Grosso do Sul, tem produzido efeitos consideráveis e duradouros de sorte a assegurar as condições culturais, sociais e materiais exigidas pelo capital ali.

No entanto, vários conflitos socioambientais tem surgido na região, como o que envolve, por exemplo, os assentados da reforma agrária do Assentamento São Joaquim *versus* o INCRA, a AGRAER e o completo cativo representado pelo assistencialismo das indústrias papeleiras aos assentados, ou, o caso MPF *versus* IBAMA/IMASUL, que versa sobre a exigência de revisão dos licenciamentos ambientais das indústrias instaladas na região. Além disso, o complexo

agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel pratica, com o aval e o incentivo estatal, ações que visam a invisibilizar tais conflitos, mediante o financiamento de programas de geração de renda no entorno de suas “florestas” plantadas, como no caso do Assentamento São Joaquim, aqui estudado.

Outro fator preocupante e que, para os propósitos desta tese, se considera um conflito socioambiental invisibilizado, latente é a não divulgação pública, o completo silenciar sobre as quantidades e qualidades de agrotóxicos e pesticidas empregados pelas duas grandes indústrias na região do Bolsão sul-matogrossense desde que reiniciaram os plantios, isto é, desde o final da década de 1990. Os números que podem ser inferidos, de acordo com a práxis florestal desse tipo de empreendimento agroindustrial são alarmantes, assim como os números informados pelas próprias papeleiras ao pesquisador.

Angustia aos que se colocam em um viés crítico da propaganda e da ação de “desenvolvimento”, “progresso”, “sustentabilidade” que tudo isso esteja, não por acaso, acontecendo mediante a omissão de determinado órgão – IBAMA – que deveria imiscuir-se nos processos de licenciamento ambiental, pela velocidade com que o capital agroindustrial coopta, desde autoridades políticas da cidade, região e mesmo do estado e do país, financiando campanhas eleitorais como, também, silencia e invisibiliza as opiniões contrárias, controlando as mídias locais com poder político e financeiro, capaz de iludir à população sobre os efeitos prejudiciais, as externalidades negativas que o complexo agroindustrial produz.

É nessa perspectiva que este trabalho é construído e, por meio dele, pretende-se realizar uma clivagem que leve à compreensão e designação do complexo territorial eucalipto-celulose-papel como uma organização estatal e paraestatal capitalista com características de grande concentração fundiária, menoscabo considerável ao meio socioambiental e promotora de conflitos e injustiças socioambientais, ao mesmo tempo em que assegura a condição do país como mera plataforma financeira internacional, contribuindo, assim, com seus desertos verdes para inviabilizar a reforma agrária, a agricultura familiar e a manutenção de condições ambientais sustentáveis para as presentes e as futuras gerações no Brasil.

Nesse sentido, as análises que Marx fez no Século XIX sobre a acumulação primitiva e o processo de produção capitalista de apropriação por expropriação se revelam totalmente úteis na tentativa que se fez nesta tese de procurar demonstrar como o capital industrial na figura das indústrias papeleiras parece ter conduzido e persistir na condução do cercamento dos campos no Brasil, em específico no Mato Grosso do Sul e na região do Bolsão e das políticas de governo e de Estado, de forma a palmilhar e aplainar as veredas de sua permanência e expansão ali.

E no que se refere ao encerramento desta pesquisa, vislumbra-se uma etapa futura, em pós-doutoramento, partindo do que se alcançou nesta tese, buscar criar espaços sociais compartilhados pelos atores-sujeitos da pesquisa com vistas a possibilitar canais de influência sócio-política como contra-mão ao modelo sócio-político-econômico investigado (conduzir a pesquisa para uma etapa futura em que, a partir de seus resultados se buscará transformá-los em pesquisa-ação), com a criação de um observatório social para a região do Bolsão, situado na cidade de Três Lagoas/MS, cujo nome poderá ser OSTIL – Observatório Social de Três Lagoas, pois, nenhuma iniciativa como essa existe ali, naquela região do Estado de Mato Grosso do Sul, o que pode contribuir para induzir e fomentar novas pesquisas dentro do espaço acadêmico representado pelos campi da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul localizados nas cidades de Três Lagoas, Paranaíba, Chapadão do Sul e Nova Andradina, o que abarcaria a quase totalidade da região do Bolsão, possibilitando muitas opções de debates, crítica, diálogos, participação popular, construção de novas temáticas e desafios, mas, sobretudo e principalmente, outros, novos e até diversos olhares de pesquisadores a respeito dos efeitos da presença do complexo agroindustrial territorial eucalipto-celulose-papel no Mato Grosso do Sul e, em específico, na região do Bolsão.

Com esse tipo de perspectiva, o recorte da tese poderá ganhar maior visibilidade e ser ressubmetido à prova, com pesquisas que venham a corroborá-lo, ou, confrontá-lo, de forma que não se tenha uma única visão a respeito do fenômeno e se possa abrir ambientes de diálogo, principalmente, com setores da sociedade invisibilizados pela maneira como a burocracia estatal e o capital tratam a questão. A partir disso, além do que ficara explicitado nesta pesquisa, boa parte do que se invisibilizou terá condições de vir à tona para, no mínimo, amplificar as

vozes dos oprimidos e desmistificar a pregação político-financeira-industrializante de que o que ocorre ali é, sempre, sinal de “progresso”, “desenvolvimento” e manifestação de “sustentabilidade”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Silvana de. **Planejamento governamental: A SUDECO no espaço Mato-Grossense: contexto, propósitos e contradições**. 2001. 323f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004, p. 13-35.

ALCANTARA FILHO, José Luiz; FONTES, Rosa Maria Oliveira. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. **HeerA – Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**. Vol. 4, n. 7, jul-dez/2009, pp. 63-85.

ALENCAR, Francisco; RAMALHO, Lucia Carpi; RIBEIRO, Marcus Venício Toledo. **História da sociedade brasileira: 2º grau**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Carajás: guerra dos mapas**. Belém: Ed. Falangola, 1994.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. A nova fronteira do eucalipto e a crise da Reforma Agrária. **Boletim DATALUTA**, v. 1, 2012a, p. 02-10.

_____. Impactos socioambientales de la expansión del complejo territorial eucalipto-celulosa-papel em el cerrado brasileño. **Revista Estudios Sociales Contemporáneos**. Mendoza/Argentina: Intituto Multidisciplinario de Estudios Contemporáneos. V. 5-6, 2012b, p. 15-26 (ISSN 1850-6447).

_____. (Org.) **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2008.

_____. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

ALVATER, Elmar. **Existe um marxismo ecológico**. In: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas. Trad. Rodrigo Rodrigues. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Latifúndio e reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

ASEVEDO, Tayrone Roger Antunes de. **Territorialização e reestruturação produtiva dos agronegócios nas microrregiões geográficas de Tangará da Serra/ME e Três Lagoas/MS**. 2013, 252p. Dissertação (Mestre) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2013.

AVAMFLORA EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS – www.avamflora.com.br

BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges; Rev. Técnica Karina Kuschnir. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BENTO FILHO, Warner. **Os venenos na mesa do brasileiro**. Notícia divulgada em 29/03/2015, no Portal do INCA, http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/agencianoticias/site/home/noticias/2015/os_venenos_na_mesa_dos_brasileiros, capturada em 31/12/2015.

BONO, José Antonio Maior et alii. Infiltração de água no solo em um latossolo vermelho da região sudoeste dos cerrados com diferentes sistemas de uso e manejo. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, v. 36, n. 6, Dezembro/2012, pp. 1845-1853.

BORTOLUCI, Luciana. Eldorado Brasil. **Pedido de mais uma informação** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por claudiolopes198@gmail.com em 11 de fevereiro de 2016a.

_____. Eldorado Brasil. **Pedido de mais uma informação** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por claudiolopes198@gmail.com em 05 de fevereiro de 2016b.

BRANDÃO, Carlos. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner berno de et alii. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

BRASIL, CONAMA, **Resolução n. 237**, de 19 de dezembro de 1997.

BRASIL, CONAMA, **Minuta de Resolução Conama que dispõe sobre critérios e diretrizes gerais para o licenciamento ambiental**. Processo n. 02000.001845/2015-32.

BRASIL. **Decreto n. 75.320**, de 29 de janeiro de 1975. Cria o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados.

BRASIL, Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. **Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul: Regiões de Planejamento**, janeiro de 2015.

BRASIL, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Governo do Estado, SEMAC. Resolução n. 17, de 20 de setembro de 2007.

BRASIL. Lei n. 6.151, de 04 de dezembro de 1974. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **II PND – II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**. Brasília (DF): Diário Oficial, 06.12.1974.

BRASIL, Ministério Público Federal, Parecer Técnico n. 135/2014-4ª CCR, pp. 1-24.

BRASIL, Ministério Público Federal, Recomendação n. 3/2015, PRM-Três Lagoas, pp. 1-4.

CALAZANS, Carlos Alberto Menezes de. Superintendente do INCRA/MG. Palestra proferida em Uberlândia/MG, no Encontro Nacional de Geografia Agrária – ENGA, 15/10/2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CAMARGO, Fausto Rodrigues Alves de. Fibria Celulose S/A.. **Resposta questionário + material** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por claudiolopes198@gmail.com em 11 de março de 2016a.

_____. Fibria Celulose S/A..**Resposta questionário + material** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por claudiolopes198@gmail.com em 27 de janeiro de 2016b.

_____. Fibria Celulose S/A.. **Resposta questionário + material** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por claudiolopes198@gmail.com em 09 de fevereiro de 2016c.

CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz. **História de Mato Grosso do Sul**. 3. ed. Campo Grande/MS: Academia Sul-Matogrossense de Letras; Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 1991.

CATECISMO DE WESTMINSTER. 10. ed. São Paulo: CEP, 1987.

CAVALCANTE, Matuzalem Bezerra. **Mudanças da estrutura fundiária de Mato Grosso (1992-2007)**. 2008, 218p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

CELULOSE ONLINE. www.celuloseonline.com.br

CIRILLO, Bruno. Lucro na floresta. **Globo Rural**. São Paulo: Editora Globo, n. 357, julho/2015, pp. 30-37.

CONFLITOS NO CAMPO – BRASIL 2014. Coord.: Antônio Canuto; Cássia Regina da Silva Luz; Edmundo Rodrigues Costa. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2014.

COSTA, Heloisa Soares de Moura; BRAGA, Tânia Moreira. Entre a conciliação e o conflito: dilemas para o planejamento e a gestão urbana e ambiental. In:

ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004, p. 195-216.

CRAMPTON, Jeremy W.; KRYGIER, John. Uma introdução à cartografia crítica. Trad. Carolina Apolinário de Souza. In: Henri Acselrad (org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2008, pp. 85-111.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT. Cartilha. Forum de Infraestrutura e Logística. Belo Horizonte, 2013.

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT. Mapas Rodoviários. Acesso <http://servicos.dnit.gov.br/condicoes/ms.htm>

DMB CONSTRUTORA E ASSESSORIA TÉCNICA LTDA.. Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Florestal Investimentos Florestais S/A., Projeto ELDORADO, sem data.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso, ou progresso como ideologia**. 2. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

ELDORADO BRASIL CELULOSE S/A.. **Resumo do Plano de Manejo**, 4ª edição, agosto/2015.

_____. **Relatório de Sustentabilidade** 2014, 2014.

ERM BRASIL LTDA. Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Fábrica Três Lagoas. International Paper do Brasil Ltda., sem data.

FARAH, Marta Ferreira Santos; FUJIWARA, Luis. Erradicação do trabalho infantil: o longo percurso das carvoarias ao trabalho doméstico Três Lagoas-MS. In: CAMAROTTI, Ilka; SPINK, Peter. **Governo local e desigualdades de gênero**. São Paulo Annablume, 2003, pp. 109-133.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT). Universidade Estadual Paulista (UNESP). 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 873p. Tese (Livre-Docência), Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2013.

FERREIRA, Eudson de Castro. **Posse e propriedade territorial: a luta pela terra em Mato Grosso**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1986 (Série Teses).

FIBRIA CELULOSE S/A.. **Resumo do Plano de Manejo** – Unidade Florestal MS – Três Lagoas, 9ª edição, outubro/2015.

_____. **Relatório Destaques MS 2015.**

_____. **Novo olhar para o futuro** – Relatório 2014.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. **História**. Série Novo Ensino Médio. V. único. 1. ed. 6. reimpr. São Paulo: Ed. Ática, 2002.

FLUMIGNAN, Danilton Luiz; FIETZ, Carlos Ricardo; COMUNELLO, Éder. **O clima na região do Bolsão de Mato Grosso do Sul**. Dourados/MS: EMBRAPA Agropecuária Oeste, 2015.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Trad. Maria Teresa Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. A ecologia da economia política marxista. Trad. Pedro Paulo Bocca. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 28, 2012, p. 87-104.

FUKS, Mario. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro – Ed. Paz e Terra, 1974.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 347f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT). Universidade Estadual Paulista (UNESP). 2008.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. **Seiscentas léguas a pé**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Trad. Adail Sobral; Maria Stela Gonçalves. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Trad. José Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HERCULANO, Selene. **Políticas ambientais: o ambiente é você... e você... somos nós**. Niterói/RJ: Editora da UFF, 2013.

IANNI, Octávio. **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS RENOVÁVEIS – IBAMA. Consolidação de dados fornecidos pelas empresas registrantes de produtos técnicos, agrotóxicos e afins. Brasília, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Estatísticas Cadastrais. SNCR. Brasília, 2003.

_____. Estatísticas Cadastrais. Brasília, 1998.

_____. Estatísticas Cadastrais. Brasília, 1992.

INTERNATIONAL PAPER – **América Latina**. Nossa Essência - Relatório de Sustentabilidade 2014.

_____. **Relatório de Sustentabilidade** 2012.

_____. **Relatório de Impacto Ambiental – RIMA**, Fábrica Três Lagoas, sem data.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayse. **História do Brasil**. 7. ed., rev. e atual.. São Paulo: Atual, 1996.

KUDLAVICZ, Mieceslau. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas/MS**. 2011, 176p. Dissertação (Mestre) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011.

LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. **Da escravidão ao trabalho livre: Brasil, 1550-1900**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Tradução: Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOPES, José Sergio leite. A ambientalização dos conflitos em Volta Redonda. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004, p. 217-244.

LÖWY, Michael. **O que é ecossocialismo?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014 (Col. Questões da Nossa Época, v. 54).

_____. **A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano**. Tradução: Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**. Trad. Wanda Nogueira Caldeira Brant, (tradução das teses) Jeane Marie Gagnebin, Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARINI PERPETUA, Guilherme. **A miragem verde: um olhar sobre a mobilidade espacial do capital e da força de trabalho a partir de Três Lagoas (MS/Brasil)**. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2013.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens e valoração**. Tradução Maurício Waldman. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: Ed. Contexto, 2014.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 2. ed. São Paulo: Lech, 1981.

MARX, Karl. **Cadernos de Paris; Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. José Paulo Netto; Maria Antônia Pacheco. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Crítica do Programa de Gotha**. Seleção, tradução e notas por Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Para a crítica da economia política**. Trad. Leonardo de Deus. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

_____. **O capital: crítica da economia política. Livro Terceiro: o processo global da produção capitalista**. v. VI, 5. ed. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1991.

_____. **O capital: crítica da economia política: Livro Terceiro: o processo global da produção capitalista**. v. IV, 5. ed. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Difusão Editorial, 1987.

_____. **O capital: crítica da economia política: Livro Terceiro: o processo global da produção capitalista**. v. VI, Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

MATOS, Judson. **INCRA – Mapas sobre terras devolutas no Mato Grosso do Sul** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por claudio.lopes@ufms.br em 15 de fevereiro de 2016.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Conflitos fundiários e violência no campo. In: **Conflitos no Campo – Brasil 2014**. Coord. Antônio Canuto; Cássia Regina da Silva Luz; Edmundo Rodrigues Costa. Goiânia: CPT Nacional, Brasil, 2014.

MEDEIROS, Rafael Brugnolli; PINTO, André Luiz; SÃO MIGUEL, Angélica Estigarribia; OLIVEIRA, Gustavo Henrique de. Avaliação da vulnerabilidade ambiental na área do Assentamento São Joaquim, Selvíria/MS. **Caminhos da Geografia** – revista on line. Revista do Instituto de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFU, Uberlândia, v. 15, n. 49, Mar/2014, p. 126-137.

MELO, Danilo Souza. **Geografia das ocupações e manifestações em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (2000 – 2012)**. 2015, 132p. Dissertação (Mestre) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2015.

MININI, Sarah. Indústria florestal: superação de crises desde a primeira semente. **Revista Expressão MS**. Três Lagoas: Expressão MS Ed. E Impr. de Jornais, n. 007, ano 02, junho/julho/2015, pp. 44-60.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito: 1795-1824**. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2012.

NARDOQUE, Sedeval; ALMEIDA Rosemeire Aparecida de. Território rural do Bolsão (MS): realidade e perspectivas. **Boletim DataLuta**, FCT-UNESP/NERA, janeiro/2015, pp. 2-8.

NOGUEIRA, Michelle Correa. Fibria Celulose S/A.. **Agendamento de entrevista para pesquisa acadêmica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por claudiolopes198@gmail.com em 20 de julho de 2015.

OGBURN, William F.; NIMKOFF, Meyer F.. Cooperação, competição e conflito. Trad. Maria Isaura Pereira de Queiroz. In: CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio (org. e intr.). **Homem e sociedade: leituras básicas de sociologia geral**. 14. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1984.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Prefácio. **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Rosemeire Aparecida de Almeida (Org.) Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2008, pp. 5-14.

OLIVEIRA, Cristiano Resende de et alii; FIBRIA CELULOSE S/A.. **Novo olhar para o futuro – Relatório 2014**, 2015.

PADILHA, Norma Sueli. **Fundamentos constitucionais do direito ambiental brasileiro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

PAULANI, Leda. **Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PIGNATI, Wanderlei et alii. O agronegócio, o uso de agrotóxicos e seus impactos na saúde e no ambiente nos municípios do “interior” do Brasil. In: **Conflitos no campo Brasil 2011** (Org. Antônio Canuto; Cássia Regina da Silva Luz; Isolete Wichinieski. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2012, pp. 59-69.

PONSO, Andressa Gouveia; FERREIRA, Gustavo Galvão; SALVI, Luiza L.; SAKAMOTO, Arnaldo Yoso. Campo térmico da cidade de Três Lagoas (MS): comparação urbano/rural. **Revista Geonorte**, Edição Especial, v. 2, n. 4, p. 770-781, 2012.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. Dos Cerrados e de suas riquezas: não há defesa dos Cerrados sem os povos dos Cerrados! In: **Conflitos no campo – Brasil 2014**. Coord. Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Edmundo Rodrigues Costa. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2014, pp. 88-95.

_____; CUIN, Danilo Pereira. Geografia dos conflitos por terra no Brasil (2013): expropriação, violência e r-existência. In: **Conflitos no campo – Brasil 2013**. Coord. Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Flávio Lazzarin. Goiânia: CPTNacional – Brasil, 2013, pp. 18-26.

_____. **Paixão da terra**: ensaios críticos de ecologia e geografia. Rio de Janeiro: Rocco: Pesquisadores Associados em Ciências Sociais – SOCII, 1984.

PÖYRY TECNOLOGIA LTDA. **Estudo de Impacto Ambiental** – EIA/RIMA. Projeto de Expansão da Fábrica de Três Lagoas – MS. ELDORADO BRASIL CELULOSE S/A., sem data.

_____. **Estudo de Impacto Ambiental** – EIA/RIMA da Expansão da Unidade Industrial, FIBRIA CELULOSE S/A., 29/04/2011.

PRACUCHO, Davi Marcucci. **Sem título**. Entrevista concedida a Cláudio Ribeiro Lopes, 03 de dezembro de 2015.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. A natureza da natureza em Marx. **TOMO** – Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciência Sociais – Universidade Federal de Sergipe – UFS, São Cristóvão/SE, n. 17, jul./dez. 2010, p. 153-181.

REMADE – **Revista da Madeira**. Ed. 85, novembro/2004. [www.remade.com.br/br/revistadamadeira_materia.php?num=654&subject=Merca do](http://www.remade.com.br/br/revistadamadeira_materia.php?num=654&subject=Merca%20do)

ROCHA, Rafael Cipriano et alii; FIBRIA CELULOSE S/A.. **Resumo do Plano de Manejo** – Unidade Florestal MS – Três Lagoas, 9ª edição, outubro/2015.

RODRIGUES, Gabriela B.; MALTONI, Kátia L.; CASSIOLATO, Ana Maria R.. Dinâmica da regeneração do subsolo de áreas degradadas dentro do bioma Cerrado. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, Campina Grande/PB, DEAg/UFCG, v. 11. n. 1, 2007, p. 73-80.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. Relevo brasileiro: uma nova proposta de classificação. **RDG – Revista do Departamento de Geografia**, USP, v. 4, 1985, PP. 25-39.

SANTOS, Mauro Augusto dos et alii. **O cerrado brasileiro**: notas para estudo. Texto para discussão; 387. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed., 1. reimpr. Tradução de Myrna T. Rego Viana. São Paulo: Ed. USP, 2008.

SCHLESINGER, Sergio. **Lenha nova para velha fornalha**: a febre dos agrocombustíveis. 1. ed. Rio de Janeiro: FASE, 2008.

SILVA, Rafael de Araújo da. Eldorado Brasil. **Res: Pesquisa da minha tese** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por claudiolopes198@gmail.com em 05 de fevereiro de 2016.

SIQUEIRA, Rosana. Fim do mistério. Jornal Correio do Estado MS, edição de 13/12/2013.

SITITREL – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Papeleiras de Três Lagoas. www.sititrel.com.br

SODRÉ, Nelson Werneck. **Ensaio sobre a grande propriedade pastoril**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

TEBET, Simone. **Palestra**. I Congresso de Direito, Desenvolvimento e Responsabilidade Socioambiental, promovido pelo Centro Acadêmico Olintho Mancini, do Curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, 2011.

TOLKIEN, John R. R.. **O senhor dos anéis**: terceira parte: o retorno do rei. 2. ed., 4. tir. Trad. Lenita Maria Rímoli Esteves; Almiro Pisetta. Rev. Téc. e Cons. Ronaldo E. Kyrmse. Coord. Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

TOMAZINI, Vanessa. **Sem título**. Entrevista concedida a Cláudio Ribeiro Lopes, 04 de dezembro de 2015.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. No rastro da boiada: pecuária e ocupação do sul de Mato Grosso (1870-1920). **Revista Crítica Histórica**, ano V, n. 9, julho/2014, pp. 174-196.

VICENTE, José Maria. TL deixa de arrecadar R\$180 MI por conta da isenção de imposto que foi concedida ao Consórcio UFN-III. **Jornal Hoje Mais**, 5ª feira, 03/12/2015, p. 03.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1997.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. 1. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; rev. téc. Gabriel Cohn, 4. ed., 3. reimpr.. Brasília: Editora UnB, 2012.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução: M. Irene de Q. F. Szmrecsányi; Tamás J. M. K. Szmrecsányi. 2. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

_____. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. 2. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; rev. téc. Gabriel Cohn, 4. ed., 3. reimpr.. Brasília: Editora UnB, 1999, 2009 (reimpressão).

WILCKEN, Carlos Frederico et al.. **Guia prático de manejo de plantações de eucalipto**. Botucatu: FEPAF, 2008.